



associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas e documentalistas

grupo de trabalho
sistemas de informação em museus



DIAGNÓSTICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NOS MUSEUS PORTUGUESES

Relatório final

Jorge Santos

Conceição Serôdio

Fernanda Ferreira

Maio de 2017

Título: Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório final

Equipa do projeto: Jorge Santos (coordenador), Conceição Seródio, Fernanda Ferreira, Patrícia Costa, Maria Manuel Velasquez, Ana Margarida Silva.

Colaboração: Maria José de Almeida, Alexandre Matos, Cristina Cortês, Filipa Medeiros, Leonor Borges, Paula Moura, Susana Medina.

Edição: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).

Data: 15 de maio de 2017

AGRADECIMENTOS

A realização do presente Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses contou desde o início com o interesse, dedicação e colaboração de muitas e diversas pessoas dos vários sectores envolvidos - museológico, bibliográfico e arquivístico -, aos quais a equipa do projeto está imensamente grata. Apesar de se poder correr o risco de omitir alguma pessoa aqui ficam os justos agradecimentos.

Desde logo à Conceição Serôdio, fundadora e coordenadora do Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus, pela iniciativa e pela persistência e empenho que sempre transmitiu de forma a levar este projeto a bom termo. À anterior vice-presidente e atual sócia honorária da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Maria José Moura, por ter agarrado o projeto e pelo apoio permanente na sua persecução. Ao Jorge Santos, doutorando e assistente de investigação do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa, por ter aceite o convite e pelo compromisso e empenho em levar o projeto até ao fim. Aos restantes membros da equipa, Fernanda Ferreira, Patrícia Costa, Maria Manuel Ribeiro e Ana Margarida Silva pela permanente disponibilidade, trabalho desenvolvido e entreatajuda; aos membros de outras linhas de ação do Grupo de Trabalho, Maria José de Almeida, Alexandre Matos, Cristina Cortês, Filipa Medeiros, Leonor Borges, Paula Moura e Susana Medina pela disponibilidade que também sempre demonstraram para colaborar e dar resposta aos inúmeros pedidos de ajuda e esclarecimento.

Aos vários informantes privilegiados que tão amavelmente se prestaram a colaborar ao longo das várias fases, em especial, na da atualização dos dados do universo, na finalização do instrumento de recolha da informação e na recolha dos dados em algumas das instituições, havendo que destacar Teresa Mourão, diretora em substituição do Departamento de Museus, Conservação e Credenciação/Rede Portuguesa de Museus da Direção-Geral do Património Cultural, o Tenente Coronel Francisco Amado Rodrigues, chefe da Repartição de Museus da Direção de História e Cultura Militar; Maria Manuel Ribeiro, museóloga do Museu de Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores; e Maria Teresa Pais, diretora do Museu Quinta das Cruzes, Região Autónoma da Madeira.

Às instituições (e seus responsáveis) que aceitaram fazer as ações de divulgação do projeto através dos seus vários canais de divulgação, bem como junto dos seus respetivos associados, membros e estruturas dependentes, com sejam a Direção-Geral do Património Cultural, Rede Portuguesa de Museus, ICOM Portugal, Direção de História e Cultura Militar, Direção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura - Governo Regional da Madeira e Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.

Os devidos agradecimentos aos interlocutores e respetivas instituições, nas pessoas de José Correia, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, e Daniela Santos, do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa, pelo trabalho desenvolvido e permanente colaboração no âmbito das iniciativas de divulgação e apresentação dos resultados do Diagnóstico realizado pelo GT-SIM.

E por fim, os merecidos agradecimentos a todos os diretores e responsáveis das muitas entidades museológicas e suas tutelas contatadas com vista à recolha de informação nas várias fases do estudo, aceitando realizar os pré-testes, possibilitando a realização de conversas informais e, acima de tudo, respondendo ao respetivo questionário. Um muito obrigado.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
ÍNDICE.....	5
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	7
INTRODUÇÃO	10
1. METODOLOGIA, TRABALHO DE CAMPO E RESPOSTAS OBTIDAS	13
1.1. METODOLOGIA	13
Universo	13
<i>Definição do universo.....</i>	13
<i>Caracterização sumária do universo.....</i>	15
Instrumento de recolha da informação.....	16
<i>Construção do questionário.....</i>	16
<i>Dimensões inquiridas: os grupos de perguntas.....</i>	18
<i>Teste do questionário.....</i>	20
<i>Iniciativas de divulgação do questionário.....</i>	21
1.2. TRABALHO DE CAMPO	21
1.3. RESPOSTAS OBTIDAS.....	22
<i>Variáveis de caracterização.....</i>	25
2. ANÁLISE DE RESULTADOS	26
2.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: A INSTITUIÇÃO.....	26
Variáveis de caracterização.....	26
Personalidade jurídica.....	28
Serviços da orgânica do museu	28
Espaços do museu	30
2.2. RECURSOS HUMANOS.....	32
Pessoal ao serviço por grupo, área, relação com a instituição e período de trabalho.....	32
Pessoal ao serviço por área de ação.....	37
Formação.....	39
Recurso a serviços externos.....	41
2.3. RECURSOS FINANCEIROS.....	42
Autonomia financeira e orçamento anual próprio	42
2.4. RECURSOS INFORMÁTICOS E DE COMUNICAÇÃO.....	43
Computadores e outros meios de apoio	43
Página de internet	44
Presença nas redes sociais.....	46
2.5. ACERVOS.....	47

2.5.1. ACERVO MUSEOLÓGICO	47
Categorias dominantes	47
Modos de incorporação	48
Total de bens museológicos e forma de registo	49
Informatização do acervo museológico.....	50
Instrumentos normativos.....	55
2.5.2. ACERVO BIBLIOGRÁFICO	59
Bens dominantes	59
Modos de incorporação.....	60
Total de bens bibliográficos e forma de registo.....	61
Informatização do acervo bibliográfico	62
Instrumentos normativos.....	66
Interoperabilidade da base de dados	68
2.5.3. ACERVO ARQUIVÍSTICO	69
Suportes documentais dominantes.....	70
Modos de incorporação.....	70
Total de bens arquivísticos e forma de registo	71
Informatização do acervo arquivístico	73
Instrumentos normativos.....	77
Interoperabilidade da base de dados	79
2.5.4. UM QUADRO COMPARATIVO DOS RESULTADOS.....	79
Existência de acervos	80
Informatização dos acervos	83
Interoperabilidade das bases de dados	87
2.6. ACONDICIONAMENTO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO	91
Instalações e acervos	91
Procedimentos de conservação e restauro	93
2.7. ACESSO AO PÚBLICO	95
Visitantes presenciais e virtuais	95
Acessibilidade aos serviços	96
2.7. PRINCIPAIS DIFICULDADES E PROJETOS.....	101
Principais dificuldades.....	101
Projetos	104
NOTAS CONCLUSIVAS.....	111
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	124

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Índice de quadros

Quadro 1 – Bases numéricas e alterações verificadas no período 2012-2015	15
Quadro 2 – Universo por Tutela e por Região.....	16
Quadro 3 – Estrutura do questionário	19
Quadro 4 – Aplicação dos questionários por situação.....	23
Quadro 5 – Museus segundo a Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura.....	27
Quadro 6 – Localização dos Espaços/serviços do museu.....	31
Quadro 7 – Museus e Pessoal ao serviço por Grupo, Relação com a instituição e Período de trabalho.....	32
Quadro 8 – Pessoal a termo parcial, Estagiário/ Bolseiro e Voluntários por Região e Tutela	34
Quadro 9 – Total de pessoas ao serviço por Grupo e por Área de formação	35
Quadro 10 – Representatividade dos Técnicos superiores por Área de formação e por Tutela	36
Quadro 11 – Museus e Pessoal ao serviço por principal área de ação	37
Quadro 12 – Pessoal ao serviço por principal área de ação e por Grupo	38
Quadro 13 – Pessoal ao serviço por principal área de ação e por Área de formação	39
Quadro 14 – Área de formação em gestão da informação dos acervos por Âmbito.....	40
Quadro 15 – Unidades totais e destinadas à gestão dos acervos.....	44
Quadro 16 – Total de bens museológicos e de bens com cadastro, com inventário, fotografados, em base de dados (informatizados) e em exposição.....	49
Quadro 17 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens museológicos	52
Quadro 18 – Situação do inventário do acervo museológico por modalidade de suporte	53
Quadro 19 – Total de bens bibliográficos e de bens com registo, catalogação, classificação e indexação.....	61
Quadro 20 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens bibliográficos.....	63
Quadro 21 – Situação do registo dos bens bibliográficos por modalidade de suporte	65
Quadro 22 – Bens arquivísticos e bens com inventariação, classificação, descrição e digitalização.....	72
Quadro 23 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens arquivísticos	74
Quadro 24 – Situação dos documentos de arquivo inventariados por modalidade de suporte	75
Quadro 25 – Tipo de acervo por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura.....	81
Quadro 26 – Tipo de acervo por Informatização dos acervos	84
Quadro 27 – Informatização dos acervos por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura	85
Quadro 28 – Informatização dos acervos por Interoperabilidade das bases de dados.....	88
Quadro 29 – Museus com interoperabilidade por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura	89
Quadro 30 – Procedimentos de conservação e restauro praticados para cada acervo	94

Quadro 31 – Visitantes presenciais e virtuais em 2015	95
Quadro 32 – Total de visitantes/utilizadores dos Serviços em 2015	98
Quadro 33 – Acervo disponível para consulta em 2015	99
Quadro 34 – Prioridade das dificuldades na gestão do acervo assinaladas.....	102
Quadro 35 – Projetos para o futuro em matéria de gestão do acervo por Temática e por Tutela	105

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Taxa de resposta por Tutela	24
Gráfico 2 – Taxa de resposta por Região.....	24
Gráfico 3 – Personalidade jurídica própria.....	28
Gráfico 4 – Serviços apontados na orgânica do museu	29
Gráfico 5 – Espaços disponíveis no museu.....	30
Gráfico 6 – Número de Espaços disponíveis no museu.....	31
Gráfico 7 – Âmbito da formação em gestão da informação dos acervos	40
Gráfico 8 – Museus por Área do serviço externo a que recorreu	41
Gráfico 9 – Autonomia financeira	42
Gráfico 10 – Orçamento anual próprio	42
Gráfico 11 – Museus com recursos destinados à gestão dos acervos	43
Gráfico 12 – Museus que possuem página de internet	45
Gráfico 13 – Museus por funcionalidades da página de internet	45
Gráfico 14 – Presença em Redes sociais	46
Gráfico 15 – Categorias dominantes no acervo	47
Gráfico 16 – Modo de incorporação de bens no acervo do museu	48
Gráfico 17 – Suporte dos bens museológicos fotografados.....	50
Gráfico 18 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens museológicos.....	51
Gráfico 19 – Situação da informatização das coleções	52
Gráfico 20 – Museus por Escalão dos bens museológicos com inventário por suporte.....	54
Gráfico 21 – Bens do acervo museológico informatizados por modalidade de inventário	55
Gráfico 22 – Documentos orientadores utilizados na gestão das coleções e informação dos bens museológicos	56
Gráfico 23 – Quadro normativo utilizado.....	57
Gráfico 24 – Vocabulário controlado utilizado.....	58
Gráfico 25 – Existência de acervo bibliográfico.....	59
Gráfico 26 – Tipo de bens do acervo bibliográfico.....	60

Gráfico 27 – Modo de incorporação de bens bibliográficos	61
Gráfico 28 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens bibliográficos	63
Gráfico 29 – Situação da informatização dos bens bibliográfico	64
Gráfico 30 – Museus por Escalão dos bens bibliográficos com registo por modalidade de suporte.....	66
Gráfico 31 – Documentos orientadores utilizados na gestão das coleções e da informação dos bens bibliográficos.....	67
Gráfico 32 – Quadro normativo utilizado.....	68
Gráfico 33 – Existência de acervo arquivístico	69
Gráfico 34 – Suportes documentais dos fundos de arquivo	70
Gráfico 35 – Modo de incorporação de bens arquivísticos.....	71
Gráfico 36 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens arquivísticos	73
Gráfico 37 – Situação da informatização de documentos de arquivo	75
Gráfico 38 – Escalão dos documentos de arquivo inventariados por modalidade de suporte.....	76
Gráfico 39 – Documentos orientadores utilizados para a gestão das coleções e da informação do arquivo.....	77
Gráfico 40 – Quadro normativo utilizado.....	78
Gráfico 41 – Museus por Tipo de acervo	80
Gráfico 42 – Museus por Informatização dos acervos.....	83
Gráfico 43 – Interoperabilidade das bases de dados	87
Gráfico 44 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo museológico	91
Gráfico 45 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo bibliográfico.....	92
Gráfico 46 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo arquivístico	93
Gráfico 47 – Museus por Escalão de visitantes presenciais e virtuais em 2015	95
Gráfico 48 – Acessibilidade ao público por Serviço.....	96
Gráfico 49 – Tipo de visitantes/utilizadores por Serviço.....	97
Gráfico 50 – Museus por Escalão de acervo disponíveis presencialmente e por Serviço.....	99
Gráfico 51 – Museus por dificuldades na gestão do acervo assinaladas	101
Gráfico 52 – Projetos para o futuro em matéria de gestão do acervo por Temática	104

INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) constituído em 2012, é um dos grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), reunindo em torno de um objetivo comum – os sistemas de informação nos museus - vários profissionais de informação (museólogos, bibliotecários e arquivistas) a trabalhar em diferentes linhas de ação em torno da reflexão, discussão de problemáticas e disponibilização de instrumentos de trabalho, em prol de uma visão holística dos museus e seus acervos.

A elevação da memória a elemento estruturante das sociedades desenvolvidas tornou os museus de hoje em centros dinâmicos de cultura e de lazer abertos a toda a comunidade. O cada vez maior interesse no conhecimento dos museus e dos seus acervos impulsiona a visão destas instituições culturais como um sistema de informação que potencia o valor informacional do objeto museológico. Deste modo, o acervo do museu repartido pelos espaços expositivos, reservas, biblioteca, centro de documentação e arquivo exige equipas multidisciplinares (museólogos(as), bibliotecários(as) e arquivistas) de profissionais, numa permanente articulação dos diferentes sectores do museu. Este trabalho conjunto e pluridisciplinar dos(as) profissionais do museu constitui a base para a materialização de um sistema de informação integrado.

Os organismos internacionais especializados das áreas em estudo - *International Council of Museums (ICOM)*, *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* e *International Council on Archives (ICA)* - promovem através de vários grupos de trabalho a criação e utilização de um conjunto de linhas de orientação para o registo e a gestão da informação dos diferentes bens das *Instituições de Memória*.

Nesta exigência da contemporaneidade, o GT-SIM procura pensar o museu como um centro de produção de conhecimento assumindo como objeto qualquer bem existente nas exposições, nas reservas, na biblioteca, no centro de documentação e no arquivo, partes de um todo unitário com inter-relações informacionais que lhe são intrínsecas.

As questões relacionadas com a gestão da informação vêm mobilizando um crescente interesse, debate e estudo entre os profissionais dos museus e a comunidade académica. No

entanto, apesar disso, são ainda escassos os estudos a nível nacional que abordam este tema urgente e necessário. Nesse sentido, para a concretização dos seus objetivos, o GT-SIM definiu como uma das linhas de ação a desenvolver no período 2013-2017 a realização de um diagnóstico aos sistemas de informação nos museus portugueses. Assim, o principal objetivo deste trabalho é o de promover o levantamento e caracterização dos museus no que diz respeito às áreas de gestão da informação dos vários acervos para assim poder desenhar um quadro global desta realidade. Desta forma visa-se conhecer a organização funcional do museu e a articulação entre os seus diversos serviços, os recursos humanos e materiais disponíveis no museu, a oferta e os públicos destinatários dos serviços prestados pelo museu, mas sempre tendo como horizonte primeiro a gestão dos sistemas de informação nos museus.

No que diz respeito ao dispositivo metodológico, o principal método utilizado foi o quantitativo e a técnica mobilizada a do inquérito extensivo por questionário (autoadministrado), dirigido aos responsáveis dos museus, utilizando-se como suporte a plataforma *online (web survey)* - *Survey Monkey*. Com este instrumento pretendia-se recolher informação considerada relevante para caracterizar os museus num conjunto de parâmetros, sendo o mais aprofundado possível no que aos sistemas de informação e documentação de acervos neles existentes dizia respeito. O universo de análise foi composto por todas as entidades autodesignadas museu com um funcionamento permanente ou sazonal, sendo este o critério mínimo de seletividade aplicado de forma a garantir uma base mais controlada e homogénea do universo museológico nacional. Os dados reportam-se ao ano de 2015.

O levantamento da informação foi realizado entre 13 de março e 10 de junho de 2016 junto dos 710 museus que compunham o universo em estudo. O número de respostas válidas recolhidas foi 222.

O relatório organiza-se em dois capítulos: o primeiro, relativo à metodologia, onde se descrevem os processos de definição e construção do universo de inquirição e do instrumento de recolha da informação, o trabalho de campo realizado (fases da aplicação e de insistências) e as respostas obtidas (número de casos válidos para análise); e o segundo, o de maior dimensão, onde se explanam os resultados do inquérito aos museus de acordo com as várias dimensões inquiridas: caracterização da instituição, os recursos humanos (incluindo a formação e serviços externos), financeiros e informáticos e de comunicação, a caracterização dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico (com uma estrutura de perguntas

semelhantes, embora salvaguardadas as especificidades de cada um deles), o acondicionamento, conservação e restauro dos acervos e das instalações, o acesso ao público e as principais dificuldades e projetos a realizar num curto ou médio prazo.

1. METODOLOGIA, TRABALHO DE CAMPO E RESPOSTAS OBTIDAS

1.1. METODOLOGIA

Universo

Definição do universo

Para que no presente Diagnóstico o universo fosse o mais alargado possível, mas simultaneamente homogéneo, importava escolher a fonte adequada e determinar os critérios que permitissem selecionar as unidades museológicas a inquirir.

No sentido de concretizar esse objetivo, optou-se por utilizar como fonte para o estabelecimento do universo e para a subsequente criação do ficheiro de expedição, a Base de Dados Museus (BdMuseus)¹, gerida pelo Observatório das Actividades Culturais. A BdMuseus constituía-se como a fonte mais apropriada, uma vez que, apesar do seu fim em 2012, a informação proveniente do recenseamento permanente permanecia relativamente estabilizada e beneficiava, acima de tudo, da existência de um universo metodologicamente e tecnicamente controlado, constituindo esta uma das suas principais vantagens. Deste modo, as unidades aí registadas correspondem à definição minimalista de museu: todas as entidades autodesignadas museus, independentemente da sua situação de abertura ao público.

Estabelecida a fonte seria depois necessário definir qual o universo a estudar. Uma das características que deriva daquela noção minimalista de museu é a da heterogeneidade das unidades existentes na base de dados. No entanto, o objetivo era trabalhar com um universo mais controlado e homogéneo, pelo que se optou por aplicar um determinado critério que as

¹ O projeto Base de dados Museus (BdMuseus) decorreu do protocolo assinado, no dia 5 de abril de 2000, pelo então Instituto Português de Museus (IPM), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Observatório das Actividades Culturais, visando a articulação entre as políticas públicas, as estatísticas oficiais e a investigação. O projeto assentava nos seguintes objetivos: realizar em permanência o recenseamento dos museus; dispor de dados atualizados de acompanhamento do panorama museológico em Portugal; articular a BdMuseus com o Inquérito aos Museus (IMUS) do INE com o intuito de atualizar anualmente o universo dos museus a inquirir; e promover a publicação regular de estudos específicos sobre o panorama museológico em Portugal utilizando como base as fontes BdMuseus e IMUS. Estes objetivos foram prosseguidos até 2012. O OAC foi extinto em 2013. O projeto teve a coordenação inicial de Maria de Lourdes Lima dos Santos e depois de José Soares Neves (até aí responsável executivo). A gestão dos dados foi realizada pelo investigador Jorge Santos e contou com outras colaborações por períodos delimitados.

unidades deveriam cumprir cumulativamente de forma a poderem fazer parte do referido universo. Assim, os museus inquiridos correspondem à seguinte definição: todas as entidades autodesignadas museu com um funcionamento permanente ou sazonal. Não foram considerados como unidades a inquirir os seguintes tipos: Centros de Ciência Viva, Jardins zoológicos, botânicos e aquários e núcleos museológicos dependentes de museus polinucleados.

Uma vez definidos os critérios de delimitação do universo a inquirir, seguiu-se o processo de preparação dos dados necessários à expedição. No entanto, com o término da BdMuseus em 2012, a base de dados reverteu para a entidade que o tinha encomendado – a atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) –, pelo que foi necessário solicitar, em 2015, a esta entidade, o acesso aos dados constantes naquela base de dados. O ficheiro incluía os seguintes campos: nome do museu, nome do responsável, cargo, telefone, e-mail, concelho, região, tutela, tutela agregada, tipo de museu, ano de abertura, abertura, situação de funcionamento, salas/espacos de exposição e pessoal ao serviço. O número de casos reportados a 31 de dezembro de 2012 totalizam 704 museus.

A constituição do ficheiro de expedição dos museus a inquirir no presente Diagnóstico deparou-se desde logo com uma primeira e importante limitação, a da desatualização dos dados, derivada do desfasamento de tempo entre o já referido ano de 2012 e a realização deste Diagnóstico (2015). Nesse sentido, houve a necessidade de adotar procedimentos específicos de atuação de forma a poder controlar os dados existentes no referido ficheiro.

Procedeu-se, portanto, e inicialmente, à verificação da situação de funcionamento da maioria dos museus com vista a confirmar possíveis alterações ao nível de abertura ao público, bem como à atualização das informações constantes em vários dos campos, com especial relevo para os do responsável, cargo e e-mail²; mas também à inclusão no ficheiro de novos museus que entretanto tinham aberto ao público no período 2013-2015 e que se tinham detetado através da consulta de algumas fontes secundárias (sobretudo através da imprensa *online*).

² O processo de atualização da situação de funcionamento e da informação referente aos contatos dos museus contou com a imprescindível colaboração de um grupo de interlocutores em várias entidades: Teresa Mourão (museus da Direção-Geral do Património Cultural e Rede Portuguesa de Museus); Tenente Coronel Francisco Amado Rodrigues (museus da Direção de História e Cultura Militar e de outras unidades do Estado Maior do Exército); Maria Manuel Ribeiro (museus da Região Autónoma dos Açores) e Maria Teresa Pais (museus da Região Autónoma da Madeira).

No decorrer dos procedimentos de atualização dos casos existentes na base de dados dos museus selecionados no final de 2012, foram detetadas as seguintes alterações: 24 museus mudaram a sua situação de abertura ao público, verificando-se a passagem para uma abertura esporádica ou quando solicitado ou encontravam-se fechados nesse ano; 8 dos museus alteraram o seu modelo de gestão, uma vez que passaram a núcleos de museus polinucleados; e outros 8 fecharam definitivamente ao público. Por outro lado, e em sentido inverso, apurou-se também a abertura de 46 novos museus.

Deste modo, o universo de museus a inquirir, reportado a 31 de dezembro de 2015, era constituído por um total de 710 museus (quadro 1).

Quadro 1 – Bases numéricas e alterações verificadas no período 2012-2015

	Número de casos
Museus selecionados <i>(a 31 de dezembro de 2012)</i>	704
Mudança da situação de abertura	-24
Passaram a núcleos de museus polinucleados	-8
Extintos	-8
Novos museus	+46
Ficheiro de expedição <i>(31 de dezembro de 2015)</i>	710

Caracterização sumária do universo

Neste ponto, procura-se fazer uma breve caracterização dos museus que compõem o universo a estudar, tendo em conta a sua pertença institucional e a sua distribuição por Região. O ano de referência dos dados é 2015.

De uma forma geral, pode dizer-se que mais de metade dos museus depende institucionalmente de entidades da Administração Local. Um terço tem como tutela uma entidade Privada (mais de metade pertencem a associações ou fundações), ao passo que são 10% os dependentes de organismos da Administração Central. Os Governos Regionais representam 3% do total de museus (quadro 2).

Quadro 2 – Universo por Tutela e por Região
Números absolutos e percentagem do número de casos

	Número de casos	Percentagem
Total	710	100,0
Tutela		
Administração Central	72	10,1
Governos Regionais	20	2,8
Administração Local	380	53,5
Privados	238	33,5
Região		
Norte	194	27,3
Centro	197	27,7
Lisboa	117	16,5
Alentejo	105	14,8
Algarve	34	4,8
Açores	40	5,6
Madeira	23	3,2

Fonte: GTSIM, 31 de dezembro de 2015

No que diz respeito à distribuição por Região, é no Centro e no Norte que se encontram sedeados o maior número de museus, registando 28% e 27%, respetivamente. No conjunto as duas regiões representam 55% do total de museus no território nacional. Por outro lado, as regiões com percentagens mais baixas são a Madeira, Algarve e Açores, situadas entre 3% e 5%.

Instrumento de recolha da informação

Construção do questionário

Em paralelo à constituição do ficheiro de expedição foi também construído e testado o instrumento de recolha da informação. Nesse sentido, o método usado é o quantitativo, o instrumento de recolha é o inquérito por questionário (autoadministrado) dirigido aos responsáveis dos museus e o suporte a utilizar a plataforma *online (web survey) Survey Monkey*.

A sua construção visou alcançar o objetivo do GT-SIM de promover o levantamento da informação considerada relevante para a realização do Diagnóstico, sendo o mais aprofundado possível, no que aos sistemas de informação e documentação dos acervos existentes nos museus dizia respeito. Os dados solicitados reportam-se ao ano de 2015.

Para além de refletir esse objetivo, a construção do referido instrumento foi realizada em várias etapas, decorrendo em grande medida tanto da aturada recolha e sistematização de fontes secundárias de natureza bibliográfica e documental relevantes, como também das permanentes conversas entre os membros da equipa para a partilha e discussão das várias matérias consideradas, como ainda do contato com interlocutores privilegiados, em especial com profissionais dos sectores em estudo, de forma a orientar e a ajudar a esclarecer possíveis dúvidas.

Uma das questões que se colocou desde o início teve a ver com a relativa complexidade e extensão do questionário, uma vez que se solicitava informação que abarcava muitas áreas de atividade do museu, o que nos casos dos museus com recursos limitados e dependentes da obtenção da informação através de outros serviços externos, poderia levar ao aumento dos níveis de não resposta ao questionário ou a algumas das suas perguntas. No entanto, conscientes dos riscos, optou-se por manter a estrutura do questionário e aplicá-lo aos museus do universo em análise.

Dada a especificidade de alguns dos grupos temáticos e mesmo de algumas das perguntas, e no sentido de evitar possíveis não respostas, foi decidido incluir junto a essas perguntas notas explicativas e/ou pequenos glossários de auxílio ao preenchimento do questionário.

Uma dessas notas teve a ver com o preenchimento geral do questionário e do que devia ser considerado, salientando-se que, se o museu possuísse um modelo de gestão polinucleada, devia atentar a informação de forma agregada (da sede e de todos os seus núcleos). Outra das notas relacionou-se com a precisão que foi necessário fazer ao nível do que se pretendia obter nos grupos dos acervos bibliográfico e, sobretudo, no arquivístico. As notas antecederam o preenchimento à existência de cada um dos acervos. Assim, salienta-se que, no caso do acervo bibliográfico, as questões colocadas focavam exclusivamente os recursos incorporados nas coleções das bibliotecas ou centros de documentação no ano de análise, ao passo que, no caso do acervo arquivístico, as questões focavam em particular os documentos de arquivo de

conservação permanente³, dito arquivo histórico ou arquivo definitivo⁴, produzidos e salvaguardados no museu naquele ano. Consideravam-se também todos os arquivos em depósito no museu, públicos ou privados, por doação ou depósito, que não foram produzidos pela entidade a que o questionário se refere.

A fase seguinte, no decurso do trabalho de aperfeiçoamento e estabilização do conteúdo do questionário, foi a transposição para a plataforma *online* que serviu de suporte à recolha da informação, o já referido *Survey Monkey*.

Apesar do suporte de recolha ser o *online*, considerou-se vantajoso disponibilizar-se numa das páginas iniciais o acesso para a visualização (com a possibilidade de descarregar) de uma versão integral do questionário em suporte digital que serviria de documento de suporte à obtenção de todos os dados necessários, que possivelmente teriam de ser solicitados a outros serviços exteriores e que, uma vez apurados, deveriam ser carregados na versão *online* existente na plataforma criada para efeito.

Para este efeito, foi criado um procedimento que permitia aos responsáveis dos museus ou outras pessoas por elas definidas, o acesso ao questionário as vezes que fossem necessárias para a introdução de toda a informação. O acesso cessava assim que o questionário era submetido.

Dimensões inquiridas: os grupos de perguntas

O questionário foi estruturado em 9 grupos, compostos por um total de 89 questões, subdivididas em 56 perguntas e 33 desdobramentos.

Os grupos temáticos incidiram sobre: identificação do museu e do responsável; caracterização da instituição; recursos humanos; recursos financeiros; recursos informáticos e de comunicação; bens do acervo (museológico, bibliográfico e arquivístico); acondicionamento, conservação e restauro; acesso ao público; e principais dificuldades e projetos (quadro 3).

³ Entende-se por arquivo de conservação permanente qualquer documentação que, após a avaliação do seu valor arquivístico e segundo a tabela de seleção, não seja para eliminar.

⁴ Entende-se por arquivo definitivo: i) fundo ou núcleo constituído por documentos correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura; ii) arquivo encarregado da conservação permanente e comunicação de documentos de arquivo de uso não corrente, em fase inativa, previamente selecionados em função do seu valor arquivístico.

Quadro 3 – Estrutura do questionário

Grupos	Objetivos
1. Identificação	Identificação do museu e sua localização Responsável pelo preenchimento
2. Caracterização da instituição	Constituição, personalidade jurídica e tutela Serviços e espaços
3. Recursos humanos	Recursos humanos Formação Serviços externos
4. Recursos financeiros	Autonomia financeira e orçamento próprio
5. Recursos informáticos e de comunicação	Utilização das TIC Página de internet e redes sociais
6. Bens do acervo	Museológico (categorias, modo de incorporação, bens museológicos, inventariação, digitalização, informatização, suporte utilizado, documentação orientadora, quadro normativo, sistema de vocabulário) Bibliográfico (tipo de bens, modo de incorporação, bens bibliográficos, registo, informatização, suporte utilizado, documentação orientadora, quadro normativo, interoperabilidade) Arquivístico (suportes documentais, modo de incorporação, bens arquivísticos, inventariação, informatização, suporte utilizado, documentação orientadora, quadro normativo, interoperabilidade)
7. Acondicionamento, conservação e restauro	Conservação das instalações Conservação e acondicionamento dos acervos Procedimentos de conservação e restauro
8. Acesso ao público	Visitantes presenciais e virtuais Reservas (acesso, visitantes/utilizadores, acervo disponível) Biblioteca/centro documentação (acesso, utilizadores, acervo disponível) Arquivo (acesso, utilizadores, acervo disponível)
9. Principais dificuldades e projetos	Principais dificuldades Projetos de curto e médio prazo

No que diz respeito à formulação das perguntas, optou-se por utilizar um maior número de perguntas fechadas, isto é, com opções de resposta pré-definidas com o objetivo de facilitar o seu preenchimento e o subsequente tratamento estatístico. Para além deste, outro conjunto de perguntas foi incluído, de conteúdo quantitativo, de forma a poder recolher dados seja através de números absolutos seja através de percentagens. Acrescenta-se ainda que, em algumas das perguntas quantitativas, e dados os possíveis problemas em termos de resposta, decidiu-se deixar a referência a que, em caso de inexistência ou dificuldade em obter os dados, se assinalasse o valor '0'.

Por último, incluíram-se também várias perguntas abertas: um campo de observações nos quadros referentes aos recursos humanos; duas relativas à forma como se realizava a interoperabilidade entre os acervos museológico e bibliográfico e entre aquele primeiro e o arquivístico; e uma outra pergunta final respeitante aos projetos de curto e médio prazo a implementar ao nível da gestão dos sistemas de informação. Ainda no âmbito da resposta aberta, foram colocadas várias opções de ‘Outro(s). Qual(ais)?’ sempre que se achou pertinente poder obter outra informação complementar, mantendo-se a possibilidade da sua codificação e posterior tratamento.

Teste do questionário

Na sequência da construção do questionário por parte da equipa do projeto, procedeu-se ao necessário pré-teste junto de um conjunto de interlocutores do sector dos museus. Esta fase subdividiu-se em dois momentos:

i) um primeiro, com base numa versão preliminar do questionário em papel, realizou-se entre setembro e novembro de 2015, um total de 22 entrevistas de pré-teste. Os entrevistados foram selecionados de acordo com os critérios da tutela, localização geográfica e o ano de abertura. Este pré-teste permitiu aferir tanto aspetos formais (como por exemplo, a dimensão do questionário, a facilidade de preenchimento, entendimento das perguntas, tempo necessário ou os circuitos internos a percorrer para obter toda a informação), como de conteúdo (pertinência das questões colocadas, sua formulação, notas explicativas ou outros aspetos específicos dos acervos em análise, em especial do bibliográfico e arquivístico, ao nível da adequação das palavras utilizadas nas várias opções de resposta).

ii) um segundo, já depois de aperfeiçoados e estabilizados todos os aspetos formais e de conteúdo do questionário, e com base na versão final construída na plataforma *online*, realizou-se entre o final do mês de janeiro e fevereiro de 2016, uma nova ronda de pré-testes junto de 9 entrevistados. A sua escolha foi feita a partir da amostra do momento anterior. O objetivo deste foi sobretudo o de avaliar os aspetos relacionados com a compreensão, a facilidade de circulação e o preenchimento do questionário neste suporte e com o tempo necessário para o preenchimento.

Iniciativas de divulgação do questionário

No plano da comunicação, a anteceder o início do período da aplicação, de modo a dar a maior visibilidade possível à realização do inquérito por questionário, o GT-SIM encetou um conjunto de contactos formais junto de algumas entidades nacionais com o intuito de solicitar a sua colaboração tanto ao nível do incentivo dos museus sob sua dependência ou seus associados de participar no estudo, como o de poder utilizar os seus vários canais de comunicação para poder fazer a respetiva divulgação. As entidades contactadas foram as seguintes: Direção-Geral do Património Cultural/Rede Portuguesa de Museus, Direção de História e Cultura Militar, Direção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, Direção Regional da Cultura - Governo Regional da Madeira e ICOM Portugal.

Para além destas iniciativas, a realização do estudo foi também devidamente divulgada através dos vários canais da BAD, do próprio GT-SIM, de outras páginas e blogues do sector dos museus que fizeram a difusão dessas informações, bem como por parte dos membros do grupo nas comunicações realizadas nos mais variados encontros ou conferências.

1.2. TRABALHO DE CAMPO

Em março de 2016 deu-se início ao envio do questionário por via eletrónica. Este processo decorreu em dois momentos. No primeiro, realizado a 13 de março, procedeu-se ao envio do questionário através de mensagem de correio eletrónico aos responsáveis dos museus dependentes da Direção-Geral do Património Cultural (16) e da Direção de História e Cultura Militar (6). No segundo, a 28 de março, realizou-se o envio do acesso ao questionário, de resposta *online*, através de mensagem personalizada por correio eletrónico dirigida aos responsáveis dos restantes museus que constituíam o universo de partida (688). No total foram enviados 710 pedidos de preenchimento.

O prazo inicial de resposta era 28 de maio desse mesmo ano. No entanto, face ao número relativamente baixo de respostas completas, decidiu-se realizar uma primeira insistência por correio eletrónico a 28 de abril de 2016. No decurso desta fase foi possível apurar que um dos principais problemas se deveu à não receção por parte de alguns dos museus da mensagem

inicialmente enviada através da plataforma *online*. Nesse sentido, estabeleceram-se inúmeros contactos com o intuito verificar e corrigir os endereços eletrónicos utilizados, permitindo assim a afinação do ficheiro de expedição e do posterior envio de uma segunda via da mensagem com o link de acesso ao questionário para muitos dos museus inquiridos.

Entre 16 e 19 de maio realizou-se uma segunda insistência junto dos museus que ainda não tinham acedido ao questionário, procurado fazer um ponto de situação quanto à intenção de o preencher. Na expectativa de possibilitar a resposta aos museus que o não conseguiram fazer no prazo estipulado, prolongou-se o período de resposta até 10 de junho. Uma terceira ronda de insistências foi feita a 6 e 7 de junho e passou pela realização de contactos com o conjunto de museus que tinham iniciado o preenchimento do questionário, mas que por alguma razão ainda não o tinha concluído, procurando averiguar-se quais as dificuldades encontradas e os esclarecimentos a dar de forma a finalizarem o questionário. Uma das principais respostas apontadas teve a ver com a dependência e o tempo de resposta por parte de outros departamentos ou serviços externos (recursos humanos, biblioteca, arquivo, etc.) em fornecer os dados necessários ao preenchimento de algumas das perguntas no questionário.

Paralelamente, manteve-se o atendimento por telefone e por correio eletrónico (criado para o estudo - diagnostico.si.museus@gmail.com) e que serviu para o esclarecimento de dúvidas quanto ao preenchimento do questionário, quanto à sua aplicabilidade, na resolução de alguns, poucos, problemas que a plataforma informática foi revelando e nos pedidos de envio de um novo acesso ao questionário.

1.3. RESPOSTAS OBTIDAS

Com o término da fase de trabalho de campo em meados do mês de junho, foi possível verificar que, a partir das respostas obtidas ao longo do período de aplicação em apreço, o número de museus com resposta válida ao questionário foi 222, o que corresponde a uma taxa de resposta de 31% tendo por base o total de museus do ficheiro de expedição (quadro 4).

Quadro 4 – Aplicação dos questionários por situação
Número absoluto e percentagem

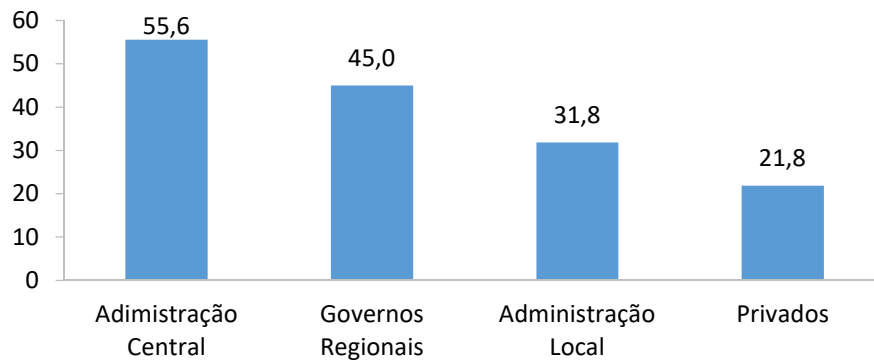
Situação	Número de casos	Percentagem
Ficheiro de expedição	710	
Recusa	30	4,2
Iniciaram preenchimento	258	36,3
Respostas válidas	222	31,3

Observando a aplicação dos questionários sobre o ponto de vista da situação, constata-se que houve 30 museus que informaram, através de contacto telefónico ou eletrónico, da sua indisponibilidade para responder ao questionário (4% do total de museus), invocando como motivos o não se enquadrar na presente situação do museu, não ter recursos humanos ou a informação necessária disponível, a sua complexidade ou simplesmente a falta de tempo para dar uma resposta.

Por outro lado, foram 258 os museus que acederam à plataforma e deram início ao preenchimento do questionário (representam 36% do universo), no entanto, apenas se consideraram válidas 222 dessas respostas, ou seja, do total de acessos à plataforma obteve-se uma taxa de conclusão de 86%. As restantes respostas não puderam ser consideradas válidas pela exiguidade do número de perguntas respondidas.

No que diz respeito à representatividade das respostas obtidas relativamente ao universo de acordo com a tutela, atesta-se que as percentagens oscilam entre o máximo de 56% na Administração Central e o mínimo de 22% dos Privados (gráfico 1).

Gráfico 1 – Taxa de resposta por Tutela
Percentagem do número de casos por tutela
N= 222

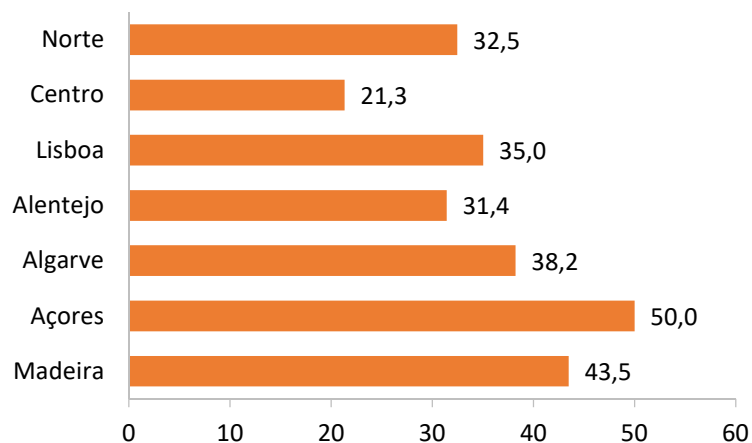


Número de casos: Administração Central, 72; Governos Regionais, 20; Administração Local, 380; Privados, 238.

A partir do gráfico anterior, é possível ainda verificar que em termos de proporção de não resposta, as percentagens mais elevadas situam-se entre os museus dependentes dos Privados (78%) e da Administração Local (68%).

Observando agora a representatividade tendo por base a região, verifica-se que as percentagens variam entre o máximo dos Açores (com metade dos casos em análise) e o mínimo do Centro (21%) (gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de resposta por Região
Percentagem do número de casos por região
N= 222



Número de casos: Norte, 194; Centro, 197; Lisboa, 117; Alentejo, 105, Algarve, 34; Açores, 40; Madeira, 23.

Saliente-se ainda, por um lado, as percentagens relativamente mais elevadas que se registam nas regiões autónomas (acima dos 45% de participação) e, por outro lado, e com exceção do Centro, para as percentagens na ordem dos 30% que se verificam nas restantes regiões do Continente, tendo sido no Algarve que se verificou o valor mais elevado de resposta (38%).

Variáveis de caracterização

Com o intuito de dar conta da realidade em observação foram consideradas diversas variáveis primárias ou de caracterização utilizadas, tanto na construção do universo como na análise dos resultados, através dos cruzamentos com as restantes variáveis sempre que se afigurar pertinente. As variáveis são quatro: Tutela, Tipo, Região e Abertura.

Quanto à Tutela adota-se uma segmentação entre sectores Público e Privado e, naquele, entre Administração Central, Governos Regionais e Administração Local. Para além desta, outras segmentações mais agregadas ou desagregadas são consideradas para cada uma daquelas grandes categorias.

Em relação ao Tipo de museu, os nove tipos em uso – Arte, Arqueologia, História, Ciências Naturais e de História Natural, Ciência e de Técnica, Etnografia e de Antropologia, Especializados, Território e Mistos e Pluridisciplinares – foram construídas a partir da tipologia do ICOM/UNESCO, sendo que aquela foi da responsabilidade do OAC com o apoio da RPM.

A variável Região tem por base a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) de 2003 - Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

Relativamente à Abertura, a variável foi criada a partir do ano de abertura ao público e depois enquadrada num dos seis escalões criados para o efeito.

2. ANÁLISE DE RESULTADOS

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA: A INSTITUIÇÃO

Variáveis de caracterização

As variáveis primárias utilizadas são a Tutela (que será usada mais frequentemente), a Região, o Tipo e a Abertura. Com base nestas variáveis esboça-se uma caracterização dos 222 museus que responderam ao questionário (quadro 5).

No que toca à dependência institucional, os museus são maioritariamente de tutela Pública, com uma percentagem acima dos 75%, com particular destaque para os dependentes de municípios (55%). Seguem-se os da Administração Central (18%) e dos Governos Regionais (4%). Os Privados representam 23% na amostra.

Do conjunto de entidades tuteladas pela Administração Central (40) salientam-se os dependentes do Ministério da Cultura (43%), da Defesa Nacional (20%) e Universidades (17%). No que diz respeito aos Privados, do total de respostas obtidas (52), verifica-se algum predomínio dos museus pertencentes às Associações (37%), Fundações (21%) e Misericórdias (17%).

Numa análise segundo o Tipo, constata-se que os principais tipos de museus são os de Arte e os Mistos e Pluridisciplinares, que representam cerca de 41% dos museus que responderam. Se juntarmos os tipos de Etnografia e de Antropologia e Especializados, estes representam, no conjunto, mais de 70% dos casos. As restantes tipologias não ultrapassam os 9%. No entanto, importa referir igualmente a diversidade representada.

Relativamente à distribuição por Região, confirma-se a existência da presença de museus de todas elas, sendo que o Norte é a região que regista a maior percentagem (28%). Seguem-se as regiões do Centro e de Lisboa (ambas com 19%). Em conjunto, as três regiões compreendem cerca de 66% dos museus. A Madeira apresenta a percentagem mais baixa de todas as regiões.

Do ponto de vista do Ano de abertura, ressalta desde logo a juvenildade dos museus que responderam ao inquérito, uma vez que 43% abriu ao público a partir do ano 2000. O período

2000-2009 é o que apresenta a maior percentagem (27%), mas é de destacar igualmente o peso dos museus cuja abertura se verificou desde 2010 (cerca de 16%).

Quadro 5 – Museus segundo a Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura
Número absoluto e percentagem do número de casos

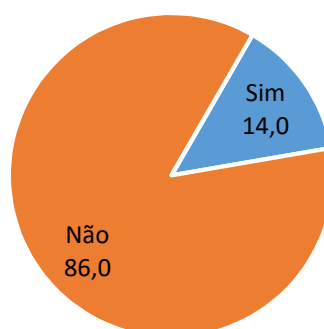
Variáveis	Museus	
	Número de casos	Percentagem
Número de casos	222	100,0
Tutela		
Administração Central	40	18,0
Governos Regionais	9	4,1
Administração Local	121	54,5
Privados	52	23,4
Tipo		
Arte	45	20,3
Arqueologia	14	6,3
História	20	9,0
Ciências Naturais e de História Natural	8	3,6
Ciência e de Técnica	12	5,4
Etnografia e de Antropologia	35	15,8
Especializados	34	15,3
Território	9	4,1
Mistos e Pluridisciplinares	45	20,3
Região		
Norte	63	28,4
Centro	42	18,9
Lisboa	41	18,5
Alentejo	33	14,9
Algarve	13	5,9
Açores	20	9,0
Madeira	10	4,5
Abertura		
Antes de 1899	8	3,6
1900-1969	43	19,4
1970-1989	37	16,7
1990-1999	39	17,6
2000-2009	59	26,6
2010-2015	36	16,2

Fonte: Bd_DSIM.

Personalidade jurídica

No que diz respeito à Personalidade jurídica própria responderam afirmativamente apenas 14% dos museus (gráfico 3).

Gráfico 3 – Personalidade jurídica própria
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Serviços da orgânica do museu

Em relação aos serviços existentes na estrutura orgânica do museu, foi solicitado que respondessem através de uma pergunta aberta de que forma se encontravam organizados os serviços (sectores ou áreas funcionais) internos, consignados no seu organograma, documento fundador ou regulamento interno.

Deste modo, apuraram-se 111 respostas válidas (metade do total de casos). A outra metade da amostra, correspondente a 29%, não respondeu à pergunta, e a 21%, respondeu de forma inadequada à questão colocada.

Nesse sentido, da sistematização realizada a partir das respostas obtidas é possível constatar que os serviços se encontram genericamente alinhados da seguinte forma: direção, serviços administrativos (secretariado), técnicos (gestão de coleções, investigação, exposição, comunicação, conservação, educação) e auxiliares (apoio técnico, manutenção, vigilância, segurança e acolhimento).

Dado o foco do presente estudo, centrou-se a atenção mais em alguns dos serviços existentes, tendo-se nesse âmbito organizado as respostas em sete categorias - Gestão de coleções/ Investigação; Conservação/Restauração, Comunicação/Divulgação, Serviço educativo; Biblioteca/Centro de documentação/Arquivo; Reservas; Não existe.

A partir do gráfico 4 observa-se que o serviço com maior percentagem é o da Gestão de coleções/investigação, sendo esta a área mais frequentemente referida (80%)⁵. Também com uma percentagem considerável situa-se o Serviço educativo, presente organicamente em mais de 55% dos museus. Por outro lado, veja-se que 14% dos museus referiu não existir uma formalização orgânica dos seus serviços.

Gráfico 4 – Serviços apontados na orgânica do museu
Percentagem do número de casos
N = 111



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

É de salientar ainda o facto dos serviços específicos de Biblioteca/ Centro de documentação/ Arquivo terem pouca expressão ao nível dos instrumentos orgânicos do museu, uma vez que se encontram consignados em pouco mais de um terço dos museus (37%). O mesmo sucedendo com o serviço de Reservas, que regista apenas 12%.

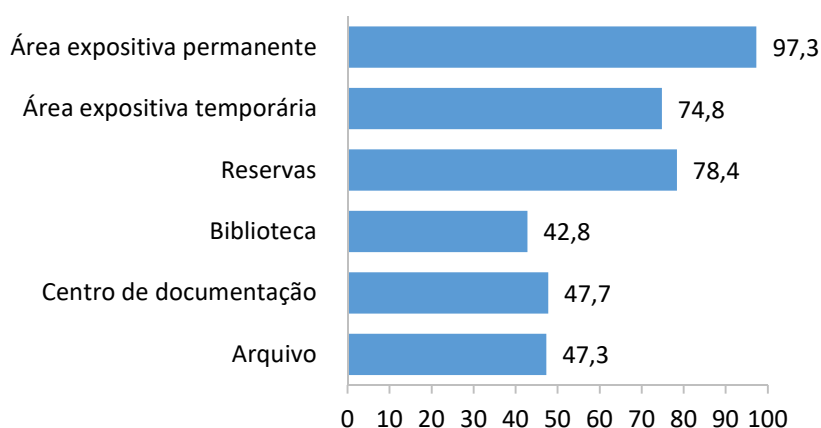
⁵ No entanto, outras áreas encontram-se igualmente consideradas nesta categoria, como sejam a da incorporação e da inventariação.

Espaços do museu

Numa primeira leitura dos dados referentes aos espaços existentes nos museus, verifica-se, como seria de esperar, que a quase totalizada dos museus possui área de exposição permanente (97%) (gráfico 5).

Seguem-se com percentagens acima dos 75% a área técnica das Reservas e a de exposição temporária (em que 3% dos museus referiu ter apenas este tipo de exposição). Quanto aos restantes espaços considerados, as percentagens variam entre os 48% do Centro de documentação e os 43% da Biblioteca.

Gráfico 5 – Espaços disponíveis no museu
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

Numa segunda leitura, tendo agora por base o número de espaços referidos, importa salientar que cerca de dois terços dos museus possuem bens nos vários espaços de gestão do acervo: Reservas, Biblioteca, Centro de Documentação e Arquivo (gráfico 6).

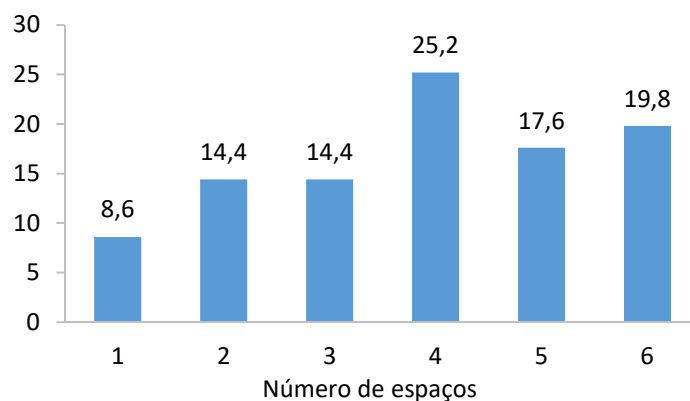
Neste âmbito, constata-se que a percentagem mais elevada (25%) se regista nos quatro espaços ou serviços existentes, sendo que nestes a combinação mais referida compreende as duas áreas da componente expositiva, as reservas e o centro de documentação. No lado oposto, refira-se a percentagem dos que assinalaram ter apenas as áreas de exposição permanente ou temporária (9%). Acrescente-se ainda que 20% dos museus afirmaram possuir

todos os seis espaços, ao passo que são 22% os museus que possuem os três espaços: Biblioteca, Centro de Documentação e Arquivo.

Gráfico 6 – Número de Espaços disponíveis no museu

Percentagem do número de casos

N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Numa terceira leitura, a que diz respeito à localização dos espaços do museu, é possível constatar que na esmagadora maioria dos museus se localizam na sua Sede (quadro 6). As percentagens variam entre o máximo de 95% da Área expositiva permanente e 81% das Reservas e do Arquivo.

Nos Núcleos museológicos, para além da vertente expositiva, é o espaço técnico das Reservas que é o mais representado (15%). Este é também o mais referido em Outros equipamentos (com 21%), local onde se encontra uma pequena parte dos outros serviços do museu (Biblioteca, Centro de documentação e/ou Arquivo)

Quadro 6 – Localização dos Espaços/serviços do museu

Percentagem do número de casos

Espaços/serviços	Sede do Museu	Núcleo museológico	Outro equipamento	Número de casos
Área expositiva permanente	95,4	24,1	1,9	216
Área expositiva temporária	88,6	17,5	6,6	166
Reservas	81,0	14,9	21,8	174
Biblioteca	86,3	4,2	11,6	95
Centro de documentação	82,1	5,7	12,3	106
Arquivo	81,0	4,8	15,2	105

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

2.2. RECURSOS HUMANOS

Pessoal ao serviço por grupo, área, relação com a instituição e período de trabalho

No que diz respeito aos recursos humanos, verifica-se que responderam, a pelo menos uma das categorias consideradas no questionário, a quase totalidade dos museus (99%) (quadro 7). Em 2015, o número de pessoas ao serviço totalizou 2.320, o que representa uma média de 11 pessoas por museu respondente.

Quadro 7 – Museus e Pessoal ao serviço por Grupo, Relação com a instituição e Período de trabalho
Percentagem do número de respostas válidas

	Museus	Pessoal ao serviço
Grupo		
Dirigente/Administrador	70,9	8,5
Técnico Superior	79,1	30,2
Assistente Técnico	75,9	32,2
Assistente Operacional	66,4	20,3
Outro pessoal	28,2	8,8
Relação com a instituição (fora do quadro de pessoal)		
Estagiário/ Bolseiro	20,0	8,9
Voluntário	16,8	6,5
Período de trabalho		
Tempo completo	81,8	72,9
Tempo parcial	31,8	10,4
Não resposta	14,5	16,7
Número de respostas válidas	220	2.320
Percentagem de respostas válidas	99,1	

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

Observando sob a perspetiva dos museus que afirmaram ter pelo menos um indivíduo numa das categorias do Grupo em causa, é possível verificar que os grupos Técnico Superior, Assistente Técnico e Dirigente/Administrador são os mais representados, com percentagens acima dos 71%. O Grupo do Outro pessoal é o menos referido (28%).

Quanto à Relação com a instituição, foi também solicitado que referissem se tinham tido, em 2015, pessoal com estatuto de estagiários/bolseiros e voluntários, sendo que 20% e 17% dos

museus, respetivamente, declararam terem tido pelo menos uma pessoa com este estatuto. Acrescente-se ainda que apenas 6% referiu ter acolhido cumulativamente no museu pessoas estagiários/bolseiros e voluntários.

O Período de trabalho mais frequente nos museus analisados é o Tempo inteiro (para 82% dos casos), ao passo que o Tempo parcial é referido por cerca de um terço dos casos.

Passando para o pessoal ao serviço, constata-se que do total já referido de 2,3 mil, e tomando em conta o Grupo, verifica-se que são os grupos Assistente Técnico e Técnico Superior que registam os maiores volumes de pessoal a trabalharem nos museus (32% e 30%, respetivamente). Em conjunto os dois grupos representam mais de 60% do pessoal ao serviço. Por outro lado, saliente-se também os 31% de pessoal mais qualificado, isto se tomarmos em conta as categorias Dirigente/Administrador e Técnico Superior.

No que toca ao pessoal não permanente considerado, os contingentes são baixos, não ultrapassando, em ambos os casos, os 10%. Houve, mesmo assim, um acolhimento maior de Estagiários/bolseiros (9%) do que voluntários (7%).

Relativamente ao Período de trabalho, a maior percentagem concentra-se no Tempo completo (73%), ao passo que apenas 10% teve trabalhadores em regime parcial. Refira-se ainda que, em relação a estes últimos, mais de metade (de um total de 241) encontrava-se a desempenhar atividade de técnico superior, em especial da área de museologia. Registe-se também os 17% de pessoal ao serviço que não foi enquadrado num dos períodos.

No sentido de conhecer um pouco melhor a forma como se distribuía o pessoal ao serviço nos museus de acordo com o tempo parcial de trabalho, os estagiários/bolseiros e voluntários acolhidos, procedeu-se ao cruzamento destas opções com as variáveis independentes da Tutela e da Região (quadro 8).

Segundo a Tutela, e tendo por base o total de pessoas ao serviço, é nos museus da Administração Central que se registam as percentagens mais relevantes em qualquer uma das opções consideradas, com valores acima dos 11%. Para além daquela, são também os museus dependentes dos Privados, os que apresentam maior volume de pessoas a trabalhar e tempo parcial (15%). Por outro lado, são ainda nestas duas tutelas que se verifica a maior percentagem de colaboração por parte de voluntários (ambos com 11%), ao passo que os estagiários/bolseiros estão mais representados nos Governos Regionais.

No entanto, veja-se igualmente as baixas percentagens do volume de pessoal nos museus da Administração Local e para a inexistência de respostas nos dos Governos Regionais ao regime de trabalho parcial e de voluntariado.

Quadro 8 – Pessoal a termo parcial, Estagiário/ Bolseiro e Voluntários por Região e Tutela
Percentagem do total de pessoal ao serviço

	Total Pessoal ao serviço	Pessoal a tempo parcial	Estagiário/ Bolseiro	Voluntário
Total de pessoas	2.320	<i>10,4</i>	<i>8,9</i>	<i>6,5</i>
Tutela				
Administração Central	890	<i>15,1</i>	<i>13,3</i>	<i>10,7</i>
Governos Regionais	158	<i>0,0</i>	<i>10,8</i>	<i>0,0</i>
Administração Local	938	<i>6,1</i>	<i>6,0</i>	<i>2,1</i>
Privados	334	<i>15,0</i>	<i>4,8</i>	<i>10,8</i>
Região				
Norte	443	<i>12,9</i>	<i>4,7</i>	<i>5,2</i>
Centro	320	<i>22,8</i>	<i>5,0</i>	<i>14,4</i>
Lisboa	905	<i>9,3</i>	<i>13,7</i>	<i>8,0</i>
Alentejo	213	<i>3,3</i>	<i>1,9</i>	<i>2,8</i>
Algarve	163	<i>1,8</i>	<i>5,5</i>	<i>1,8</i>
Açores	165	<i>8,5</i>	<i>11,5</i>	<i>0,0</i>
Madeira	111	<i>2,7</i>	<i>12,6</i>	<i>0,9</i>

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

Quanto à Localização, é na região Centro que se encontra a maior percentagem de pessoal a trabalhar a tempo parcial nos museus (23%), seguindo-se o Norte com 13%, enquanto os localizados nas regiões mais a sul do Continente – Algarve e Alentejo – e da Madeira apresentam as mais baixas (não ultrapassando os 3%). Já em relação aos estagiários/bolseiros, estes estão mais representados em Lisboa (14%), mas também nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com 13% e 12% respetivamente. No que toca ao voluntariado, é de novo na região Centro que se localiza o valor mais elevado (14%), contrastando aqui os baixos valores existentes nas Regiões Autónomas.

Quanto às áreas de formação profissional e/ou académica, foi solicitado aos museus que enquadrassem o pessoal existente tendo por base as seis categorias dos grupos Técnico superior e Assistente técnico. Após o processo de validação dos dados foi necessário acrescentar mais uma categoria (Outros) para dar conta das não respostas à área de formação (quadro 9).

Quadro 9 – Total de pessoas ao serviço por Grupo e por Área de formação
Percentagem do total de pessoal ao serviço

Área de formação	Técnico superior	Assistente técnico
Museologia	32,0	13,4
Biblioteca e Documentação	6,0	5,5
Arquivo	2,6	1,5
Tecnologia de informação e comunicação	2,7	1,3
Conservação e restauro	7,4	7,1
Outras áreas	39,0	63,1
Outras (área não definida)	10,3	8,0
Total de pessoal ao serviço	700	746

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

A partir das respostas obtidas, verifica-se que a maior percentagem de pessoas ao serviço nos museus possui outras áreas de formação, encontrando-se mais representados no grupo dos assistentes técnicos (63%) do que nos técnicos superiores (39%). O segundo contingente de trabalhadores situa-se na área Museologia, mas aqui com mais relevo nos técnicos superiores, registando 32% contra os 13% dos do outro grupo considerado.

As restantes áreas possuem um peso reduzido, não ultrapassando os 10%, denotando o baixo volume de técnicos, sobretudo de nível superior, com especialização numa das outras áreas tomadas em conta no estudo, como sejam, por exemplo, as de Conservação e restauro (7%), as da Biblioteca e Documentação (6%) ou as de Arquivo (3%), estando possivelmente o trabalho destas áreas a ser desenvolvido por pessoas de outras áreas.

Cruzando a variável da Área de formação do pessoal do grupo Técnico superior com a Tutela, e tendo por base o total de pessoas ao serviço, constata-se que este grupo aparece mais

representado nos museus das Administrações Local e Central, com 32% e 31% respetivamente (quadro 10).

Quadro 10 – Representatividade dos Técnicos superiores por Área de formação e por Tutela
Percentagem do total de pessoal ao serviço

Área de formação	Tutela				
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	Total
Técnicos superiores	30,7	26,6	31,6	26,6	30,2
Museologia	11,8	12,0	8,4	6,3	9,7
Biblioteca e Documentação	2,4	0,0	1,4	2,4	1,8
Arquivo	0,6	0,0	0,5	2,4	0,8
Tecnologia de informação e comunicação	1,8	0,0	0,1	0,6	0,8
Conservação e restauro	2,1	0,6	2,7	2,1	2,2
Outras áreas	9,6	13,9	13,8	11,1	11,8
Outras (área não definida)	2,5	0,0	4,7	1,8	3,1
Total de pessoal ao serviço	890	158	938	334	2.320

Fonte: Bd_DSIM.

Notas: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas. A percentagem corresponde apenas ao número de pessoas do grupo Técnico superior.

No que toca à área de formação, a categoria das Outras áreas de formação profissional ou académica é a predominante entre os trabalhadores dos museus de três das quatro tutelas, com mais relevo nos dos Governos Regionais e Administração Local (ambos com um peso de 14% no total de pessoas ao serviço), mas também os Privados (11%). A exceção são as entidades da Administração Central cuja prevalência se encontra nos técnicos superiores da área da Museologia (12% contra 10 das Outras áreas).

Ainda em relação à área, salienta-se o facto das restantes áreas apresentarem percentagens muito baixas, sendo que as do Arquivo e das Tecnologias de informação e comunicação são as apresentam o menor volume de técnicos superiores nos museus analisados. Por outro lado, são os museus dependentes dos Governos Regionais os que possuem menor diversidade de técnicos superiores, uma vez que se encontram concentrados nas duas principais áreas já referidas – Museologia e Outras áreas – e uma pessoa de Conservação e restauro.

Pessoal ao serviço por área de ação

Num segundo momento, foi solicitado aos museus que indicassem de que forma se distribuía o pessoal ao serviço tendo em conta a gestão do trabalho nos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico, bem como em outros serviços desenvolvidos no museu⁶. Nesse sentido, o quadro 11 permite aferir qual a situação existente.

No que diz respeito às respostas, verifica-se que 84% dos museus responderam à referida pergunta, a que corresponde uma percentagem de 73% do volume total de pessoas ao serviço (1,7 mil pessoas).

Quadro 11 – Museus e Pessoal ao serviço por principal área de ação
Percentagem do número de respostas válidas

Principal área de ação	Museus	Pessoal ao serviço
Museológico	96,7	64,0
Bibliográfico	26,1	5,3
Arquivístico	11,4	2,1
Outros serviços	37,0	28,6
Número de respostas válidas	184	1.700
<i>Percentagem de respostas válidas</i>	83,6	73,3

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

A quase totalidade das entidades afirmou ter o acervo museológico como o principal foco do trabalho (97%), ao passo que o acervo arquivístico é o que possui a percentagem mais baixa (11%). Relativamente ao pessoal afeto, as percentagens seguem a mesma disposição da dos museus, apresentando-se o acervo museológico como o predominante (64% de pessoas), seguindo-se os Outros serviços, com 29%. Os acervos bibliográfico e arquivístico encontram-se sub-representados, com percentagens abaixo dos 5%.

Tendo em conta o pessoal ao serviço por área de ação de acordo com o Grupo profissional, as percentagens mais elevadas encontram-se, em qualquer dos acervos, na categoria de técnico superior, variando entre o máximo de 69% do Arquivístico e os 36% do Museológico (quadro

⁶ Saliente-se que se pedia aos museus que enquadrassem o seu pessoal em apenas uma das categorias, a que considerassem principal, isto apesar das referências que davam conta das possíveis várias funções que uma mesma pessoa podia desempenhar no museu.

12). A exceção são os Outros serviços do museu, cujo desempenho se centra mais na categoria dos assistentes técnicos (51%).

Quadro 12 – Pessoal ao serviço por principal área de ação e por Grupo
Percentagem do total de pessoal ao serviço

Grupo	Principal área de ação			
	Museológico	Bibliográfico	Arquivístico	Outros serviços
Dirigente/Administrador	10,7	5,6	5,6	4,7
Técnico Superior	35,6	43,3	69,4	16,5
Assistente Técnico	24,2	35,6	22,2	51,1
Assistente Operacional	22,5	8,9	2,8	15,5
Outro pessoal	7,1	6,7	0,0	12,2
Total pessoal ao serviço	1.089	90	36	485

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

Por outro lado, importa referir também que, se as funções direcionadas para a gestão dos acervos bibliográfico e arquivístico se encontram centralizadas nas duas categorias predominantes, as do acervo museológico e das áreas afins do museu surgem um pouco mais dispersas pelo pessoal das várias categorias.

Tomando agora em consideração a área de formação (profissional ou académica) do pessoal ao serviço nas categorias dos grupos técnico superior e assistente técnico (em conjunto), é possível perceber a relativa relação direta entre a área de formação e o trabalho desenvolvido em cada um dos acervos (quadro 13).

Quadro 13 – Pessoal ao serviço por principal área de ação e por Área de formação
Percentagem do total de pessoal ao serviço

Área de formação	Acervos			Outros serviços
	Museológico	Bibliográfico	Arquivístico	
Museologia	31,3	4,2	8,6	7,3
Biblioteca e Documentação	3,7	73,2	11,4	1,2
Arquivo	1,2	2,8	34,3	0,9
Tecnologia de informação e comunicação	1,2	4,2	2,9	4,9
Conservação e restauro	10,9	1,4	11,4	4,9
Outras áreas	31,4	9,9	28,6	77,7
Outras (área não definida)	20,2	4,2	2,9	3,0
Total pessoal ao serviço	649	71	35	328

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pelo menos um indivíduo numa das categorias consideradas.

Deste modo, o acervo bibliográfico é o que apresenta a relação mais direta, uma vez que 73% do pessoal tem qualificações na área da biblioteconomia e documentação, ao passo que o trabalho no acervo museológico se reparte entre os com museologia e outras áreas (os dois representam dois terços), o mesmo acontecendo no acervo arquivístico, onde a diferença percentual entre os com formação própria e os que possuem outras áreas é relativamente pequena, representado os de arquivo 34% contra os 29% dos das outras áreas. Esta estreita diferença é explicada pela maior predominância dos técnicos superiores na área do arquivo e pela dos assistentes técnicos nas áreas afins.

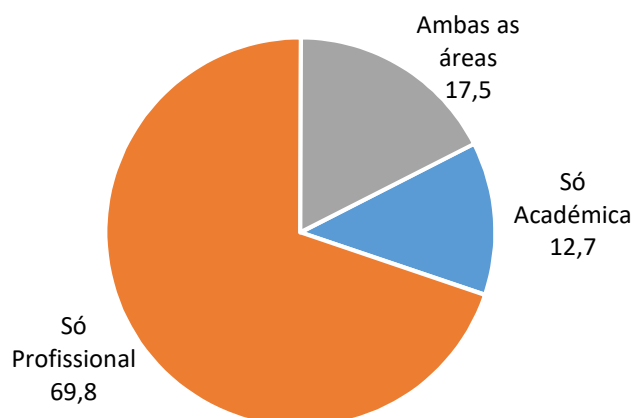
Relativamente às restantes duas áreas, a da tecnologia de informação e comunicação é a menos representativa, não ultrapassando os 5% (outros serviços) e a da conservação e restauro, com a percentagem máxima a chegar aos 11% do pessoal referido, encontra-se principalmente na gestão dos acervos museológico e arquivístico (neste, assegurado em primazia pelos assistentes técnicos).

Formação

Do total de respostas obtidas, 28% dos museus referiram ter tido funcionários a participar em formação profissional e/ou académica no último ano sobre a gestão da informação dos acervos.

Relativamente ao âmbito da formação, dos que afirmaram ter tido participação (63 casos), a grande maioria fê-lo através de estruturas profissionais (70%) (gráfico 7). Apenas 12% fez uma formação de nível académico, ao passo que 18% dos museus teve funcionários a frequentar ambos os âmbitos.

Gráfico 7 – Âmbito da formação em gestão da informação dos acervos
 Percentagem do número de casos
 N = 63



Fonte: Bd_DSIM.

No que diz respeito à área de formação, as que apresentam maior preferência são as da Museologia (57%), seguida pela da Conservação e restauro (40%). A menos referida é da Tecnologias de Informação e Comunicação (24%) (quadro 14).

Quadro 14 – Área de formação em gestão da informação dos acervos por Âmbito
 Percentagem do número de casos

Área	Académica	Profissional	Total
Museologia	84,2	54,5	57,1
Biblioteconomia	15,8	29,1	25,4
Arquivística	15,8	27,3	25,4
Tecnologia de informação e comunicação	21,1	23,6	23,8
Conservação e restauro	26,3	45,5	39,7
Outra(s)	21,1	29,1	25,4
Número de casos	19	55	63

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

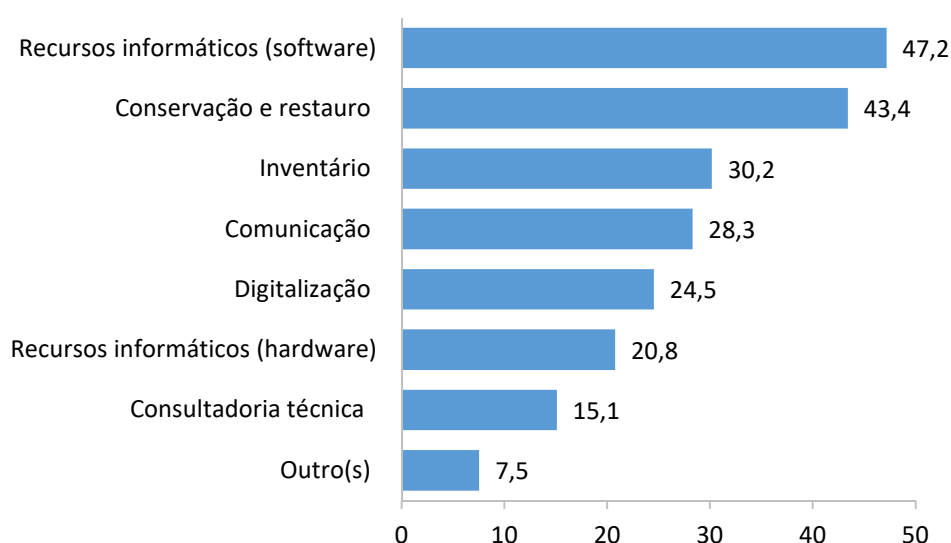
Observando a área pelo âmbito da formação, é de destacar a Museologia como a predominante entre a formação de nível académico (mais de 80%), ao passo que a Conservação e restauro entre o âmbito profissional (46%).

Recurso a serviços externos

No âmbito da gestão dos acervos, um quarto dos museus recorreu, no ano de referência, à contratação de pelo menos um serviço externo (pessoas coletivas ou individuais).

As áreas mais assinaladas pelos museus são Recursos informáticos (*software*) (47%) e Conservação e restauro (43%) (gráfico 8). Cruzando pela tutela, os museus dependentes da tutela Pública referem como área principal os Recursos informáticos (*software*), mas também a Comunicação e a Digitalização. Ao invés, os de dependência Privada assinalam como principal a Conservação e restauro, destacando igualmente o Inventário e a Consultadoria técnica.

Gráfico 8 – Museus por Área do serviço externo a que recorreu
Percentagem do número de casos
N = 53



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

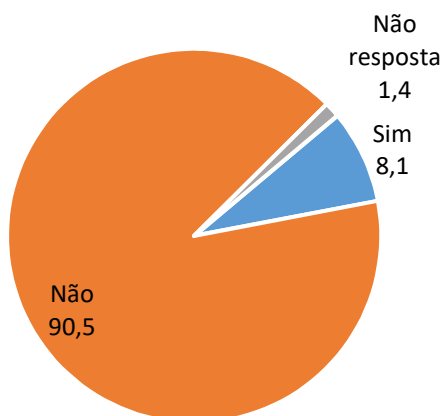
2.3. RECURSOS FINANCEIROS

Autonomia financeira e orçamento anual próprio

Quanto aos recursos financeiros, constata-se que apenas uma pequena parte das entidades museológicas referiram possuir autonomia financeira (8%), ao passo que essa percentagem é superior no que diz respeito ao orçamento anual próprio, uma vez que perto de um terço afirmaram possuí-lo (gráficos n.ºs 9 e 10).

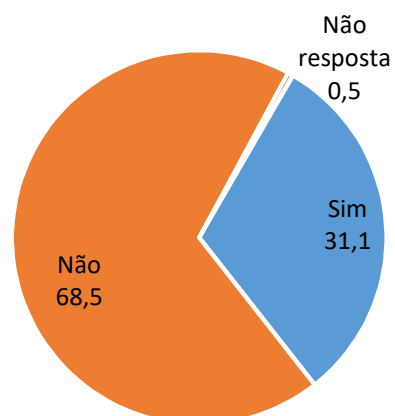
O cruzamento dos dados do orçamento anual próprio com a tutela revela que este está mais generalizado entre os museus de tutela Privada, com 46% contra os 27% de tutela Pública.

Gráfico 9 – Autonomia financeira
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Gráfico 10 – Orçamento anual próprio
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

2.4. RECURSOS INFORMÁTICOS E DE COMUNICAÇÃO

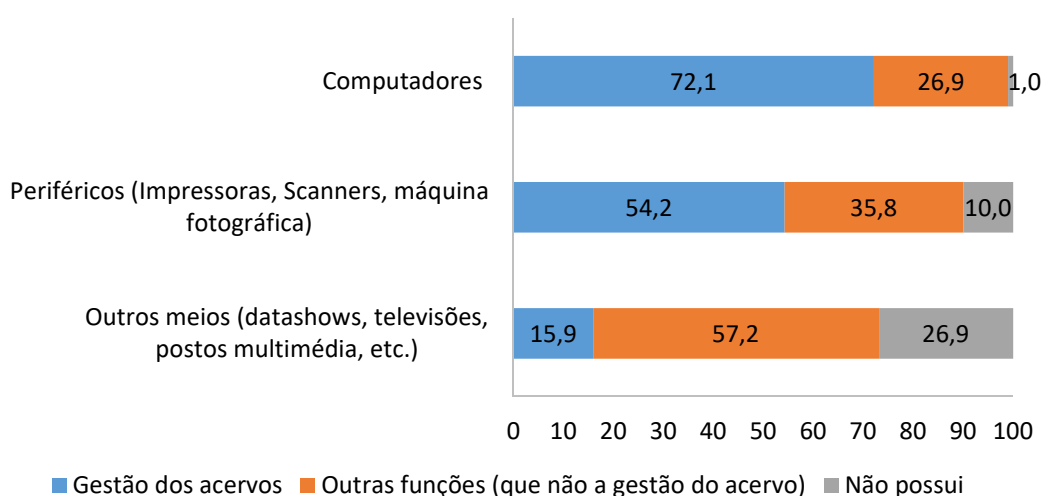
Computadores e outros meios de apoio

No que diz respeito à existência de recursos informáticos e de comunicação, a quase totalidade dos museus refere dispor desses recursos nos serviços (91%). Saliente-se que os museus que assinalaram não dispor de meios informáticos e de comunicação (10%) dependem da tutela Pública, sobretudo da administração local.

Ainda em relação aos recursos existentes, e de acordo com as respostas obtidas, a totalidade dos museus tem os seus serviços informatizados (99%), a quase totalidade possui periféricos de apoio - Impressoras, Scanners, máquina fotográfica – (90%) e uma esmagadora maioria usufrui de outros meios - datashows, televisões, postos multimédia, etc. (73%).

Relativamente aos recursos que os museus dispõem para a gestão dos seus acervos, o gráfico 11 mostra que 72% dos museus assinala ter computadores destinados ao trabalho (mesmo que não em exclusivo) de gestão dos acervos. Mais de metade (54%) refere ter periféricos, ao passo que apenas 16% assinala ter outros meios direcionados para esse trabalho, uma vez que estes se encontram na grande maioria adstritos a outras funções do museu. Saliente-se também a percentagem de museus que não possuem Impressoras, Scanners, máquina fotográfica (10%).

Gráfico 11 – Museus com recursos destinados à gestão dos acervos
Percentagem do número de casos
N = 201



Fonte: Bd_DSIM.

Passando a análise dos museus para as unidades constata-se, em termos de grandeza, que os computadores totalizam em 2015, 1.583 unidades, seguida dos Outros meios e dos Periféricos, ambos com valores acima das 600 unidades (quadro 15).

Quadro 15 – Unidades totais e destinadas à gestão dos acervos
Número, percentagem do total e média

	Total de unidades	Destinados à gestão dos acervos		
		Unidades	Percentagem	Média de unidades
Computadores	1.583	514	32,5	3,5
Periféricos (Impressoras, Scanners, máquina fotográfica)	648	304	46,9	2,8
Outros meios (<i>datashows</i> , televisões, postos multimédia, etc.)	738	130	17,6	4,1

Fonte: Bd_DSIM.

Em termos de unidades destinadas à gestão dos acervos, apesar de serem os computadores os que existem em maior quantidade, estas apenas representam 33% do total existente. Por outro lado, são os Periféricos os que registam a maior proporção entre o total assinalado pelos museus (47%), o que pode sugerir uma maior utilização dos existentes pelos vários serviços do museu.

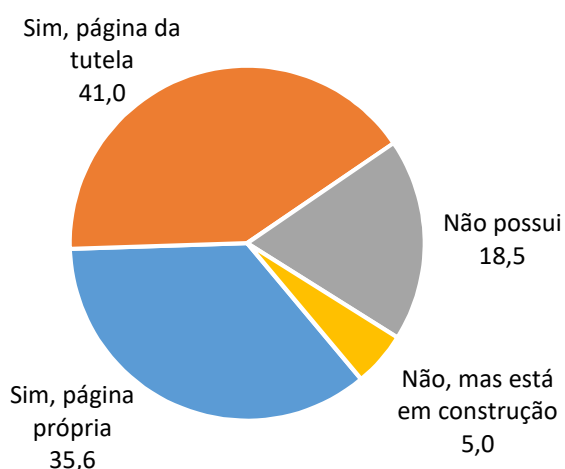
Os valores médios variam entre 3 dos Periféricos e 4 dos Computadores e Outros meios por museu.

Página de internet

Quando solicitados a indicar se detêm página de internet, 77% respondeu positivamente, verificando-se uma maior incidência nos museus com informações na página da tutela, com 41% contra os 36% dos com página própria. (gráfico 12).

Mais uma nota para referir que 23% assinalou não possuir página de internet, isto apesar de existirem 5% de museus com esse suporte em construção. A ventilação da resposta de inexistência de página pelas variáveis independentes, faz notar que esta se evidencia mais nos museus dependentes da administração local (56%), criados depois de 2000 (60%), do tipo de Etnografia e de Antropologia e Mistos e Pluridisciplinares (44%).

Gráfico 12 – Museus que possuem página de internet
 Percentagem do número de casos
 N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

A partir das respostas obtidas dos museus com página de internet, verifica-se que a principal informação nela veiculada passa na esmagadora maioria pela disponibilização de dados sobre o museu (99%), seu funcionamento e serviços nele existentes (88%) (gráfico 13). A menos referida é a visita virtual (19%).

Gráfico 13 – Museus por funcionalidades da página de internet
 Percentagem do número de casos
 N = 170



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

Das funcionalidades relacionadas com as coleções do museu, 22% afirmou disponibilizar *online* tanto o catálogo como documentação científica.

Presença nas redes sociais

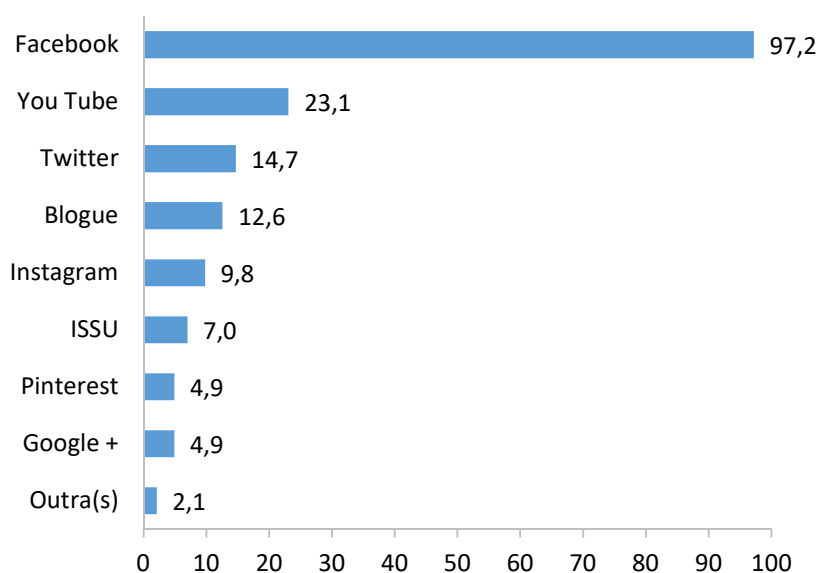
No que diz respeito à presença nas redes sociais, cerca de dois terços dos museus responderam afirmativamente. Esta é transversal aos museus dependentes de ambas as tutelas, mas com uma maior prevalência entre os Privados (73% face os 62% dos Públicos).

Quanto às redes utilizadas, salienta-se de forma inequívoca o Facebook (97%) como o canal a que os museus mais recorrem para comunicar com o público (gráfico 14). Seguem-se com percentagens mais baixas o Youtube e o Twitter, com 23% e 15%, respetivamente. As menos utilizadas são o Pinterest e o Google + (ambas com 5%). Do gráfico é possível extrair que ainda há muito a explorar neste âmbito da comunicação com o exterior.

Gráfico 14 – Presença em Redes sociais

Percentagem do número de casos

N = 143



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Pergunta de resposta múltipla.

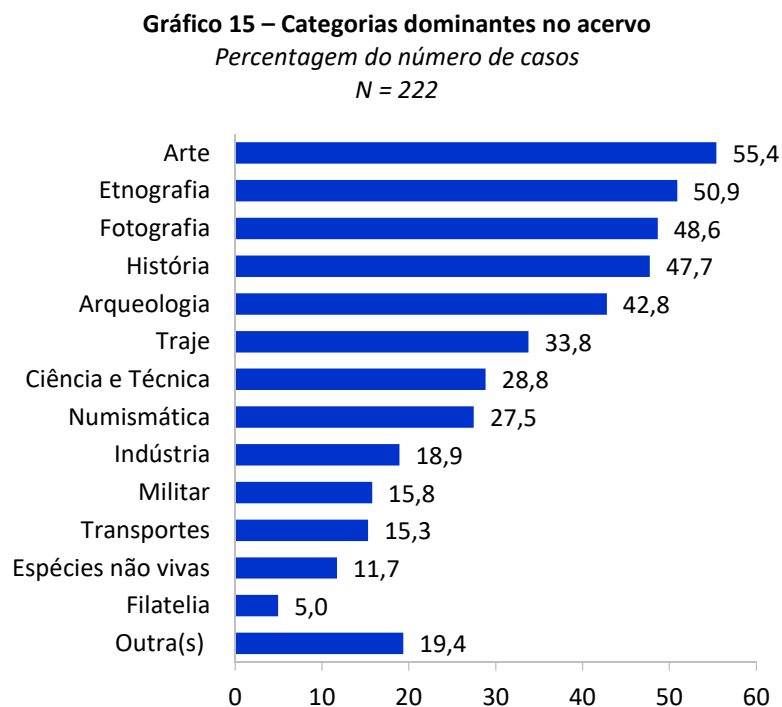
2.5. ACERVOS

Nesta parte começa-se por apresentar uma caracterização dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico de acordo com as suas várias dimensões: categorias e tipo de bens; modos de incorporação; número de bens e modalidades; informatização da coleção; documentos orientadores; quadro normativo e sistema de vocabulário controlado; e por fim, a interligação entre bases de dados.

2.5.1. ACERVO MUSEOLÓGICO

Categorias dominantes

No que diz respeito às categorias dominantes do acervo dos museus que responderam (questão de resposta múltipla), a opção referida como mais representada é a de Arte, registando 55% (gráfico 15).



Fonte: Bd_DSIM.

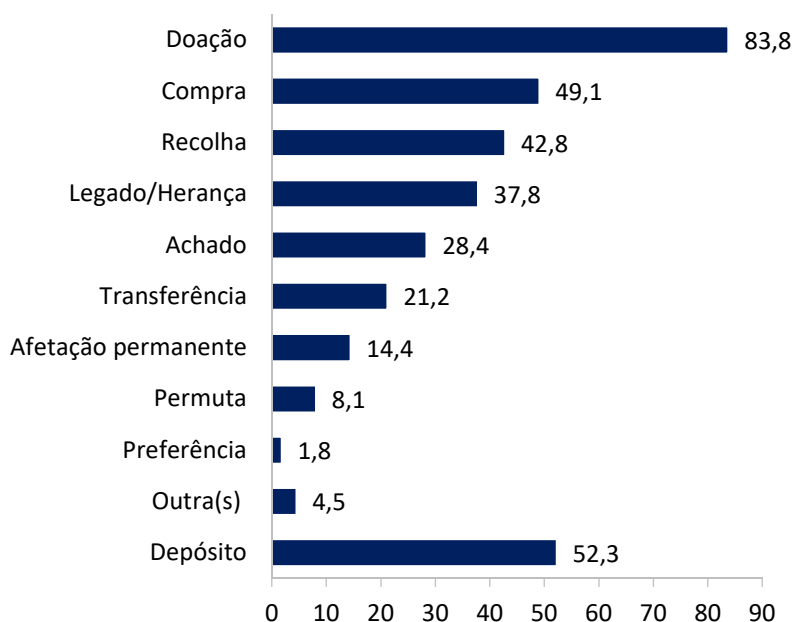
Nota: Variável múltipla.

Ainda com um peso significativo para cerca de metade dos museus encontra-se a categoria de Etnografia (51%). Seguem-se Fotografia (49%), História (48%) e Arqueologia (43%). As categorias menos referidas, com menos de 12%, são Espécies não vivas e Filatelia.

Modos de incorporação

Quanto ao modo de incorporação, a Doação constitui a principal forma de entrada de bens no acervo museológico, tendo sido referida por 84% dos casos (gráfico 16).

Gráfico 16 – Modo de incorporação de bens no acervo do museu
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

Para além daquele, acrescenta-se também a integração de bens através da Compra (49%) e da Recolha (43%). Por outro lado, os menos utilizados são a Permuta e a Preferência com apenas 8% e 2%, respetivamente. Nota ainda para o facto de todas as opções terem sido referidas pelo menos uma vez.

Saliente-se ainda a percentagem de museus que referiram albergar bens através da modalidade de Depósito (52%).

Total de bens museológicos e forma de registo

No que diz respeito à pergunta da quantificação de bens museológicos, refira-se que a percentagem de respostas válidas foi 93% (207 casos). Quanto ao número de bens existentes, verifica-se que em 2015, a partir das respostas obtidas, ascende a 13,4 milhões, o que representa uma média de 64,7 mil bens (quadro 16).

Quadro 16 – Total de bens museológicos e de bens com cadastro, com inventário, fotografados, em base de dados (informatizados) e em exposição

Números absolutos e percentagem do número de casos e do total de bens

Forma de registo	Número de casos	Percentagem	Total de bens	Percentagem
Com cadastro	124	59,9	4.789.360	35,8
Com inventário	178	86,0	4.609.212	34,4
Fotografados	153	73,9	997.499	7,5
Em Base de dados	165	79,7	1.157.933	8,7
Em exposição	171	82,6	176.532	1,3
Número de casos	207			
Total de bens			13.384.242	

Fonte: Bd_DSIM.

Relativamente ao número de casos, constata-se as percentagens relativamente elevadas de resposta a qualquer uma das opções da forma de registo⁷. Os museus com bens inventariados são os que apresentam o valor mais elevado (86%), ao passo que os com cadastro o valor mais baixo (60%), mas mesmo assim, para mais de metade dos casos. Nota para referir que em relação aos bens em exposição, cujo valor deveria corresponder à totalidade dos casos, a diferença deve-se às não respostas (36 casos), porventura por incapacidade de poder obter o número exato de bens.

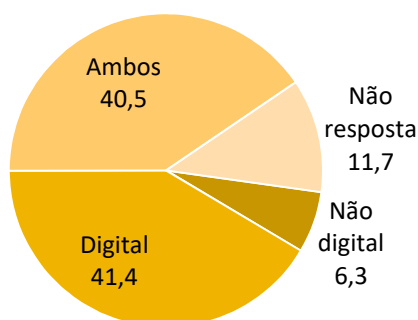
⁷ As formas de registo consideradas no presente estudo são: **Com cadastro** – Ficha básica onde são registados os principais elementos de identificação do bem museológico. Idêntico ao registo em Livro de tomo. **Com inventário** - Relação mais ou menos exaustiva de todos os objetos que constituem o acervo próprio da instituição, independentemente do seu modo de incorporação, e que são passíveis de registo no livro de inventário geral do museu (inventário museológico sumário ou desenvolvido). **Fotografados** – Relação dos objetos do acervo que se encontram fotografados (suporte físico) ou foram convertidos para formato digital. **Em Base de dados** (informatizados) – Relação dos objetos que se encontram registados em suporte informático, independentemente do programa utilizado. **Em exposição** – Relação dos objetos que se encontram expostos ao público.

Observando agora sob o ponto de vista do número de bens, a situação já se afigura diferente. A percentagem mais elevada situa-se precisamente nos bens com cadastro (36%) e só depois nos com inventário (34%). Já no que toca às opções dos bens fotografados e em base de dados, a partir das respostas obtidas, as percentagens não ultrapassam os 10%, com ligeira prevalência dos bens informatizados (9%) sobre os em suporte fotográfico (8%).

Na relação entre o total de bens existentes e os bens colocados à fruição do público, apenas uma reduzida percentagem se encontra disponível para ver visto.

Ainda no que se relaciona com os bens museológicos fotografados, agora visto pelo tipo de suporte utilizado, verifica-se que as respostas se repartem pela existência de bens em suporte Digital ou em Ambos os suportes (ambas as situações com 41%). O Não digital apenas foi referido por 6% (gráfico 17).

Gráfico 17 – Suporte dos bens museológicos fotografados
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

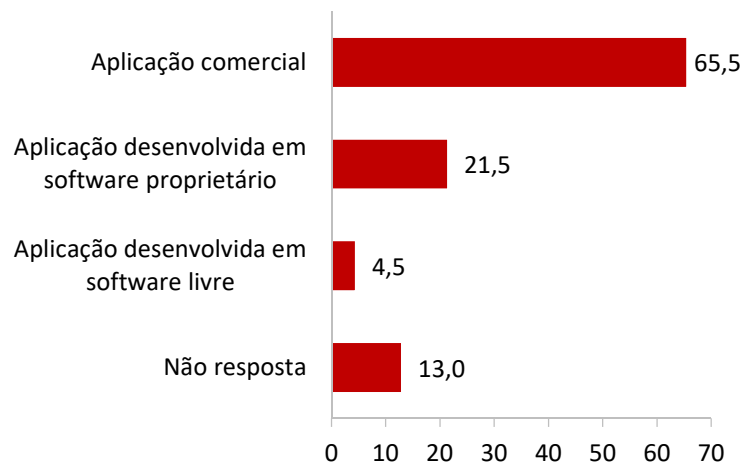
Informatização do acervo museológico

Quando solicitados a responder se possuíam aplicação informática para a gestão do acervo museológico, oito em cada dez museus afirmou positivamente.

No que diz respeito ao tipo de aplicação informática de suporte à gestão museológica, dois terços dos museus responderam ter uma aplicação comercial, 22% adaptaram aplicações

desenvolvidas em *software* proprietário (por exemplo o Microsoft Office) e 5% faz a gestão do seu acervo através de uma aplicação baseada em *software* livre⁸ (gráfico 18).

Gráfico 18 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens museológicos
Percentagem do número de casos
N = 177



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

Relativamente ao nome da aplicação (ou aplicações) informática utilizada no museu, foram muitas e diversas as mencionadas, contabilizando-se um total de 26 programas. Do conjunto de respostas obtidas, o quadro 17 permite dar conta das principais aplicações em uso na gestão dos acervos. O Matriz é a mais referida (21%), seguindo-se o In Patrimonium e o In Arte (em ambos incluindo as versões Plus e Premium), com 19% e 17%, respetivamente. As aplicações do produto Office da Microsoft representam 12%.

⁸ Registe-se ainda os 6 museus que referiram utilizar dois tipos de aplicação (comercial e em *software* proprietário) e 1 caso que referiu as três opções possíveis.

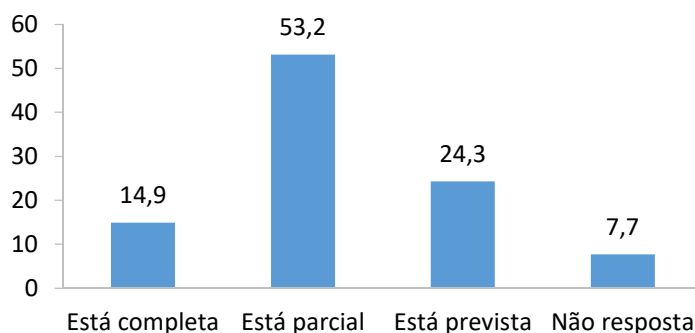
Quadro 17 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens museológicos*Percentagem do número de casos**N = 177*

Aplicação informática	Percentagem
Matriz	20,9
In Patrimonium (Plus e Premium)	19,2
In Arte (Plus e Premium)	16,9
Microsoft Office	11,9
Outra(s)	17,5
Não resposta	20,3
Número de casos	177

Fonte: Bd_DSIM.

A opção Outra(s), onde se incluíram todas as demais respostas, apresenta uma percentagem de 18%. Nesta é de destacar, por um lado, um conjunto de outras aplicações direcionadas para a gestão museológica, de que são exemplo o Musette, o Index Rerum, ou o MuseumPlus, como também, por outro lado, as aplicações de gestão de outros acervos, como sejam os programas DocBASE, Bibliobase ou Archeevo. Nota ainda para os 20% de museus que não identificaram a aplicação em questão.

Quanto à situação da informatização da(s) coleção(ões) em 2015, a maioria referiu ter o processo em curso (parcial), ao passo que apenas 15% dos museus possui o seu acervo todo informatizado (gráfico 19). No entanto, constata-se ainda a inexistência de informatização das coleções em cerca de um quarto dos museus.

Gráfico 19 – Situação da informatização das coleções*Percentagem do número de casos**N = 222*

Fonte: Bd_DSIM.

O quadro 18 apresenta a forma como se encontra a situação do inventário do acervo museológico pelo suporte utilizado, procurando fazer-se um exercício de acordo com as várias combinatórias possíveis.

Quadro 18 – Situação do inventário do acervo museológico por modalidade de suporte
Percentagem do número de casos

Modalidade de suporte	Percentagem
Exclusivamente informatizado	16,7
Exclusivamente em papel	9,9
Informatizado e em papel	17,1
Combinatória de várias opções	37,4
Não resposta	18,9
Número de casos	222

Fonte: Bd_DSIM.

Deste modo, verificar-se que 27% dos museus possui o acervo inventariado num dos suportes, com alguma prevalência do informatizado (17%) sobre o em papel (10%). Ainda assim, 17% referiu ter o inventário das suas coleções replicado nos dois suportes, o que pode permitir uma possível recuperação da informação em caso de perda de um de um deles.

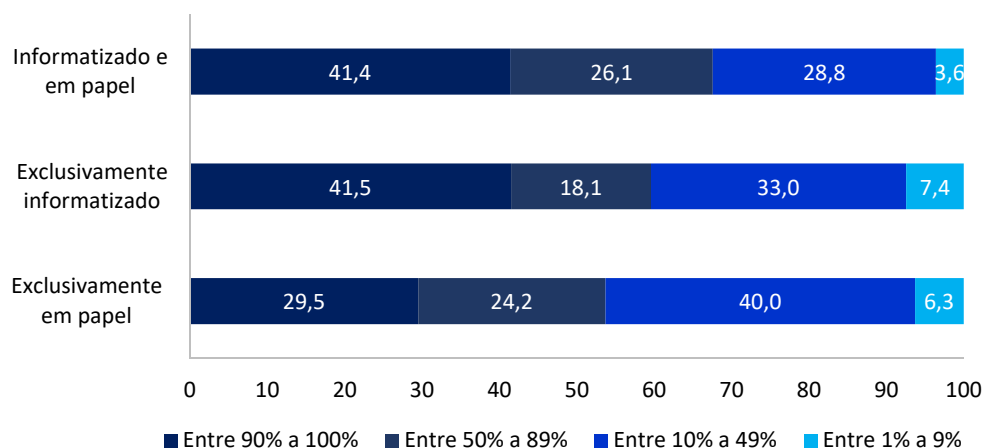
Por outro lado, através da combinatória de várias opções, constata-se que são 37% os museus que mencionam ter os seus bens inventariados de forma diferente pelos vários suportes. A título de exemplo, refira-se que a situação que regista a percentagem mais alta (14%) é a dos museus que possuem uma parte do inventário da sua coleção distribuída entre o Informatizado e em papel e outra parte em Exclusivamente em papel. Seguem-se os museus que têm o inventário dos seus bens realizado nas três opções possíveis (Informatizado e em papel; Exclusivamente informatizado; e Exclusivamente em papel), o que complexifica a gestão da respetiva informação, dada a dispersão dos dados pelos vários suportes.

A mesma pergunta possibilitava também apurar a distribuição percentual (aproximada) dos bens do acervo com inventário por suporte. Assim, o gráfico 20 mostra a distribuição das respostas de acordo com o escalão de bens inventariados em cada uma das opções de suporte.

Nesse sentido, tendo por base os que afirmaram ter pelo menos 1% em qualquer um dos suportes, é possível observar que um pouco mais de 40% dos museus se situam no escalão

mais elevado (entre 90% e 100%) dos bens que se encontram tanto informatizados e em papel, como exclusivamente informatizados. Na opção do Exclusivamente em papel, e em consonância com os dados anteriores, a maior percentagem encontra-se no escalão de Entre 10% e 49% (40%), sendo que mesmo assim, ainda existem cerca de 30% de respostas que afirmaram ter uma elevada quantidade de bens inventariados só em papel.

Gráfico 20 – Museus por Escalão dos bens museológicos com inventário por suporte
Percentagem do número de casos



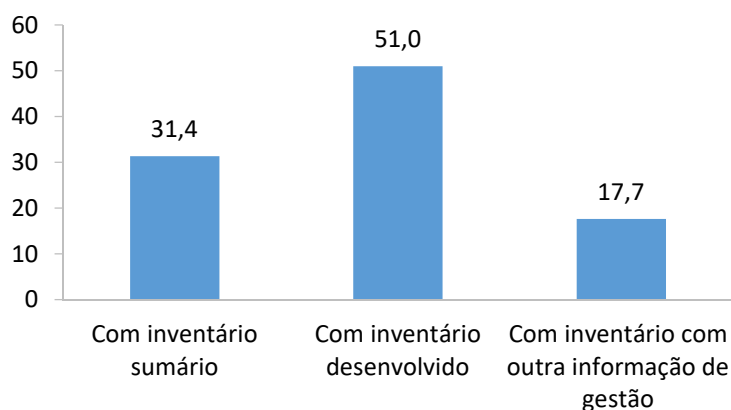
Fonte: Bd_DSIM.

Número de casos: Informatizado mas também em papel = 111; Exclusivamente informatizado = 94; Exclusivamente em papel = 95.

Tendo agora por base o total de bens do acervo em suporte informatizado (em base de dados) procura-se dar conta da sua distribuição de acordo com a modalidade de inventário⁹ existente nos museus em análise (gráfico 21).

⁹ As modalidades são: **Com inventário sumário**: Inventário com o registo de identificação básica da peça, incluindo o proprietário, o número, a denominação e dados de incorporação, a autoria, a datação, as dimensões e uma imagem do objeto; **Com inventário desenvolvido**: Inventário que acrescenta aos dados do inventário sumário, outros elementos caracterizadores do objeto, designadamente aqueles que estão relacionados com a produção, a interpretação, a descrição, a proveniência remota e o percurso que o mesmo realizou ao longo do tempo, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações várias; e **Com inventário com informação de gestão**: inventário com os registos de objetos com associação de outra informação, como os empréstimos, a conservação, a documentação, entre outros).

Gráfico 21 – Bens do acervo museológico informatizados por modalidade de inventário
Percentagem do total de bens
N = 1.069.027



Fonte: Bd_DSIM.

De acordo com as respostas válidas obtidas (144 casos), é a modalidade de inventário desenvolvido a que regista a percentagem mais elevada de bens informatizados (51%), seguindo-se o inventário com o registo básico dos bens, o sumário com 31%. O que apresenta o valor mais baixo é o inventário que inclui outro tipo de informação de gestão, como a referência aos empréstimos, à conservação, etc., representando 18% do total dos bens informatizados. Acrescente-se ainda que esta percentagem corresponde a um pouco mais de um terço dos museus.

Instrumentos normativos

Relativamente aos documentos orientadores utilizados para a gestão das coleções e informação dos bens museológicos, mais de metade dos museus referiu o seu Regulamento interno (53%) como o principal instrumento onde estão definidas as linhas orientadoras da sua atividade, seguindo-se ainda com uma percentagem relevante o documento com a Missão do museu (48%) (gráfico 22).

Gráfico 22 – Documentos orientadores utilizados na gestão das coleções e informação dos bens museológicos

Percentagem do número de casos

N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

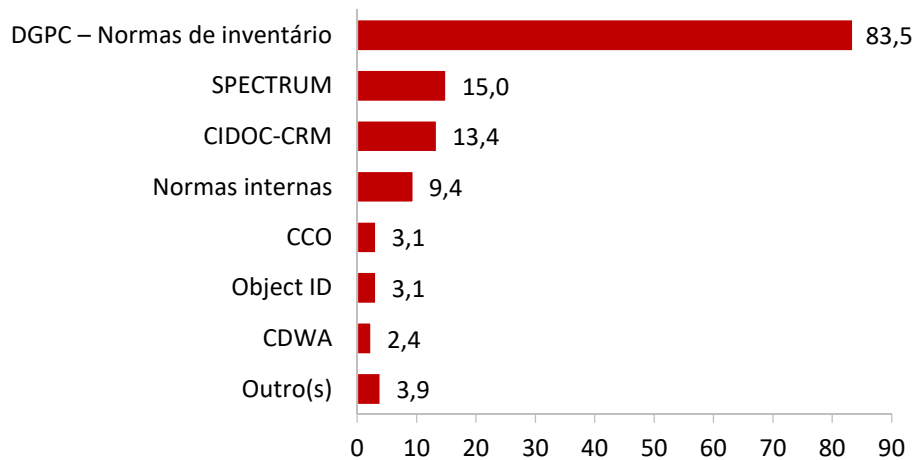
Para além dos dois documentos já referidos, nota ainda para o facto de os restantes terem sido mencionados por mais de um terço dos museus. No entanto, verifique-se também a existência de 27% de museus que não possui a gestão de informação definida nos documentos orientadores.

Do total de museus que afirmou possuir pelo menos um documento orientador (162), a maioria (55%) refere não se encontrarem disponíveis ao público. Ou seja, apenas 42% disponibiliza ao público os seus instrumentos de gestão da informação.

Ainda em relação ao sistema de gestão da informação do acervo museológico, verifica-se que 57% dos museus utiliza normas para orientar os seus procedimentos.

Dos museus que referem utilizar um quadro normativo, a esmagadora maioria emprega as Normas de inventário da DGPC (84%). Com percentagens bem mais baixas, mas acima dos 10% encontram-se as normas SPECTRUM e CIDOC-CRM, registando 15% e 13% respetivamente (gráfico 23).

Gráfico 23 – Quadro normativo utilizado
Percentagem do número de casos
N = 127



Fonte: Bd_DSIM.

Notas: Variável múltipla. Número de casos de museus que referiram utilizar normas.
Legenda: CIDOC-CRM (Conceptual Reference Model); SPECTRUM (Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums); CCO (Cataloging Cultural Objects); CDWA (Categories for the Description of Work of Arts); Object ID (Guidelines for Making Records that Describe Art, Antiques, and Antiquities).

Numa leitura tendo em conta a quantidade de normas utilizadas, 81% refere orientar-se apenas por uma, 10% por duas e 9% por mais de três documentos normativos.

Quanto à utilização de algum sistema de vocabulário controlado (tesauros) na indexação, descrição ou classificação do seu acervo museológico, a grande maioria dos museus (70%) menciona não usar qualquer sistema específico na alimentação das suas bases de dados.

Tendo em conta os que seguem um vocabulário controlado (23%, o que corresponde a 52 casos), o valor mais significativo (21%) corresponde a referências que não foi possível identificar e/ou filiar em qualquer das categorias usadas para o tratamento desta resposta aberta (gráfico 24).

Gráfico 24 – Vocabulário controlado utilizado

Percentagem do número de casos

N = 127



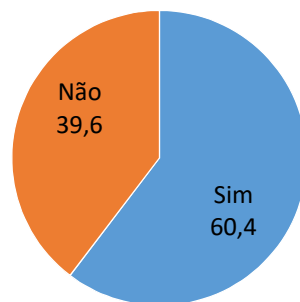
Fonte: Bd_DSIM.

Das respostas válidas, verifica-se que em igual percentagem (15%) se encontra a indicação da designação comercial do *software* utilizado, podendo denotar alguma dificuldade de distinção entre as ferramentas e a semântica dos sistemas de informação; os vocabulários desenvolvidos internamente; e a utilização de documentos normativos nacionais, com preponderância para as publicações da entidade da tutela dos museus e património cultural. As outras duas categorias, correspondem a documentos normativos internacionais (12%) e a projetos de tesouros temáticos em língua portuguesa (6%, 3 casos).

2.5.2. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

No que diz respeito ao acervo bibliográfico refira-se que 60% dos museus assinalaram ter este tipo de acervo (gráfico 25).

Gráfico 25 – Existência de acervo bibliográfico
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

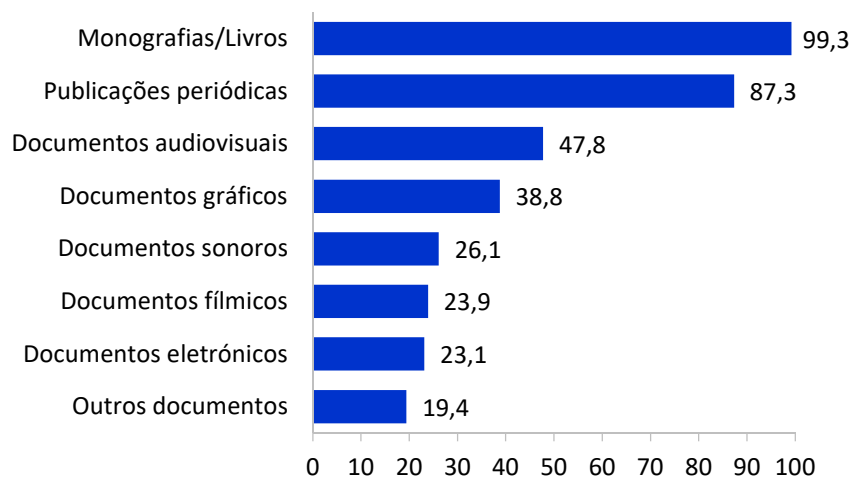
Bens dominantes

Em relação ao tipo de bens bibliográficos que o acervo do museu possui (questão de resposta múltipla), a quase totalidade dos museus refere como predominantes as Monografias/Livros (99%), seguindo-se ainda com uma percentagem relevante as Publicações periódicas com 87% (gráfico 26). Por outro lado, os menos representados no acervo dos museus, registando percentagens abaixo dos 25% encontram-se os Documentos fílmicos (24%), os eletrónicos (23%) e os Outros documentos (19%).

Gráfico 26 – Tipo de bens do acervo bibliográfico

Percentagem do número de casos

N = 134



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

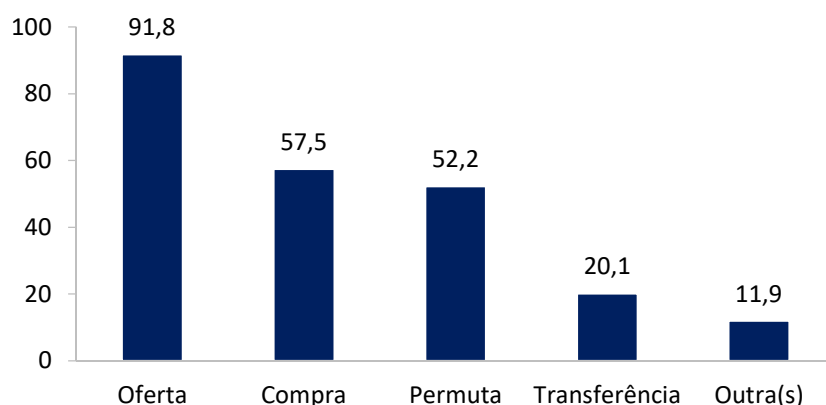
Modos de incorporação

Quanto ao modo de incorporação, predomina a modalidade de Oferta, assinalada pela quase totalidade dos museus (92%), sendo que para mais de metade dos museus a entrada de bens no acervo também se efetua através da Compra e da Permuta (gráfico 27). A menos referida é a Transferência (20%). Saliente-se ainda que 12% assinala Outras modalidades de incorporação em que se destacam os legados, doações ou as existências prévias nas instituições.

Gráfico 27 – Modo de incorporação de bens bibliográficos

Percentagem do número de casos

N = 134



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

Total de bens bibliográficos e forma de registo

Do total de museus que assinalam possuir bens bibliográficos, 84% responderam à pergunta da quantificação deste tipo de bens (112 casos). Relativamente ao número de bens existentes, contabiliza-se em 2015 um total de 1,5 milhões, o que corresponde a uma média de 13,3 mil bens por museu (quadro 19).

Quadro 19 – Total de bens bibliográficos e de bens com registo, catalogação, classificação e indexação

Números absolutos e percentagem do número de casos e do total de bens

Forma de registo	Número de casos	Percentagem	Total de bens	Percentagem
Com registo	95	84,8	1.081.463	72,7
Com catalogação	63	56,3	899.855	60,5
Com classificação	52	46,4	696.213	46,8
Com indexação	42	37,5	579.512	39,0
Número de casos	112			
Total de bens			1.487.276	

Fonte: Bd_DSIM.

No que diz respeito ao número de museus com resposta por forma de registo¹⁰, verifica-se a elevada percentagem de museus com os bens registados (85%). Essa percentagem vai decrescendo à medida que a forma de registo é mais complexa e mais completa. São 38% os museus que referem ter os seus bens com indexação.

Sob o ponto de vista do número de bens, percebe-se que 73% dos bens se encontram na forma de Registo. De assinalar também que a opção Com indexação apresenta a percentagem mais baixa, com apenas 39% dos bens bibliográficos com uma análise de conteúdo pormenorizada, compreensível se se pensar que é uma das tarefas mais morosas no âmbito do tratamento e análise documental.

Informatização do acervo bibliográfico

Dos 134 museus que assinalam a incorporação de bens bibliográficos, 75% respondeu possuir uma aplicação informática para a gestão do acervo bibliográfico. No entanto, note-se o facto de um quarto dos museus ter referido não possuir o seu acervo informatizado.

A partir das respostas dadas à questão do tipo de aplicação informática, 59% dos museus referiu utilizar uma aplicação comercial (gráfico 28). As outras duas opções apresentam percentagens bem mais baixas, não ultrapassando no conjunto os 9%. Por outro lado, acrescenta-se que um terço dos museus não referiu qualquer opção de resposta.

¹⁰ As formas de registo consideradas no acervo bibliográfico são: **Com registo** - Relação sequencial e cronológica de todos os recursos que ingressam nas coleções das bibliotecas ou centros de documentação, com os dados essenciais de cada recurso: autor, título, data de edição, etc; **Com catalogação** - Análise externa do recurso. Descrição formal e caracterização pormenorizada de qualquer documento, baseada em normas, que permite identificar o documento de forma exata, sem ambiguidade; **Com classificação**: Análise interna do recurso. Descrição de carácter geral relativamente ao conteúdo baseada no assunto principal do documento; **Com indexação** - Análise interna do recurso. Descrição ou caracterização pormenorizada de um documento relativamente ao seu conteúdo, representando esse conteúdo através de linguagens documentais.

Gráfico 28 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens bibliográficos
Percentagem do número de casos
N = 100



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

No que diz respeito ao nome da aplicação informática em uso no museu, foram diversas as respostas obtidas, tendo-se contabilizado um total de 24 programas. O quadro 20 dá conta das aplicações mais utilizadas na gestão do acervo bibliográfico. A principal nota vai para a percentagem de museus (38%) que não identificaram o nome da aplicação que serve de suporte ao referido acervo.

Quadro 20 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens bibliográficos
Percentagem do número de casos
N = 100

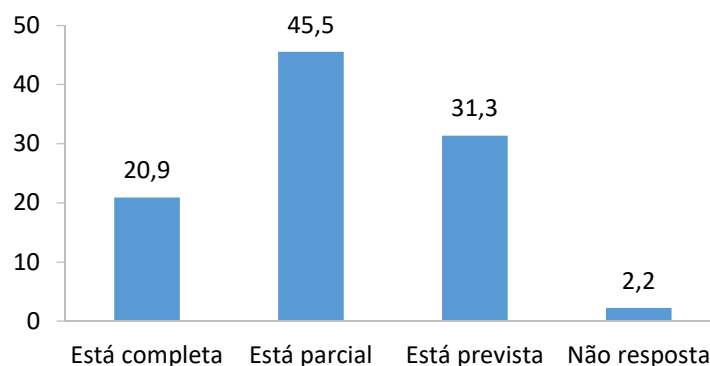
Nome a da aplicação	Percentagem
Bibliobase/Biblionet	21,0
In Patrimonium/ In Arte	8,0
PORBASE	7,0
DocBASE	4,0
Prisma	4,0
Aleph	3,0
Outras	18,0
Não resposta	38,0
Número de casos	100

Fonte: Bd_DSIM.

Por outro lado, do conjunto de respostas válidas, o produto mais referenciado é o Bibliobase/Biblionet com uma percentagem de 21%. Seguem-se, já com percentagens abaixo dos 10%, as aplicações do In Patrimonium/ In Arte e a PORBASE, com 8% e 7%, respetivamente. A opção Outros, onde se incluem as restantes respostas, regista uma percentagem de 18%. Encontram-se aqui mencionadas, para além de aplicações de gestão do acervo bibliográfico (Libware, Mobytext ou Winlib), outras várias do produto Office da Microsoft, mas também Filemaker, Dbase ou de acesso livre, como seja o OpenOffice Base.

Relativamente à situação da informatização dos bens bibliográficos em 2015, 46% dos museus assinalou ter a situação dos bens parcialmente informatizados (gráfico 29). Por outro lado, verifica-se também que perto de um terço dos museus referiu estar previsto dar início a esse processo no ano em análise. A percentagem de museus que assinala ter todo o seu acervo bibliográfico em suporte informático é de 21%.

Gráfico 29 – Situação da informatização dos bens bibliográfico
Percentagem do número de casos
N = 134



Fonte: Bd_DSIM.

À semelhança da análise feita para o acervo museológico, procura-se também aqui dar conta da situação dos bens do acervo bibliográfico com registo de acordo com a modalidade de suporte utilizado e as suas possíveis combinações (quadro 21).

Quadro 21 – Situação do registo dos bens bibliográficos por modalidade de suporte
Percentagem do número de casos

Modalidade de suporte	Percentagem
Exclusivamente informatizado	26,9
Exclusivamente em papel	6,7
Informatizado e em papel	10,4
Combinatória de várias opções	32,1
Não resposta	23,9
Número de casos	134

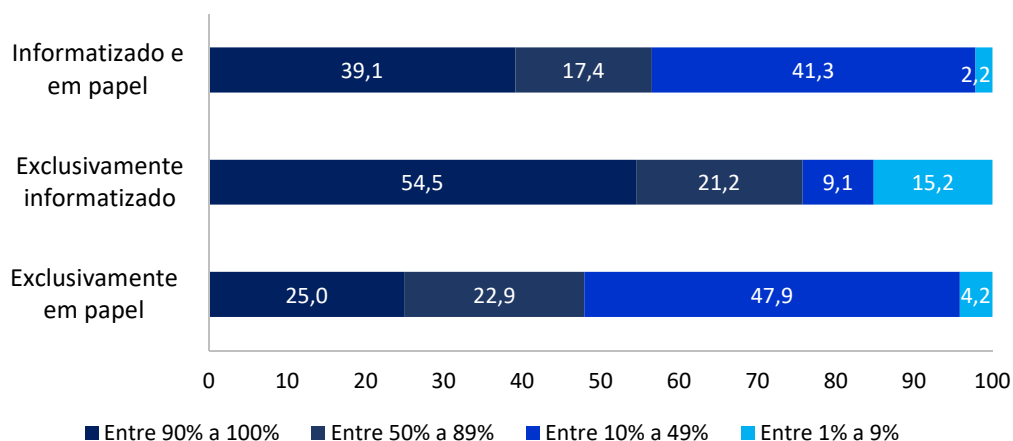
Fonte: Bd_DSIM.

Deste modo, verifica-se que cerca de um terço dos museus possui o registo do seu acervo em apenas um dos suportes. O informatizado surge como o predominante registando 27% face aos 7% dos com suporte papel. Por outro lado, um em cada dez museus refere ter o registo dos seus bens replicado em ambos os suportes.

Tendo agora em conta a combinatória das modalidades de suporte, assinala-se que outro terço do total dos museus em análise refere possuir uma situação diferenciada ao nível do registo dos bens bibliográficos pelos vários suportes. Neste caso, a situação mais assinalada é a da existência de um registo repartido pelas três opções possíveis (Informatizado e em papel, Exclusivamente informatizado e Exclusivamente em papel), com 11%.

Por outro lado, e a partir das respostas obtidas a esta mesma pergunta, o gráfico 30 permite dar conta da distribuição percentual dos bens com registo tendo por base o escalão de bens de acordo com as opções de suporte consideradas.

Gráfico 30 – Museus por Escalão dos bens bibliográficos com registo por modalidade de suporte
Percentagem do número de casos



Fonte: Bd_DSIM.

Número de casos: Informatizado mas também em papel = 46; Exclusivamente informatizado = 66; Exclusivamente em papel = 48.

A partir das respostas válidas, ou seja, dos museus que afirmaram possuir pelo menos um bem numa das modalidades de suporte, constata-se que mais de metade dos museus (55%) se situa no escalão Entre 90% a 100% dos bens cujo registo é Exclusivamente informatizado.

Ao invés, note-se que tanto para a modalidade dos bens Informatizados e em papel e Exclusivamente em papel a percentagem mais elevada se apresenta no escalão Entre 10% e 49%, com 48% e 41% respetivamente, o que significa que menos de metade do total de bens registados se encontram em cada uma destas modalidades. Ainda em relação ao Exclusivamente em papel, veja-se que um quarto dos museus afirmou possuir a totalidade ou a quase totalidade dos seus bens registados em exclusivo em papel.

Instrumentos normativos

Procura-se também perceber se para a gestão dos bens bibliográficos existem documentos orientadores/instrumentos e se os museus utilizam normas no sistema de gestão das coleções e de informação dos bens bibliográficos.

Em relação à existência de documentos orientadores utilizados para a gestão da informação, assinala-se a importância de dois: o Regulamento interno do museu e a Missão, com 36% e 34% respetivamente (gráfico 31).

Gráfico 31 – Documentos orientadores utilizados na gestão das coleções e da informação dos bens bibliográficos

Percentagem do número de casos

N = 134



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

Ainda com uma percentagem relevante encontra-se o documento Política de aquisição/desenvolvimento de coleções (22%). Saliente-se também a percentagem de museus que afirma ter um outro regulamento interno (7%). Por outro lado, verifica-se que cerca de um terço dos museus referiu não possuir um documento orientador com menção à gestão de informação dos bens bibliográficos.

Do conjunto de museus que respondeu possuir um documento orientador (89), mais de metade (53%) assinalou que os mesmos não se encontram acessíveis publicamente. Neste sentido, apenas 38% disponibiliza ao público os instrumentos de gestão do acervo bibliográfico.

Relativamente à utilização de normas no sistema de gestão dos bens bibliográficos, constata-se que 49% dos museus afirma utilizá-las para nortear os procedimentos de trabalho.

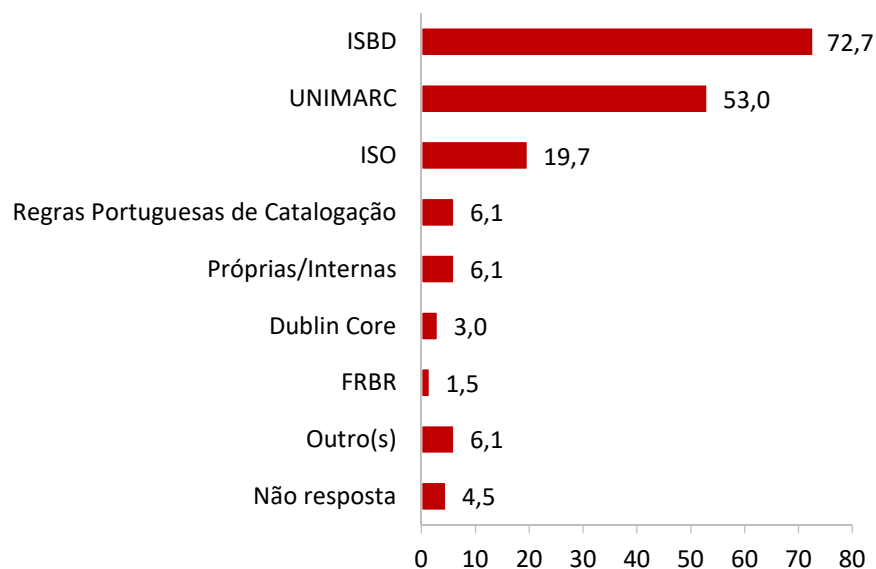
Dentro do quadro normativo utilizado assinala-se a predominância da aplicação das normas internacionais ISBD, com 73%. Segue-se em grau de importância as regras UNIMARC, com 53%. Com uma percentagem mais baixa, mas ainda relevante estão as normas ISO (20%). As restantes opções apresentam valores abaixo dos 10%. As respostas por parte dos museus

revelam conhecimento por parte das entidades das normas biblioteconómicas nacional e internacionalmente aceites (gráfico 32).

Gráfico 32 – Quadro normativo utilizado

Percentagem do número de casos

N = 127



Fonte: Bd_DSIM.

Notas: Variável múltipla. Número de casos de museus que referiram utilizar normas.

Legenda: ISBD - International Standard Bibliographic Description; UNIMARC - Universal Machine Readable Cataloging; ISO - International Organization for Standardization; FRBR - Functional Requirements for Bibliographic Records.

Interoperabilidade da base de dados

Das 134 entidades que responderam ter acervo bibliográfico, apenas 17% assinalam que existe interoperabilidade entre a base de gestão de bens bibliográficos e a base de gestão de bens museológicos. Por outro lado, refira-se também que a elevada percentagem de inexistência (83%) pode apontar para o desconhecimento dos conceitos relacionados com este processo de interoperabilidade.

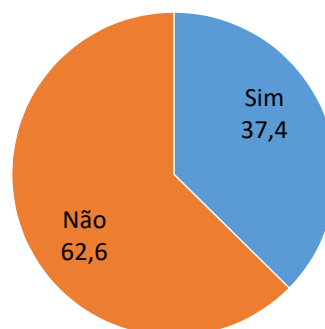
Quando questionados de que forma é feita essa interligação (pergunta aberta), percebe-se que são diversas as respostas obtidas, no entanto, na generalidade dos casos, os museus indicam que as bases de dados são comuns ou que as fichas de registo de bens bibliográficos e museológicos estão ou podem ser relacionadas.

Outras formas de interoperabilidade são referidas. Em alguns casos os museus indicam que essa interligação é feita apenas no momento da respetiva pesquisa da informação, ou ainda, através de processos mais específicos, que exigem um esforço adicional e personalizado para que se possa estabelecer relações e existir uma troca e uso de informação.

2.5.3. ACERVO ARQUIVÍSTICO

Em relação ao acervo arquivístico, constata-se que, ao contrário do que se verifica com o bibliográfico, apenas 37% dos museus referiu possuir bens deste tipo de acervo (gráfico 33).

Gráfico 33 – Existência de acervo arquivístico
Percentagem do número de casos
N = 222



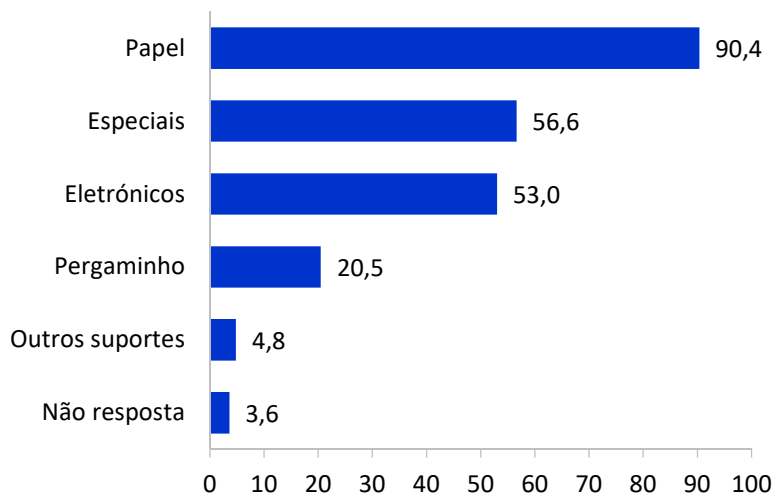
Fonte: Bd_DSIM.

Neste sentido, verifica-se que a maioria dos museus não possuem bens de valor arquivístico, podendo ser explicado pelo facto da maioria não ter autonomia, mas também porque muita da documentação que é obrigatória, tais como, por exemplo, regulamentos, registos de atas, os próprios inventários das coleções museológicas, bem como os processos dos funcionários e da contabilidade, ser encaminhada para outros serviços ou equipamentos.

Suportes documentais dominantes

Quanto aos suportes documentais dos fundos de arquivo existentes, como era de esperar, na quase totalidade dos museus predomina o Papel (90%) (gráfico 34).

Gráfico 34 – Suportes documentais dos fundos de arquivo
Percentagem do número de casos
N = 83



Fonte: Bd_DSIM.
Nota: Variável múltipla.

Seguem-se, para mais de metade dos casos em análise, os suportes Especiais e Eletrónicos, registando 57% e 53%, respetivamente. Veja-se ainda a este respeito o facto de haver uma pequena percentagem de museus (10%) em que o principal suporte dos documentos de arquivo não é o dominante, prevalecendo nestes o eletrónico. Os menos referidos são o Pergaminho (21%) e os Outros suportes (5%).

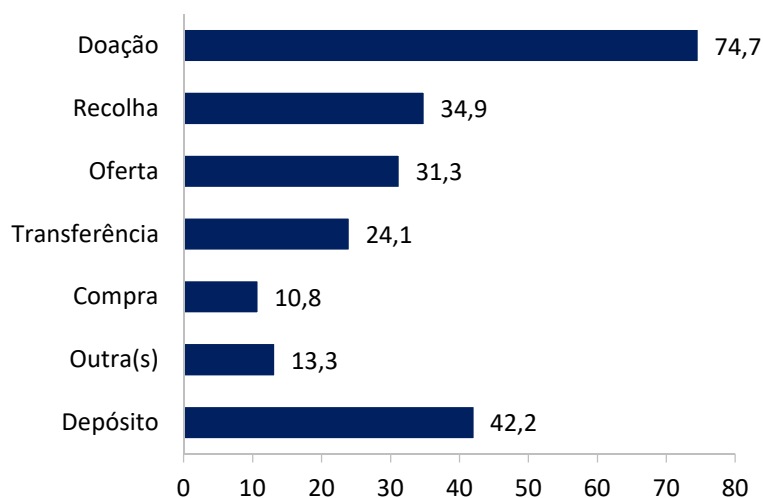
Modos de incorporação

No que diz respeito ao modo de incorporação, a modalidade mais referida para a entrada de bens arquivísticos no museu é através de Doação, mencionada por três quartos das entidades (gráfico 35).

Gráfico 35 – Modo de incorporação de bens arquivísticos

Percentagem do número de casos

N = 83



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

Salienta-se também as percentagens registadas tanto ao nível da entrada de bens através de Oferta (31%) de outras entidades, como através do envolvimento direto da equipa do museu, como sejam a Recolha (35%) e a Compra de bens (11%). Nas outras modalidades de incorporação destacam-se os legados e a produção própria das entidades.

Destaca-se ainda a percentagem relevante de museus que referem acolher bens provenientes da modalidade de Depósito (42%).

Total de bens arquivísticos e forma de registo

Na questão relacionada com a quantificação dos bens arquivísticos ou documentos de arquivo, refira-se que 72% dos museus respondeu a um dos itens solicitados, tendo em conta o número de casos que referiu possuir este acervo (83). Em termos do total de bens existentes (medidos através de metros lineares), são detidos pelos museus 1,8 milhões de metros lineares de documentação, representando uma média de 30,3 mil metros por museu (quadro 22).

Quadro 22 – Bens arquivísticos e bens com inventariação, classificação, descrição e digitalização
Números absolutos e percentagem do número de casos e do total de metros lineares

Forma de registo	Número de casos	Percentagem	Total de bens	Percentagem
Com inventariação	46	76,7	817 463	44,9
Com classificação	34	56,7	741 783	40,8
Com descrição	30	50,0	72 794	4,0
Com digitalização	29	48,3	643 115	35,4
Número de casos	60			
Total de metros lineares			1.819.183	

Fonte: Bd_DSIM.

Em relação ao número de casos com resposta válida à forma de registo¹¹, observa-se que uma parte substancial dos museus refere ter os seus bens inventariados (77%). Essa percentagem vai decrescendo à medida que os procedimentos de classificação e descrição dos documentos vão sendo mais complexos, sendo estes dois, ainda assim, assinalados por mais de metade dos casos em análise. Com bens digitalizados encontram-se 48% dos museus.

Já no que diz respeito aos metros lineares de documentação de arquivo existente, as percentagens fazem denotar uma outra realidade, uma vez que do total de bens, menos de metade encontram-se inventariados (45%). Um pouco menos são os documentos que possuem uma organização segundo um plano de classificação (41%) e muito baixa é a percentagem dos que apresentam um procedimento de descrição mais completo e que está na base da preparação dos instrumentos de pesquisa (4%). Quer isto significar que a maior parte dos arquivos dos museus possui um fraco tratamento arquivístico. Em relação à desmaterialização dos documentos, são 35% os bens que já se encontram em suporte digital.

¹¹ As formas de registo consideradas no acervo arquivístico são: **Com inventariação**: Instrumento que descreve um arquivo até ao nível da série, referindo e enumerando as respetivas unidades de instalação, apresentando o quadro de classificação que presidiu à sua organização e podendo ser complementado por índices ou catálogos; **Com classificação**: Organização dos documentos de um arquivo de acordo com o plano de classificação, quadro de classificação ou estrutura classificativa; **Com descrição**: Procedimentos que consistem na representação exata de uma unidade de descrição e das partes que a compõem (caso existam), que sirvam para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu. Está na base da elaboração de instrumentos de pesquisa; **Com digitalização**: Processo de desmaterialização que consiste na conversão de documentos em suporte físico para formato digital.

Informatização do acervo arquivístico

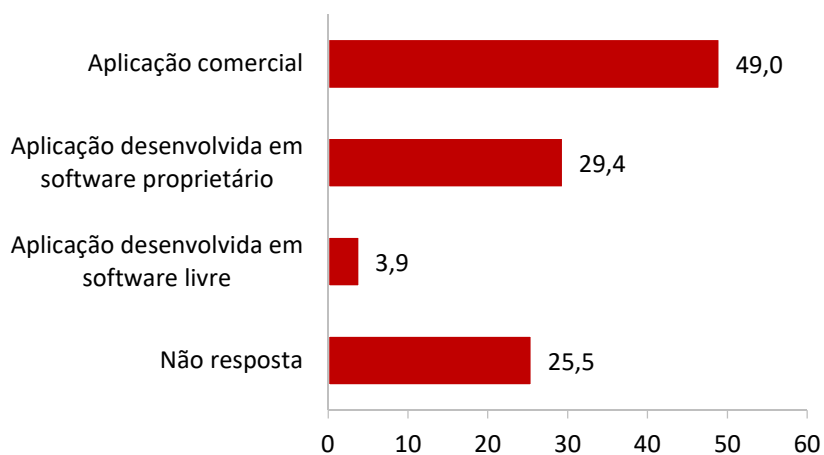
Relativamente à informatização do acervo arquivístico, do total de museus que assinalou possuir documentação de arquivo (de novo, 83 casos), 61% referiu ter uma aplicação em suporte informático para a gestão destes bens. O que significa, por outro lado, que são um pouco mais de um terço os museus que não têm este tipo de bens informatizado.

Do conjunto dos museus que afirmaram ter informatização (51 casos), constata-se que praticamente metade deles (49%) referiu usar uma aplicação comercial para a compilação da informação referente à documentação existente (gráfico 36).

Gráfico 36 – Tipo de aplicação informática de gestão de bens arquivísticos

Percentagem do número de casos

N = 51



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Variável múltipla.

A utilização de uma aplicação desenvolvida em *software* proprietário é ainda mencionado por 29% dos museus, ao passo que uma desenvolvida em *software* livre é a que regista a menor percentagem (4%). No entanto, salienta-se também que um quarto dos museus não respondeu a esta questão.

Quando solicitados a responder ao nome da aplicação informática utilizada no museu para a gestão do acervo arquivístico, a percentagem mais elevada situa-se precisamente nos casos que não identificaram o nome da referida aplicação (39%) (quadro 23).

Dos que responderam à questão, a diversidade de respostas é de novo o principal elemento a ter em conta, contabilizando-se um total de 22 programas.

Quadro 23 – Principais aplicações informáticas de gestão de bens arquivísticos

Percentagem do número de casos

N = 51

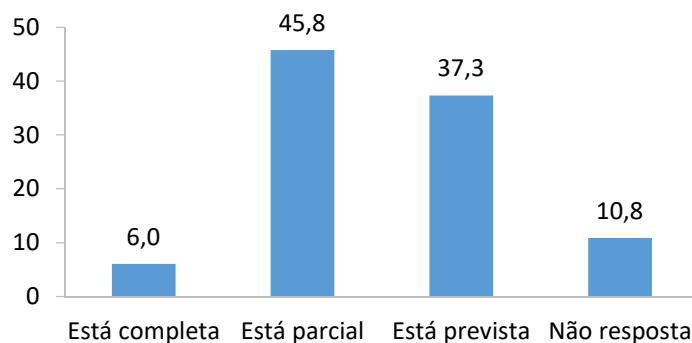
Nome da aplicação	Percentagem
Microsoft Office	15,7
In Patrimonium	9,8
ARCHEEVO	7,8
Matriz	5,9
Gisa	3,9
X-Arq	3,9
Outra(s)	23,5
Não resposta	39,2
Número de casos	51

Fonte: Bd_DSIM.

Nesse sentido, os programas do pacote Office da Microsoft, com especial relevo para o Excel, são os mais predominantes, alcançando uma percentagem de 16%. Segue-se os aplicativos de gestão integrada de arquivos In Patrimonium (com o seu módulo Indoc) e ARCHEEVO, com 10% e 8%, respetivamente. O programa Matriz surge aqui também referido por 6% dos museus. Complementarmente, e dada a diversidade de aplicações, destaque para a opção Outra(s) que regista uma percentagem de 23%. Estão aqui incluídas referências únicas a outros programas de gestão de arquivo e documentação proprietárias (ArqBase, GADSA, Libware) ou livre (AtoM), de acervo bibliográfico (Nyron e WinLib), museológico (Museumplus) ou mais transversais (DocBase e FileMaker).

A situação que regista a percentagem mais elevada no que toca à informatização de documentos de arquivo é a Parcial (46%), ou seja, o trabalho de carregamento da informação no suporte informático vai avançando de forma faseada (gráfico 37).

Gráfico 37 – Situação da informatização de documentos de arquivo
Percentagem do número de casos
N = 83



Fonte: Bd_DSIM.

Ainda em relação ao referido quadro, e num plano oposto, verifica-se que uma outra parte dos museus, em concreto 37%, tinha o procedimento de informatização dos bens previsto para 2015. A percentagem mais baixa é a dos museus com todo o acervo informatizado (6%).

O próximo aspeto a analisar é o que diz respeito à situação dos documentos de arquivo inventariados de acordo com as várias modalidades de suporte em uso nos museus (quadro 24).

Quadro 24 – Situação dos documentos de arquivo inventariados por modalidade de suporte
Percentagem do número de casos

Modalidade de suporte	Percentagem
Exclusivamente informatizado	14,5
Exclusivamente em papel	15,7
Informatizado e em papel	9,6
Combinatória de várias opções	32,5
Não resposta	27,7
Número de casos	83

Fonte: Bd_DSIM.

Tendo por base as respostas assinaladas, constata-se que são 30% os museus que utilizam apenas um suporte para o inventário dos seus documentos de arquivo, verificando-se, neste caso, um relativo equilíbrio entre a percentagem de museus com o inventário exclusivamente

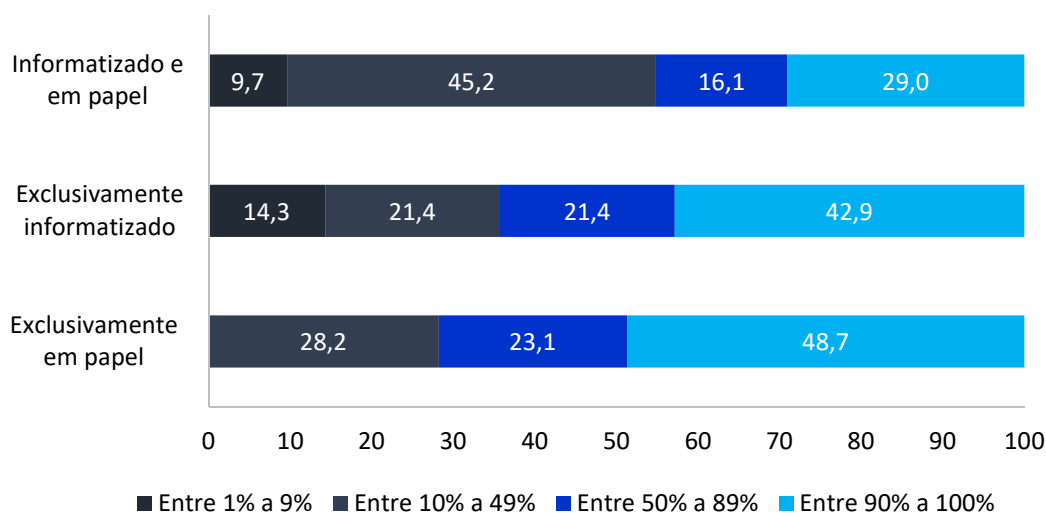
em papel (16%) e o exclusivamente informatizado (15%). Com informação em ambos os suportes, ou seja, replicada a mesma informação nos dois, encontram-se um em cada dez museus.

No caso da combinatória de várias opções, dá-se conta que um terço do total dos museus refere ter o inventário dos seus bens repartido por pelo menos duas das modalidades de suporte. Neste caso, as opções referenciadas como predominantes são Informatizado e em papel e Exclusivamente em papel (13%). Veja-se igualmente que a situação de existência de inventário nas três modalidades de suporte é uma realidade para 13% dos museus.

A partir ainda dos dados obtidos à mesma pergunta é possível dar conta de como se apresenta a distribuição percentual do inventário dos documentos de arquivo (sob a forma de escalão) em cada uma das modalidades de suporte.

Deste modo, e com base nas respostas válidas, constata-se através do gráfico 38 que a percentagem mais elevada é a dos museus que referem ter todo ou quase a totalidade do seu inventário (Entre 90% e 100%) realizado exclusivamente em papel (49%).

Gráfico 38 – Escalão dos documentos de arquivo inventariados por modalidade de suporte
Percentagem do número de casos



Fonte: Bd_DSIM.

Número de casos: Informatizado mas também em papel = 31; Exclusivamente informatizado = 28; Exclusivamente em papel = 39.

Também na utilização exclusiva do suporte informatizado se observa que o escalão predominante é o de maior percentagem de quantidade de bens inventariados (Entre 90% e 100%, com 43%), ao passo que na modalidade de existência de inventário replicado nos dois suportes, a situação indica que ainda há trabalho de tratamento da informação por realizar, uma vez que o escalão que sobressai é o Entre 10% a 49%, o que corresponde a 45% de bens inventariados.

Instrumentos normativos

No que diz respeito à existência de documentação orientadora para a gestão das coleções e da informação do arquivo, 42% dos museus refere o Regulamento interno como o instrumento onde se encontram inscritas as normas e procedimentos. Segue-se o documento da Missão para um pouco mais de um terço (35%) dos museus (gráfico 39).

Gráfico 39 – Documentos orientadores utilizados para a gestão das coleções e da informação do arquivo
Percentagem do número de casos

N = 83



Fonte: Bd_DSIM.

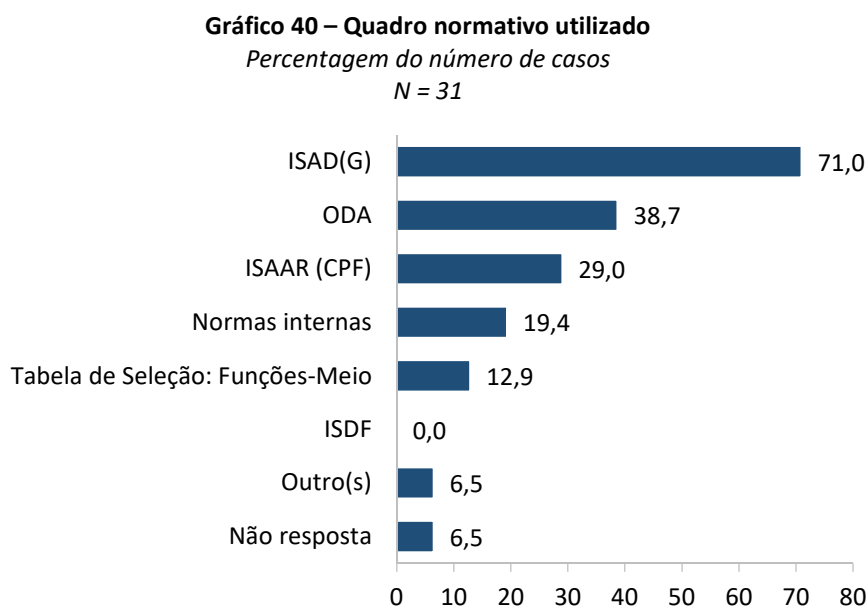
Nota: Variável múltipla.

É de notar ainda que o instrumento específico neste âmbito – Plano de gestão documental – é referido por 16% dos museus. Pelo contrário, constata-se que 29% assinalou não possuir qualquer documento orientador destinado à gestão da informação dos bens arquivísticos.

Tendo agora em conta os museus que assinalaram pelo menos um dos documentos orientadores (59 casos), regista-se que um pouco mais de metade (51%) referiu que os mesmos não se encontram disponíveis ao público, ou seja, apenas são para serem consultados internamente. Deste modo, são 36% os museus que tornam acessíveis os seus instrumentos de gestão do acervo arquivístico.

Quando questionados em relação à aplicação de normas na gestão de documentos ou descrição de arquivos, apenas 37% dos museus refere guiar-se por pelo menos um sistema específico de normas, o que pressupõe uma utilização muito diminuta.

Deste conjunto de museus (31 casos), verifica-se que o quadro normativo predominante é o das normas internacionais ISAD(G), registando 71% das respostas (gráfico 40).



Fonte: Bd_DSIM.

Notas: Variável múltipla. Número de casos que referiram utilizar normas.

Legenda: ISAD(G) - General International Standard Archival Description; ODA - Orientações para a Descrição Arquivística; ISAAR (CPF) - International Standard Archival Authority Record; ISDF - International Standard for Describing Functions.

Seguem-se, já com percentagens mais baixas, as normais ODA e ISAAR (CPF), com 39% e 29% respetivamente. Saliente-se ainda que 19% dos museus se rege por normas criadas internamente na instituição; que 13% seguem a Tabela de Seleção: Funções-Meio,

documento criado pelo organismo central das políticas públicas do sector; e que a norma ISDF não registou qualquer resposta.

Acrescente-se também o facto de 9 museus (29%) terem referido utilizar cumulativamente pelo menos 3 normas e que 8 o fazem com duas (26%).

Interoperabilidade da base de dados

No que diz respeito à interoperabilidade entre a base de gestão de bens arquivísticos e a base de gestão de bens museológicos, do conjunto de museus com este acervo (83), apenas uma pequena percentagem (17%) de museus refere existir interligação entre as duas bases de dados.

Tal como descrito em relação ao acervo bibliográfico, também aqui foi solicitado aos museus que responderam afirmativamente à existência de interoperabilidade (14 casos) que, através de pergunta aberta, referissem de que forma essa interligação era feita.

De uma maneira geral, as poucas respostas obtidas apontam quer para a utilização de programas cujas bases de dados são comuns, permitindo a fácil relação e pesquisa dos dados, quer através de fichas de registo relacionadas que permitem uma visão integrada dos bens museológicos e arquivísticos, quer ainda por intermédio de plataformas que permitem a interligação apenas no momento de pesquisa da informação realizada.

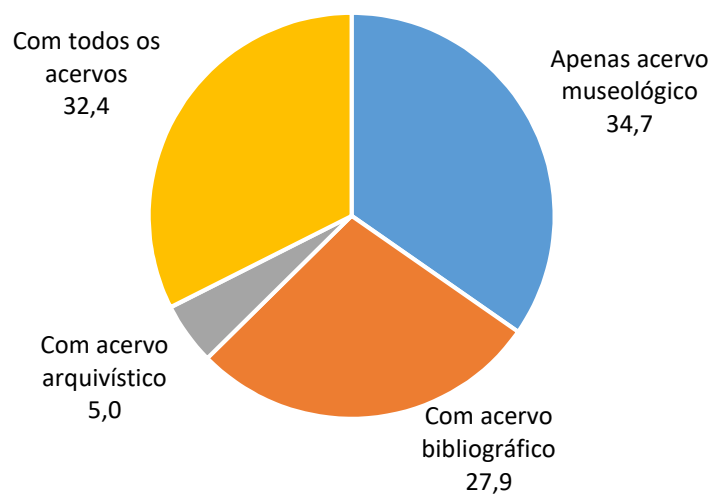
2.5.4. UM QUADRO COMPARATIVO DOS RESULTADOS

Neste ponto procura-se apresentar de uma forma agregada as variáveis referentes à existência dos vários tipos de acervo, sua informatização e interoperabilidade de acordo com algumas das variáveis de caracterização.

Existência de acervos

No que diz respeito à existência dos vários tipos de acervo, o gráfico 41 permite dar conta de um cenário em que as percentagens mais relevantes se situam em planos opostos, uma vez que se por um lado se verifica que 35% dos museus possuem apenas acervo museológico, por outro lado, outro terço deles refere possuir bens em todos os acervos.

Gráfico 41 – Museus por Tipo de acervo
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

Em relação às outras duas categorias, registre-se ainda que 28% possui apenas acervo bibliográfico e 5% acervo arquivístico.

Quando cruzadas as respostas obtidas com as variáveis de caracterização, constata-se que em termos da tutela, é nos museus dependentes da Administração Central que se regista a maior percentagem de entidades que gerem todos os acervos (58%) (quadro 25).

Quadro 25 – Tipo de acervo por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura
Percentagem do número de casos

	Apenas acervo museológico	Com acervo bibliográfico	Com acervo arquivístico	Com todos os acervos	Número de casos
Total	34,7	27,9	5,0	32,4	222
Tutela					
Administração Central	15,0	22,5	5,0	57,5	40
<i>Ministério da Cultura</i>	0,0	11,8	5,9	82,4	17
<i>Ministério da Defesa Nacional</i>	37,5	37,5	0,0	25,0	8
<i>Universidade</i>	42,9	0,0	0,0	57,1	7
<i>Outras públicas</i>	0,0	50,0	12,5	37,5	8
Administração Local	38,8	33,9	5,0	22,3	121
Governos Regionais	11,1	44,4	0,0	44,4	9
Privada	44,2	15,4	5,8	34,6	52
<i>Associação</i>	42,1	26,3	5,3	26,3	19
<i>Fundação</i>	36,4	9,1	0,0	54,5	11
<i>Misericórdia</i>	33,3	0,0	22,2	44,4	9
<i>Outros privados</i>	61,5	15,4	0,0	23,1	13
Tipo de museu					
Arte	28,9	28,9	4,4	37,8	45
Arqueologia	28,6	28,6	14,3	28,6	14
História	25,0	25,0	0,0	50,0	20
Ciência e de Técnica	50,0	8,3	0,0	41,7	12
Ciências Naturais e de História Natural	25,0	0,0	25,0	50,0	8
Etnografia e de Antropologia	57,1	17,1	11,4	14,3	35
Território	11,1	77,8	0,0	11,1	9
Especializados	38,2	26,5	0,0	35,3	34
Mistos e Pluridisciplinares	28,9	37,8	2,2	31,1	45
Região					
Norte	36,5	30,2	3,2	30,2	63
Centro	33,3	35,7	2,4	28,6	42
Lisboa	17,1	29,3	0,0	53,7	41
Alentejo	48,5	24,2	9,1	18,2	33
Algarve	38,5	23,1	0,0	38,5	13
Açores	35,0	10,0	25,0	30,0	20
Madeira	50,0	30,0	0,0	20,0	10
Abertura					
Antes de 1899	25,0	50,0	0,0	25,0	8
1900-1969	16,3	32,6	2,3	48,8	43
1970-1989	29,7	21,6	5,4	43,2	37
1990-1999	25,6	46,2	2,6	25,6	39
2000-2009	50,8	20,3	6,8	22,0	59
2010-2015	47,2	16,7	8,3	27,8	36

Fonte: Bd_DSIM.

Ainda nos de tutela Central, veja-se o forte predomínio dos dependentes do Ministério da Cultura, mas também dos das Universidades. Já os do Ministério da Defesa Nacional são detentores de apenas acervo museológico ou também bibliográfico. Esta é também a principal situação que se regista para os museus da Administração Local, em que prevalece a maior percentagem de museus com o acervo museológico (39%), seguido dos com o bibliográfico (34%). Dos poucos casos que responderam dos Governos Regionais (9 casos), a situação reparte-se entre a existência de todos os acervos e apenas o bibliográfico (ambos com 44%). Relativamente aos de tutela Privada, a gestão reparte-se entre os com acervo museológico (44%) e os com todos os acervos (35%). Se no caso dos primeiros se podem encontrar os museus das Associações e Outras privadas, no caso dos segundos predominam os das Fundações e das Misericórdias.

Quanto ao Tipo de museu, são os museus de História, Ciências Naturais e de História Natural e de Arte os que registam mais percentagem de existência de todos os acervos, variando entre os 50% dos dois primeiros e os 38% do último, respetivamente. Nos de tipologia de Etnografia e de Antropologia (57%), Ciência e de Técnica (50%) e Especializados (38%) predominam os com acervo museológico, enquanto nos do Território (com expressivos 78%) e Mistos e Pluridisciplinares (38%) gerem também o acervo bibliográfico. Caso excecional é o que se verifica com os museus de Arqueologia que apresentam uma situação diversificada quanto aos acervos que detêm.

Por Região, são os localizados em Lisboa os que apresentam a percentagem mais elevada no que toca à gestão dos três tipos de acervo (54%). Por outro lado, são os que se encontram nas regiões da Madeira, Alentejo e Norte que apresentam a maior incidência apenas no acervo museológico (com 50%, 49% e 39%, respetivamente). Nas do Algarve e dos Açores predominam os museus com acervo apenas museológico ou com todos os acervos (variam entre os 39% e 30%). O Centro é a região onde a equilíbrio percentual é mais notório, sobressaindo mesmo assim os museus com acervo bibliográfico.

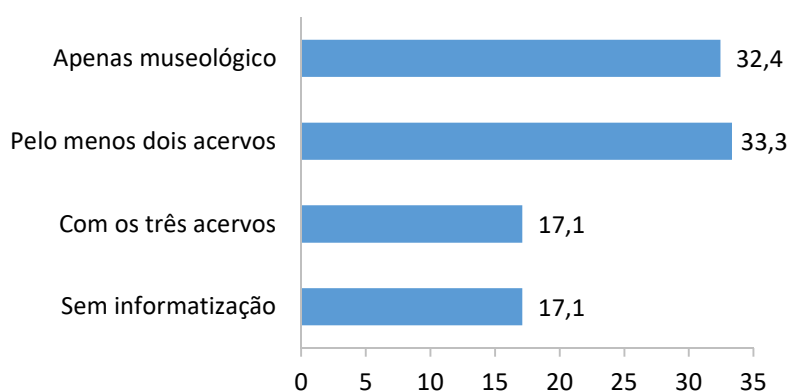
Relativamente à abertura, observa-se a tendência para a relação que existe entre a antiguidade do museu e a existência de mais do que um tipo de acervo. Note-se que é nos museus abertos até ao final dos anos oitenta que se faz a gestão dos três acervos (acima de 43%), que, por outro lado, é nos com abertura na década de noventa que existe a acervo

bibliográfico (46%) e que, ainda, é nos abertos entre 2000 e 2015 que ressaltam os com acervo apenas museológico (em conjunto representam metade dos casos deste período).

Informatização dos acervos

Tendo em consideração a informatização dos três acervos, é possível verificar que tanto um terço dos museus possui pelo menos dois dos seus acervos em suporte informático, destacando-se aqui o museológico e o bibliográfico (representam em conjunto 74% destes), como outro terço apenas tem informatizado o registo ou inventário do seu acervo museológico (gráfico 42).

Gráfico 42 – Museus por Informatização dos acervos
Percentagem do número de casos
N = 222



Fonte: Bd_DSIM.

A informatização dos três acervos, independentemente da situação de atualização em que cada um deles se encontra, é uma realidade para 17% dos museus, no entanto, no polo oposto, veja-se que são também 17% os museus que não possuem qualquer dos bens dos seus acervos em base de dados.

Cruzando a variável da informatização com a dos acervos presentes no museu, a leitura do quadro 26 possibilita dar conta da relação direta que existe entre as categorias das duas variáveis, sendo nestas que se registam as percentagens mais altas. Estas variam entre os 53%

da informatização dos três acervos existentes e os 73% dos acervos bibliográfico e arquivístico, respectivamente.

Quadro 26 – Tipo de acervo por Informatização dos acervos
Percentagem do número de casos

Tipo de acervo	Informatização dos acervos				Número de casos
	Apenas museológico	Pelo menos dois acervos	Com os três acervos	Sem informatização	
Apenas acervo museológico	58,4	<i>n/a</i>	<i>n/a</i>	41,6	77
Com acervo bibliográfico	21,0	72,6	<i>n/a</i>	6,5	62
Com acervo arquivístico	27,3	72,7	<i>n/a</i>	0,0	11
Com todos os acervos	15,3	29,2	52,8	2,8	72
Número de casos	32,4	33,3	17,1	17,1	222

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: *n/a* – não se aplica.

Por outro lado, mostra também a diversidade de situações que se podem encontrar, destacando-se aqui: a percentagem de museus que detêm acervos bibliográfico ou arquivístico, e até ambos, mas onde apenas o museológico está informatizado (mais acentuado em relação ao do arquivo, com 27%); os que possuindo todos os acervos ainda só têm dois deles em suporte informático (29%); e a da completa ausência de informatização dos bens do museu, mais notório nos que têm apenas acervo museológico (42%), mas também com outros acervos, se bem que com percentagens mais baixas.

Procurando de novo conhecer as características dos museus que responderam à informatização dos acervos procede-se ao cruzamento desta variável com as variáveis independentes (quadro 27).

Quadro 27 – Informatização dos acervos por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura
Percentagem do número de casos

	Apenas museológico	Pelo menos dois acervos	Com os três acervos	Sem informatização	Número de casos
Total	32,4	33,3	17,1	17,1	222
Tutela					
Administração Central	10,0	40,0	42,5	7,5	40
<i>Ministério da Cultura</i>	0,0	41,2	58,8	0,0	17
<i>Ministério da Defesa Nacional</i>	12,5	37,5	25,0	25,0	8
<i>Universidade</i>	28,6	0,0	57,1	14,3	7
<i>Outras públicas</i>	12,5	75,0	12,5	0,0	8
Administração Local	38,0	33,1	9,9	19,0	121
Governos Regionais	44,4	33,3	22,2	0,0	9
Privada	34,6	28,8	13,5	23,1	52
<i>Associação</i>	31,6	26,3	5,3	36,8	19
<i>Fundação</i>	36,4	9,1	54,5	0,0	11
<i>Misericórdia</i>	22,2	55,6	0,0	22,2	9
<i>Outros privados</i>	46,2	30,8	0,0	23,1	13
Tipo de museu					
Arte	35,6	37,8	20,0	6,7	45
Arqueologia	35,7	21,4	14,3	28,6	14
História	15,0	40,0	25,0	20,0	20
Ciência e de Técnica	25,0	16,7	33,3	25,0	12
Ciências Naturais e de História Natural	25,0	37,5	25,0	12,5	8
Etnografia e de Antropologia	45,7	14,3	11,4	28,6	35
Território	22,2	55,6	11,1	11,1	9
Especializados	32,4	35,3	14,7	17,6	34
Mistos e Pluridisciplinares	31,1	42,2	13,3	13,3	45
Região					
Norte	31,7	34,9	14,3	19,0	63
Centro	31,0	33,3	14,3	21,4	42
Lisboa	19,5	39,0	36,6	4,9	41
Alentejo	57,6	18,2	6,1	18,2	33
Algarve	15,4	46,2	15,4	23,1	13
Açores	30,0	30,0	15,0	25,0	20
Madeira	40,0	40,0	10,0	10,0	10
Abertura					
Antes de 1899	25,0	37,5	25,0	12,5	8
1900-1969	25,6	51,2	20,9	2,3	43
1970-1989	40,5	24,3	24,3	10,8	37
1990-1999	28,2	43,6	15,4	12,8	39
2000-2009	33,9	25,4	11,9	28,8	59
2010-2015	36,1	22,2	13,9	27,8	36

Fonte: Bd_DSIM.

Segundo a Tutela, é nos museus da Administração Central que se encontram as maiores percentagens de existência de informatização de todos os acervos (43%), mas também de pelo menos dois deles (40%). Saliente-se no primeiro caso, os museus dependentes do Ministério da Cultura e de Instituições universitárias, com 59% e 57%, respetivamente e, no segundo caso, os museus de outros organismos públicos e dos militares. Ainda no sector Público, tanto nos museus dos Governos Regionais como da Administração Local, constata-se um relativo predomínio do tratamento informático do acervo museológico (44% e 38%, respetivamente), se bem que um terço dos museus, em ambas as tutelas, refiram ter pelos menos dois dos seus acervos já em suporte informático. No caso da tutela Privada, a distribuição percentual é um pouco mais equilibrada entre as várias opções, sobressaindo mesmo assim o acervo museológico com a situação mais referida (35%), logo seguida de pelo menos dois acervos (29%). Numa leitura mais fina, veja-se que a maioria dos museus de Fundações referem possuir os três acervos informatizados, que outra maioria dos das Misericórdias têm pelo menos dois desses acervos nessa situação e que os de dependência associativa se repartem entre as opções extremo, com prevalência para os sem qualquer suporte informático (37%) face aos que possuem pelo menos o acervo museológico (32%). Acrescente-se ainda que as maiores percentagens de inexistência de informatização de qualquer acervo se registam nos museus de tutela Privada (23%) e da Administração Local (19%).

Por Tipo de museu, constata-se que em 6 das 9 tipologias a situação dominante é a de ter pelo menos dois acervos informatizados, registando-se as maiores percentagens nos museus de Território (56%), Mistos e Pluridisciplinares (42%) e História (40%). Apenas com acervo museológico encontram-se predominantemente os museus de Etnografia e de Antropologia (46%) e Arqueologia (36%), ao passo que com Todos os acervos se destacam os museus de Ciência e de Técnica (um terço dos casos). Registe-se igualmente que a ausência de informatização é uma situação que se verifica mais entre os museus de Etnografia e de Antropologia e Arqueologia, ambos com 29%, respetivamente.

Quanto à Região, verifica-se que a situação de pelo menos dois acervos em suporte informático é a predominante nos museus de 4 das 7 regiões, variando as percentagens entre o máximo de 46% do Algarve e os 33% do Centro. Nos museus localizados no Alentejo prevalece a situação e ter apenas o acervo museológico naquele suporte (em mais de metade dos casos, 58%), ao passo que nos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira se

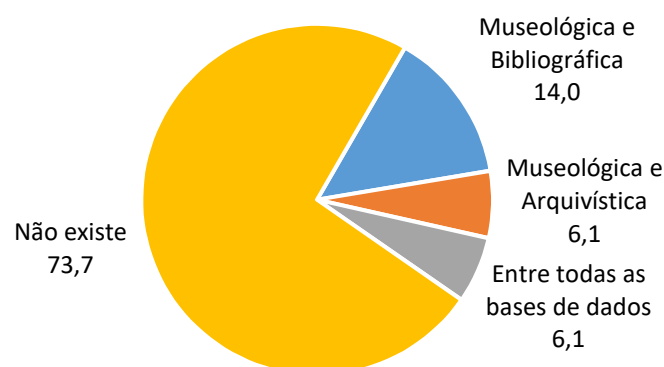
distribuem de igual forma por aquelas duas situações. A região de Lisboa é onde se localiza a maior percentagem de museus com todos os acervos informatizados. No que diz respeito à ausência de informatização, as percentagens variam entre os 25% dos museus dos Açores e os 5% dos de Lisboa.

Relativamente à abertura, as percentagens mais significativas no que toca aos dois acervos informatizados situam-se em três escalões Antes de 1899, 1900-1969 e 1990-1990. O valor mais elevado encontra-se no escalão 1900-1969, com 51%. Por outro lado, a existência do acervo museológico em suporte computadorizado é a situação mais representativa nos museus dos abertos em 1970-1989 e a partir de 2000. É naquele primeiro escalão que se regista a percentagem mais alta, com 41%. Veja-se igualmente que possuir todos os acervos informatizados é uma realidade para mais de 20% dos museus abertos antes da década de noventa, ao passo que a inexistência de registo informático dos bens do(s) seu(s) acervo(s) acontece mais entre os museus mais recentes (desde 2000), com percentagens acima dos 28%.

Interoperabilidade das bases de dados

No que diz respeito à interoperabilidade, e tendo por base as respostas obtidas em cada um dos acervos, confirma-se a inexistência de interligação entre as bases de dados dos programas informáticos utilizados, constituindo uma realidade para 74% dos museus (gráfico 43).

Gráfico 43 – Interoperabilidade das bases de dados
Percentagem do número de casos
N = 114



Fonte: Bd_DSIM.

Dos museus que referem existir interoperabilidade, a mais comum é entre as bases de dados dos programas de gestão dos acervos museológico e bibliográfico (14%), seguindo-se a do acervo arquivístico (6%). A existência da funcionalidade entre as bases de dados dos três acervos é um facto para apenas 6% dos museus.

Analisando agora a interoperabilidade de acordo com os acervos informatizados, verifica-se que entre os museus que mencionam ter pelo menos dois acervos em base de dados, a principal interligação existente é, tal como já foi referido, entre as bases museológica e bibliográfica (20%) (quadro 28).

Quadro 28 – Informatização dos acervos por Interoperabilidade das bases de dados
Percentagem do número de casos

Informatização dos acervos	Interoperabilidade das bases de dados				
	Museológica e Bibliográfica	Museológica e Arquivística	Entre todas as bases de dados	Não existe	Número de casos
Pelo menos dois acervos	19,7	3,9	<i>n/a</i>	76,3	76
Todos os acervos	2,6	10,5	18,4	68,4	38
Número de casos	14,0	6,1	6,1	73,7	114

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: *n/a* – não se aplica.

Já em relação aos museus com todos os acervos em suporte informático, a maior percentagem regista-se precisamente na partilha de informação entre todas as bases de dados (18%), seguindo-se aqueles que têm apenas interligação com o acervo arquivístico (11%).

No sentido de se perceber quais as características dos museus que referem ter interoperabilidade, procede-se a um novo cruzamento com as variáveis independentes (quadro 29).

Começando pela Tutela, e numa perspetiva simples, constata-se que são nos museus de tutela Pública que se concentra a maior percentagem de interligação entre programas de gestão de acervos, registando 80% face aos 20% dos Privados. Numa perspetiva mais desagregada, são os museus dependentes da Administração Local os que registam a percentagem mais elevada (60%), seguindo-se os da Administração Central e os dos Governos Regionais, ambos com 10%. Nota ainda para o facto de, na Administração Central, os museus do Ministério da Cultura e

das Universidades apresentarem fraca interligação entre as bases de dados, isto apesar da boa situação de informatização de todos os seus acervos. Em relação aos Privados, apesar dos baixos números absolutos, saliente-se os museus da Fundações (10%).

Quadro 29 – Museus com interoperabilidade por Tutela, Tipo de museu, Região e a Abertura
Números absolutos e percentagem do número de casos

	Número de casos	Percentagem
Total	30	100,0
Tutela		
Administração Central	3	10,0
<i>Ministério da Cultura</i>	1	3,3
<i>Ministério da Defesa Nacional</i>	1	3,3
<i>Universidade</i>	1	3,3
<i>Outras públicas</i>	0	0,0
Administração Local	18	60,0
Governos Regionais	3	10,0
Privada	6	20,0
<i>Associação</i>	1	3,3
<i>Fundação</i>	3	10,0
<i>Misericórdia</i>	0	0,0
<i>Outros privados</i>	2	6,7
Tipo de museu		
Arte	7	23,3
Arqueologia	0	0,0
História	3	10,0
Ciência e de Técnica	1	3,3
Ciências Naturais e de História Natural	1	3,3
Etnografia e de Antropologia	4	13,3
Território	4	13,3
Especializados	4	13,3
Mistos e Pluridisciplinares	6	20,0
Região		
Norte	6	20,0
Centro	7	23,3
Lisboa	8	26,7
Alentejo	2	6,7
Algarve	2	6,7
Açores	4	13,3
Madeira	1	3,3
Abertura		
Antes de 1899	2	6,7
1900-1969	4	13,3
1970-1989	6	20,0
1990-1999	6	20,0
2000-2009	7	23,3
2010-2015	5	16,7

Fonte: Bd_DSIM.

Quanto ao Tipo, os museus de Arte e Mistos e Pluridisciplinares são os que apresentam as maiores percentagens (23% e 20%, respetivamente), ao passo que os museus de Museus de Ciência e de Técnica e Ciências Naturais e de História Natural as mais baixas (3%), sendo que os de Arqueologia não registam caso algum.

Do ponto de vista da Região, é visível a diferença evidente que existe entre as regiões a norte de Lisboa face às restantes. Os museus localizados nestas três regiões representam 70% do total que afirmaram ter interoperabilidade. Lisboa é a que regista a percentagem mais elevada (27%). Das restantes regiões destaque-se as Regiões Autónomas, para a percentagem que se verifica na dos Açores (13%) e a menor de todas dos museus da Madeira (3%).

Os museus abertos entre o período de 1990 e 2009 representam 43% do total com esta funcionalidade. É no escalão 2000-2009 que se verifica a maior incidência (23%). Constata-se também uma tendência relativamente positiva em termos de existência de interligação das bases de dados à medida que os museus vão abrindo ao público, com exceção dos do último escalão (2010-2015), onde precisamente a percentagem é mais baixa (17%).

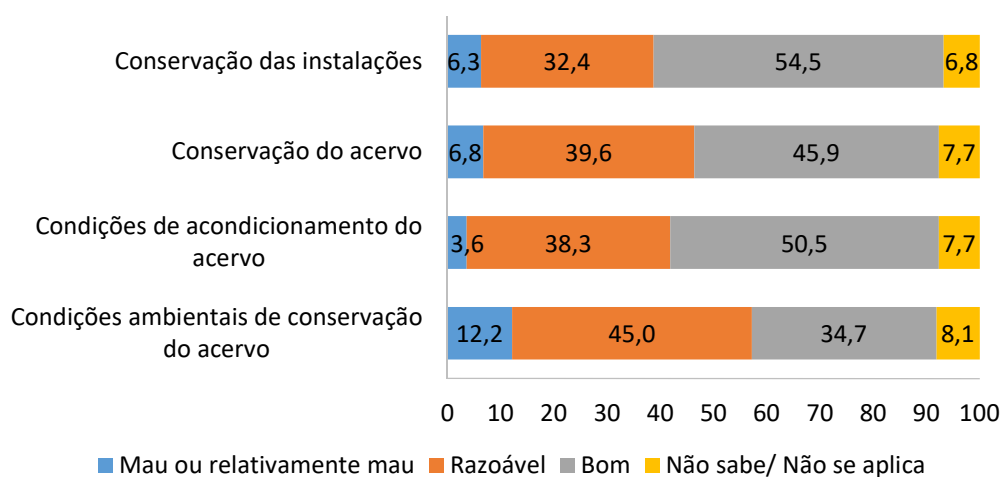
2.6. ACONDICIONAMENTO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Neste ponto procura-se dar conta do estado geral dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico de acordo com os parâmetros referentes às instalações onde se localizam (sua conservação) e aos acervos (sua conservação, condições de acondicionamento e condições ambientais de conservação), tendo por base a seguinte escala: mau ou relativamente mau, razoável, bom e não sabe/não se aplica, mas também em relação à existência de procedimentos de conservação e restauro.

Instalações e acervos

No que diz respeito ao acervo museológico, e tendo em conta os quatro parâmetros considerados, constata-se que o estado geral das instalações e das condições do acervo é predominantemente Bom (gráfico 44).

Gráfico 44 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo museológico
Percentagem do número de casos
N = 222



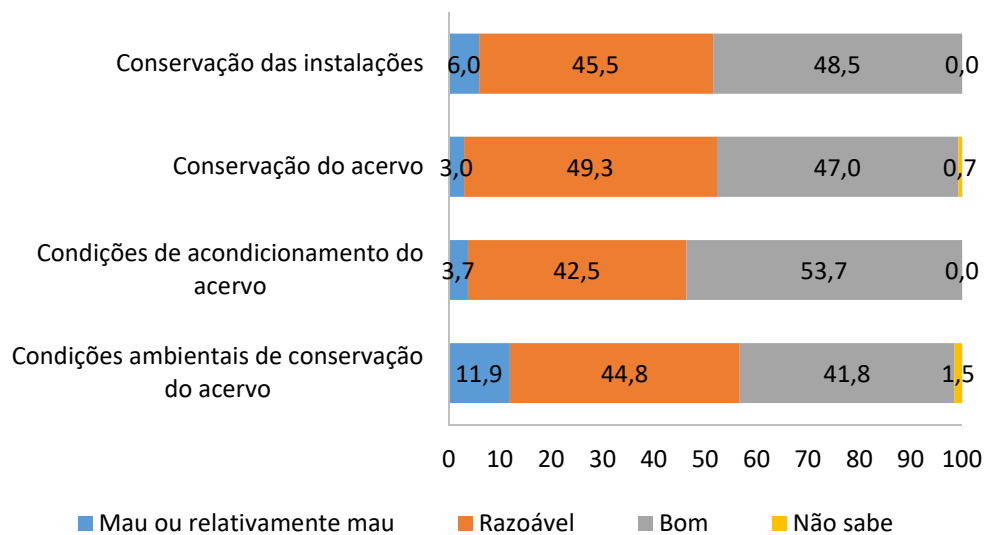
Fonte: Bd_DSIM.

A conservação das instalações e as condições de acondicionamento do acervo museológico são as opções cujo estado é avaliado mais positivamente, registando 55% e 51%, respetivamente. A exceção apontada é o estado das condições ambientais de conservação

deste acervo, uma vez que 45% as classificou com razoáveis e 12% como más ou relativamente más.

Passando agora à análise do acervo bibliográfico, e tendo por base os museus com este tipo de acervo (134), é possível observar a partir do gráfico 45 que são de novo as condições de acondicionamento deste acervo e a conservação das instalações onde este se encontra as melhor avaliadas com o estado de Bom (54% e 49%, respetivamente).

Gráfico 45 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo bibliográfico
 Percentagem do número de casos
 N = 134

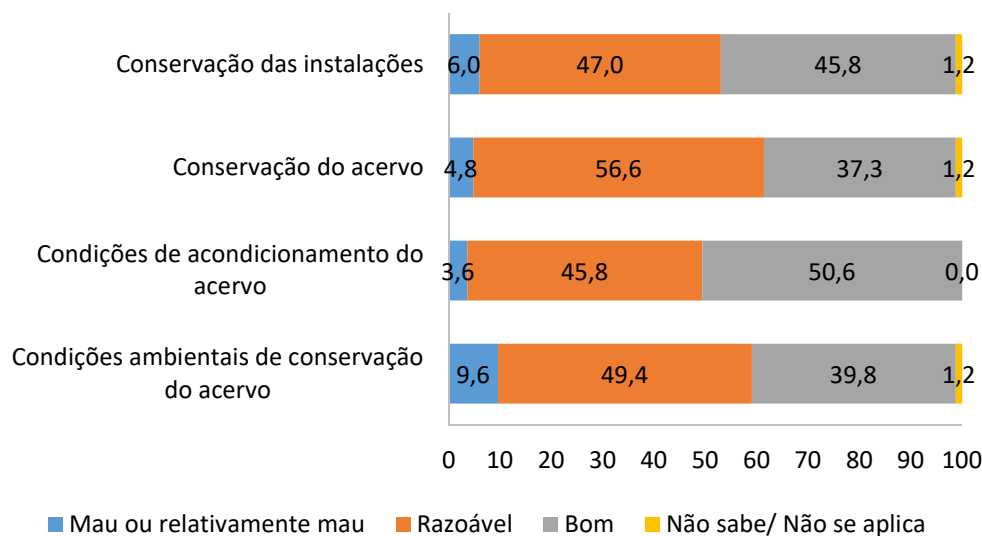


Fonte: Bd_DSIM.

Por outro lado, a conservação do acervo e as suas condições ambientais de conservação apresentam antes uma avaliação mediana (46% e 45%, no Razoável, respetivamente). De referir ainda que as condições ambientais são novamente a opção que regista a percentagem mais alta no estado de Mau ou relativamente mau (12%).

Relativamente ao acervo arquivístico, dos museus que avaliaram o estado do seu acervo arquivístico (83), verifica-se que o estado Razoável é o predominante em três das quatro opções, variando as percentagens entre o máximo de 57% da conservação do acervo e 47% da conservação das instalações onde se encontra esse mesmo acervo (gráfico 46).

Gráfico 46 – Estado geral de conservação das instalações e das condições do acervo arquivístico
Percentagem do número de casos
N = 83



Fonte: Bd_DSIM.

Pelo contrário, as condições de acondicionamento do acervo são as consideradas como estando em melhor estado (Bom, 51%). As condições ambientais são, uma vez mais, as apontadas como estando em pior situação, se bem que com uma percentagem um pouco mais baixa se comparada com a dos outros dois acervos (10%).

Procedimentos de conservação e restauro

Quanto aos procedimentos de conservação e restauro adotados pelos museus nos seus vários acervos, a conservação preventiva é a principal medida referida, sendo implementada por mais de metade dos museus (56%) no seu acervo museológico, por 37% no bibliográfico e quase um quarto no arquivístico (quadro 30).

Quadro 30 – Procedimentos de conservação e restauro praticados para cada acervo
Percentagem do número de casos
N = 222

Acervo	Conservação preventiva	Conservação ativa	Restauro	Não existe	Não sabe/Não se aplica
Museológico	55,9	15,3	6,8	10,4	11,7
Bibliográfico	37,4	4,5	1,8	11,7	44,6
Arquivístico	23,9	3,2	1,8	6,3	64,9

Fonte: Bd_DSIM.

É também no acervo museológico que se registam as percentagens mais significativas no âmbito da conservação ativa (15%) e nas ações de restauro (7%). Nos outros dois acervos estas medidas possuem valores ainda pouco significativos.

Por outro lado, não deixa também de ser evidente as percentagens registadas no que toca à ausência de procedimentos conservação e restauro em qualquer um dos acervos. Estas são mais notórias no acervo bibliográfico (12%) e museológico (10%).

Acrescente-se ainda que apesar da questão solicitar apenas uma resposta, é sabido que num mesmo acervo coexistem os vários procedimentos de conservação (preventiva e ativa) e de restauro que são implementados de acordo com o estado ou as condições em que vários bens se podem encontrar.

2.7. ACESSO AO PÚBLICO

Visitantes presenciais e virtuais

No que toca aos visitantes, era solicitada informação sobre os visitantes presenciais e virtuais. Quanto aos presenciais, estes totalizam em 2015, 6,2 milhões, e nos virtuais, o número apontado situa-se nos 3,1 milhões de visitantes das páginas de internet dos museus. Nota para referir que apenas 10% dos museus responderam ou tinham informação disponível para dar resposta a esta vertente dos públicos (quadro 31).

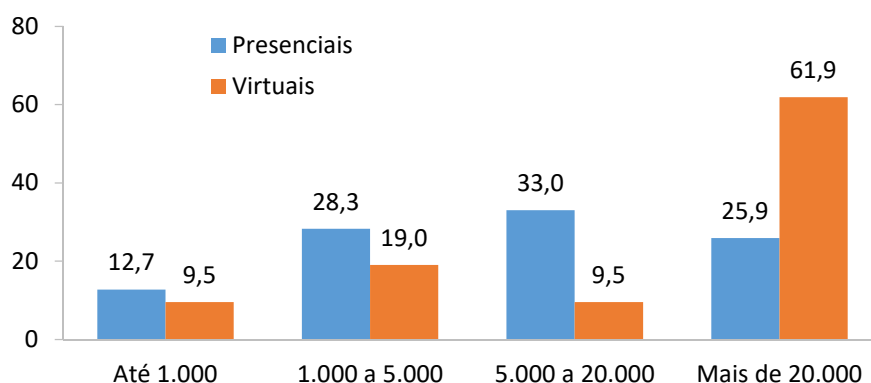
Quadro 31 – Visitantes presenciais e virtuais em 2015
Números absolutos e percentagem

Visitantes	Presenciais	Virtuais
Total de visitantes	6.210.615	3.117.395
Respostas válidas (número)	212	21
Respostas válidas (percentagem)	95,5	9,5

Fonte: Bd_DSIM.

De acordo com as respostas válidas à pergunta do número de visitantes presenciais e virtuais construiu-se um escalão de visitantes (gráfico 47).

Gráfico 47 – Museus por Escalão de visitantes presenciais e virtuais em 2015
Percentagem das respostas válidas



Fonte: Bd_DSIM.

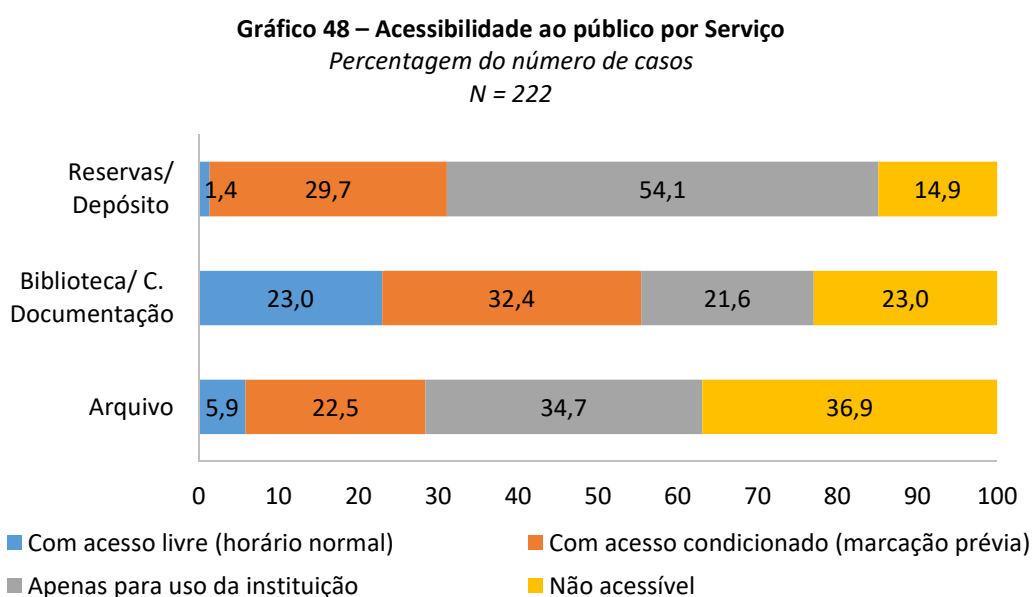
Número de casos: Presenciais = 212; Virtuais = 21.

Em relação aos visitantes presenciais, e considerando o referido escalão, a maioria dos museus situa-se com mais de 5 mil visitantes. O escalão 5.000 a 20.000 é o que regista a percentagem mais elevada, com um terço dos casos, ao passo que o escalão Até 1.000 o que apresenta a mais baixa (13%). Acrescenta-se que se se desagregar o número de museus do último escalão (55), verifica-se que cerca de 27% destas registam entradas superiores a 100 mil visitantes.

Relativamente aos visitantes virtuais, e tendo em consideração o baixo número de respostas, quase dois terços dos museus encontram-se no escalão mais elevado, sendo que, também aqui, se se desagregar as respostas a este escalão, então a percentagem dos com mais de 100 mil visitantes sobe para metade dos casos.

Acessibilidade aos serviços

No que diz respeito à acessibilidade ao público dos três serviços propostos – Reservas/Depósito, Biblioteca/Centro Documentação e Arquivo –, uma primeira observação do gráfico 48 mostra que a situação de abertura se apresenta diferente para cada um dos serviços.



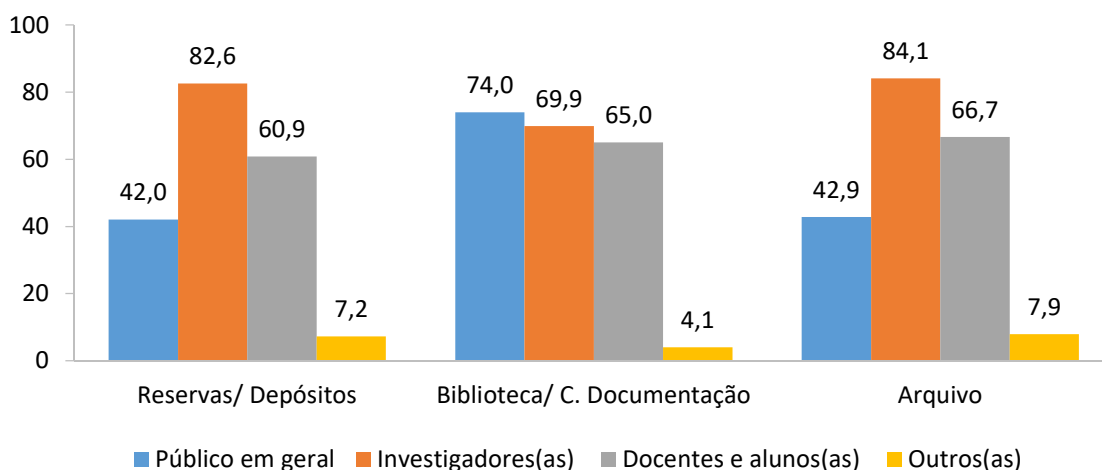
Fonte: Bd_DSIM.

Numa primeira leitura, constata-se que a Biblioteca/Centro Documentação é o serviço que a maioria dos museus refere ter aberto ao público (55%), seguindo-se as Reservas/Depósitos (31%) e o Arquivo (28%).

Uma segunda leitura, pelo tipo de acesso, a Biblioteca/Centro Documentação pode ser frequentada, principalmente, através de marcação prévia junto do museu (32%). Este serviço é também o que possui a percentagem mais elevada de acesso livre, ou seja, que funciona dentro de um horário pré-estabelecido (23%). Por outro lado, as Reservas/Depósitos (54%), destinam-se, em mais de metade dos museus, para trabalho interno da instituição, sendo que mesmo assim, para cerca de 30% dos casos podem ser visitadas mediante marcação. Já em relação ao Arquivo, 37% salientou não terem este serviço no museu e 35% possui, mas apenas para uso próprio da instituição.

Na abordagem por tipo de visitante/utilizador, verifica-se que os Investigadores são os principais destinatários para a esmagadora maioria dos museus, com percentagens acima dos 70%. Estes destacam-se no acesso ao Arquivo (84%) e às Reservas/Depósitos (83%) (gráfico 49).

Gráfico 49 – Tipo de visitantes/utilizadores por Serviço
Percentagem do número de casos



Fonte: Bd_DSIM.

Notas: Variável múltipla. Número de casos de museus que referiram ter acesso ao serviço
 Número de casos: Reservas/Depósitos = 69; Biblioteca/Centro Documentação = 123; Arquivo = 63.

Já em relação ao serviço Biblioteca/Centro Documentação, as percentagens apresentam-se um pouco mais equilibradas (com exceção da categoria Outros(as)), variando entre a mais elevada referente ao Público em geral (74%) e a mais baixa dos Docentes e alunos (65%).

Quanto ao apuramento do número de visitantes/utilizadores dos serviços, refira-se que os dados obtidos são contrastantes entre os visitantes presenciais e os virtuais (quadro 32).

Quadro 32 – Total de visitantes/utilizadores dos Serviços em 2015
Números absolutos e percentagem

Visitantes	Reservas/ Depósitos	Biblioteca/Centro Documentação	Arquivo
Presencial			
Total de visitantes	9.632	36.896	5.064
<i>Respostas válidas (museus)</i>	40	63	30
<i>Respostas válidas (percentagem)</i>	58,0	51,2	47,6
Virtual			
Total de visitantes	0	436.432	18.851
<i>Respostas válidas (museus)</i>	0	7	6
<i>Respostas válidas (percentagem)</i>	0,0	5,7	9,5

Fonte: Bd_DSIM.

No caso da visita presencial, as percentagens de respostas válidas variam entre os 58% das Reservas/Depósitos e 48% dos Arquivos, o que significa que metade dos museus que refiram ter cada um daqueles serviços abertos ao público apuram o número de pessoas que os visita ou utiliza. No entanto, em termos quantitativos, é a Biblioteca/Centro Documentação o serviço que regista maior número de utilizadores (37 mil), ao passo que o Arquivo o menor (5 mil).

Relativamente à visita virtual, constatam-se a fracas percentagens de resposta, sendo que no caso das Reservas/Depósitos, não se obteve qualquer resposta, podendo apontar-se como possíveis razões a impossibilidade de quantificação das visitas na página de internet ou da inexistência deste serviço *online*. A Biblioteca/Centro Documentação é, de novo, o que apresenta maior número de visitas ao serviço (436 mil).

Tendo agora por base o total do acervo disponível para consulta nos respetivos serviços, é possível verificar que mais de 70% dos museus deu uma resposta válida à consulta presencial, ao passo que essa percentagem baixa consideravelmente no caso da consulta virtual, não ultrapassando neste caso, os 13% dos casos (quadro 33).

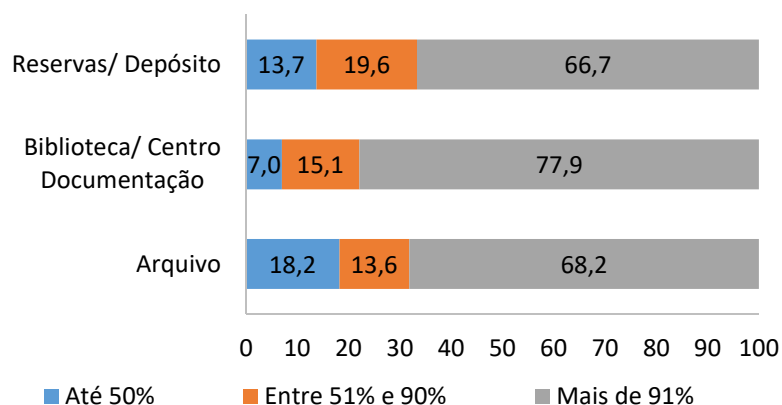
Quadro 33 – Acervo disponível para consulta em 2015
Números absolutos e percentagem

Acervo	Reservas/ Depósitos	Biblioteca/Centro Documentação	Arquivo
Presencial			
Respostas válidas (museus)	51	86	44
Respostas válidas (percentagem)	73,9	69,9	69,8
Virtual			
Respostas válidas (museus)	8	15	8
Respostas válidas (percentagem)	11,6	12,2	12,7

Fonte: Bd_DSIM.

De acordo com as respostas válidas ao acervo disponível presencialmente em cada um dos serviços construiu-se uma variável com três escalões (Até 50%; Entre 51% e 90%; Mais de 91%) de forma a permitir dar conta da distribuição percentual dos bens acessíveis ao público (gráfico 50).

Gráfico 50 – Museus por Escalão de acervo disponíveis presencialmente e por Serviço
Percentagem do número de casos



Fonte: Bd_DSIM.

Número de casos: Reservas/ Depósito = 51; Biblioteca/ Centro Documentação = 86; Arquivo = 44.

Deste modo, uma primeira constatação é que a grande maioria dos museus tem disponível para consulta mais de 90% dos bens dos seus acervos em qualquer um dos serviços, sendo este peso percentual transversal a todos os serviços. A Biblioteca/Centro Documentação é a que possui a percentagem mais elevada entre os museus (78%). Destaque ainda para as percentagens de museus que referiram ter apenas 18% de bens disponíveis para consulta no serviço de Arquivo e 14% nas Reservas/Depósitos.

Acrescente-se ainda que se se aplicasse o mesmo escalão, mas aos bens disponíveis virtualmente, as proporções invertiam-se consideravelmente, passando agora a ser dominante, em qualquer dos serviços, o escalão de 50% de bens passíveis de ser consultados *online*.

Por fim, foi ainda solicitado aos museus que aludissem que coleções ou bens dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico se encontravam disponíveis para consulta em cada um daqueles serviços.

A partir das respostas obtidas, constata-se que a grande maioria dos museus menciona ter disponível todos ou, praticamente, quase todos os bens existentes nos respetivos serviços para observação e consulta, tanto dos técnicos internos como do público externo. As exceções são apontadas aos casos em que o seu estado de conservação não o permite, necessitam de algum tipo de acompanhamento ou autorização específica ou ainda que perante legislação ou regulamentação em vigor estejam vedados ao acesso público.

Neste sentido, os bens mais referenciados pelos museus são, nas reservas/depósitos, os pertencentes às categorias de arte, arqueologia, fotografia e etnografia; na biblioteca/centro documentação, naturalmente, as monografias, publicações periódicas, fonogramas e registos de vídeo; e no arquivo, variada documentação dos bens, fotografias, filmes, entre outros.

2.7. PRINCIPAIS DIFICULDADES E PROJETOS

No presente ponto procede-se tanto à apresentação dos dados relativos às principais dificuldades do museu em 2015 e às respostas aos principais projetos em matéria de gestão do seu acervo.

Principais dificuldades

Em relação às dificuldades, refira-se que a pergunta continha 13 itens e era solicitado aos museus que assinalassem apenas as cinco principais opções, hierarquizando-as de seguida de acordo com a escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde a um posicionamento de mais importante e 5 a um de menos importante).

Num primeiro plano de leitura dos dados, através da percentagem dos museus que responderam, constata-se a existência de três grupos de respostas apontadas. O principal é composto pelas dificuldades inerentes aos recursos humanos e financeiros, que apresentam as percentagens mais elevadas, registando 61% e 54%, respetivamente (gráfico 51).



Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Cada museu apenas podia assinalar um máximo de 5 itens.

O segundo grupo, com percentagens entre os 34% e 40%, inclui as dificuldades relacionadas com as instalações (espaço disponível e sua manutenção), a qualificação do pessoal e a conservação/restauro do acervo. E um terceiro grupo, com percentagens abaixo dos 23%, encontram-se os restantes 7 itens, variando as respostas entre os 23% dos problemas com o equipamento/mobiliário específico e os 10% da consultadoria técnica.

Num segundo plano de leitura dos dados, utilizando para tal a média das respostas dadas às cinco principais dificuldades apontadas por cada museu, faz-se o cruzamento desta pergunta com a variável da tutela (quadro 34).

Quadro 34 – Prioridade das dificuldades na gestão do acervo assinaladas
Média

Dificuldades	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Recursos Financeiros	1,97	2,25	2,33	2,03	2,15
Recursos Humanos	2,37	2,29	2,25	2,32	2,29
Instalações (espaço disponível)	2,47	3,00	2,36	2,80	2,51
Instalações (manutenção do espaço)	3,00	2,50	3,05	2,93	3,00
Qualificação do pessoal	3,56	5,00	3,10	2,53	3,19
Software de gestão	3,67	2,00	3,52	3,42	3,43
Equipamento mobiliário/específico	3,70	3,00	3,31	3,80	3,46
Conservação/restauro do acervo	3,65	3,00	3,48	3,53	3,49
Carregamento da informação	3,57	3,00	3,61	3,40	3,53
Equipamento Informático (<i>hardware</i>)	3,78	1,00	3,52	4,25	3,64
Ações de formação	4,60	3,67	3,59	3,00	3,66
Consultadoria técnica	4,20	3,00	3,50	4,29	3,83
Política de comunicação/acessos	3,50	0,00	4,21	4,38	4,11

Fonte: Bd_DSIM.

Nota: Cada museu apenas podia assinalar um máximo de 5 itens. A escala varia entre 1 (mais importante) e 5 (menos importante).

Deste ponto de vista, saliente-se que, do conjunto dos itens inquiridos, as médias variam entre o mais valorizado de 2,15 (dos recursos financeiros) e o menos valorizado de 4,11 (da política de comunicação/acessos). De uma forma geral, constata-se que em termos de grau de importância os principais itens se mantêm os mesmos, surgindo novamente como mais valorizados os recursos financeiros (2,15) e humanos (2,29). Note-se também aqui a relativa

importância dada às questões relacionadas com as instalações e o espaço disponível (2,51) e sua manutenção (3,00). Por outro lado, as dificuldades menos consideradas são a política de comunicação/acessos (4,11) e consultadoria técnica (3,83).

Na análise segundo a tutela, o que mais se salienta é a diferença de apreciação entre os museus dependentes da Administração Central e os dos Governos Regionais, uma vez que os primeiros apresentam no conjunto dos itens a média mais alta (3,39), ao passo que os segundos apresentam também nesse conjunto as médias mais baixas (2,59). Por outro lado, veja-se a relativa proximidade de médias dos museus das Administrações Locais face aos dos Privados (3,22 e 3,28, respetivamente). Apesar do que foi referido, verifica-se que o posicionamento geral em qualquer uma das tutelas se aproxima de uma avaliação medianamente importante, isto apesar de se detetar que não existe uma homogeneidade na avaliação tomada em cada uma delas, uma vez que em alguns casos uns itens são mais valorizados e noutros menos.

Observando pelos itens considerados, e se se excluir os dois já referidos anteriormente como mais importantes em qualquer uma das tutelas, prevalece mesmo assim uma ligeira predominância dos financeiros entre os dependentes da Administração Central (1,97) e Privados (2,03) e dos humanos entre os da Administração Local (2,25) e Governos regionais (2,29). As questões relacionadas com o espaço disponível nas instalações dos museus são predominantemente mais valorizadas pelos museus das Administrações Locais (2,36) e Centrais (2,47); as da manutenção do espaço das instalações e o *software* de gestão das coleções são-no entre os dos Governos Regionais (2,50 e 2,00, respetivamente); ao passo que a qualificação dos funcionários do museu são mais salientados pelos de tutela Privada (2,53). Entre os itens considerados menos importantes, encontram-se os das ações de formação (Administração Central, com 4,60), a consultadoria técnica (Privados, 4,29) e da Política de comunicação/acessos (Privados e Administração Local, com 4,38 e 4,21, respetivamente, para além deste item não ter sido apontado por qualquer museu dos Governos Regionais).

Projetos

Por fim, o questionário incluía ainda uma pergunta aberta onde se solicitava aos responsáveis dos museus que apontassem os principais projetos para o futuro, a curto e médio prazo, em matéria de gestão do seu acervo. Foram obtidas 122 respostas (ou seja, 55% do total).

Nesse sentido, a partir das respostas válidas, a análise de conteúdo tem por base o conjunto de 9 categorias criadas para traduzir as várias especificidades existentes (gráfico 52).

Gráfico 52 – Projetos para o futuro em matéria de gestão do acervo por Temática
Percentagem do número de casos
N = 122



Fonte: Bd_DSIM.

Num primeiro momento, em termos de importância, constata-se que a qualificação das instalações onde se encontram os acervos é a preocupação mais referida (39%), a que se segue a investigação e inventariação do acervo (34%), a informatização desse acervo e a comunicação e divulgação, ambos como 31%. Por outro lado, a questão da gestão e da formação dos recursos humanos dos museus é a menos referenciada (6%), isto apesar de ter sido assinalada, na pergunta anterior, como uma das principais dificuldades.

Num segundo momento, através do cruzamento dos projetos pela tutela, a principal nota vai para o facto de mais de um terço dos museus dependentes da Administração Central terem

projetos a realizar em 5 das 9 categorias, variando entre os 50% do item da Comunicação e Divulgação e os 33% da Conservação e restauro do acervo (quadro 35).

Quadro 35 – Projetos para o futuro em matéria de gestão do acervo por Temática e por Tutela
Percentagem do número de casos

Temática	Tutela				Total
	Administração Central	Governos Regionais	Administração Local	Privados	
Instalações (Qualificação)	36,7	50,0	41,1	32,1	38,5
Acervo (Investigação e inventariação)	46,7	37,5	30,4	28,6	34,4
Acervo (Informatização)	36,7	25,0	28,6	32,1	31,1
Comunicação e Divulgação	50,0	25,0	19,6	35,7	31,1
Acervo (Conservação e restauro)	33,3	25,0	10,7	10,7	17,2
Acervo (Digitalização)	20,0	12,5	5,4	14,3	11,5
Acervo (Aquisição e organização)	6,7	12,5	12,5	14,3	11,5
Gestão (Documentação e qualificação)	10,0	12,5	8,9	14,3	10,7
Recursos Humanos (Gestão e formação)	6,7	12,5	5,4	3,6	5,7
Número de casos	30	8	56	28	122

Fonte: Bd_DSIM.

Observando por tutela, é possível verificar que a qualificação das instalações é a necessidade mais apontada pelos museus dependentes dos Governos Regionais (metade dos casos) e da Administração Local (41%). Por outro lado, a melhoria ao nível da Comunicação e Divulgação é a ação que apresenta maior relevância para metade dos museus da Administração Central (com relevo para os das Universidades e Ministério da Cultura) e para 36% dos Privados.

Destaque-se ainda ao nível da investigação e inventariação do acervo as percentagens registadas pela generalidade dos museus de tutela Pública, com saliência para os 47% dos organismos da Administração Central (em especial, dos ministérios da Cultura e Defesa Nacional), ao passo que a questão da informatização do acervo é mais referida entre os dependentes de entidades Privadas (associações e fundações).

E num terceiro momento, agora relativamente aos projetos em concreto, utilizam-se citações a partir das respostas apontadas por parte dos museus¹², organizando-as de acordo com as

¹² Acrescente-se ainda que as respostas são da inteira responsabilidade dos responsáveis dos museus.

categorias criadas para o efeito, identificando-se as respostas, e por uma questão de anonimato, através das variáveis da tutela e da região.

No que diz respeito às instalações dos museus e à sua qualificação (temática mais referida), as respostas recolhidas apontam quer para alterações a realizar ao nível do próprio edifício, que passam pela construção de um novo ou pela renovação do edifício onde o museu se encontra localizado, quer dos espaços existentes nesse mesmo edifício, sejam eles destinados ao público ou de acesso condicionado à equipa do museu ou a determinados utilizadores.

Brevemente teremos um edifício novo (núcleo museológico) para onde será transferida uma parte considerável do acervo.

Museu dos Governos Regionais, Açores

O Museu Municipal vai ser objeto de requalificação integral, existindo já um programa funcional preliminar.

Museu da Administração Local, Alentejo

Está previsto a ampliação do museu, com a aquisição e adaptação de um edifício também centenário e contíguo para a valência pública de Centro de Documentação e Arquivo.

Museu da Administração Local, Norte

Melhorar a capacidade das Reservas e melhorar as condições das instalações disponíveis com aquisição de equipamentos/mobiliário específicos.

Museu da Administração Central, Norte

Prevemos no futuro organizar e fazer a manutenção do espaço de exposição, com melhores condições de acesso físicas e para albergar a exposição e atividades de consulta.

Museu de Privados, Centro

Quanto à questão da Investigação e inventariação do acervo, os comentários obtidos apontam para a continuação da pesquisa e do estudo a realizar em torno de bens existentes no acervo do museu, bem como o de iniciar, prosseguir e atualizar o trabalho de inventário dos bens desses vários acervos.

Aprofundamento da investigação e estudo das coleções para efeitos de divulgação.

Museu dos Governos Regionais, Madeira

Atualização e desenvolvimento da componente de documentação associada ao inventário do acervo do Museu Municipal.

Museu da Administração Local, Lisboa

Estamos numa fase ainda embrionária de tratamento e gestão do acervo. Há ainda tudo para fazer.

Museu da Administração Local, Norte

Coleções museológicas: revisão e publicação dos catálogos; Acervo bibliográfico: conclusão da catalogação das monografias e catalogação dos periódicos; Acervo documental: conclusão da catalogação. Articulação da indexação.

Museu da Administração Central, Lisboa

Um outro processo que, por norma, se encontra relacionado ou acompanha o trabalho sistemático da inventariação é o que diz respeito à informatização dos acervos. Nesta temática foram salientados aspetos como a implementação de uma nova ou a atualização de uma aplicação informática existente, possibilitando isso a interligação entre os módulos da aplicação ou aplicações diferentes ou a revisão e correção das informações dos registos carregados em base de dados.

Entrada em funcionamento de novo sistema de base de dados informático.

Museu dos Governos Regionais, Açores

Tanto a curto como a médio prazo o maior esforço passa pela informatização do inventário dos bens arqueológicos da coleção do Museu, que se gostaria de ver concluída num horizonte temporal não muito distante.

Museu da Administração Central, Centro

Realização gradual mas sistemática do inventário informatizado dos bens que apenas possuem ainda cadastro ou inventário sumário em papel.

Museu da Administração Local, Lisboa

Acesso integrado à informação (museológica e documental) com agregador.

Museu de Privados, Norte

Em relação à Comunicação e Divulgação, as respostas centram-se, por um lado, no importante contato a estabelecer e a manter com os públicos e a comunidade em que estão inseridos, e

por outro lado, na conceção e disponibilização de produtos de divulgação das coleções do museu, tanto em suporte papel como para acesso *online*.

Continuar a dinamizar e aumentar a interatividade com os diversos públicos e a comunidade.

Museu da Administração Central, Norte

A curto prazo será concretizada a publicação *online* de alguns fundos documentais importantes que já se encontram digitalizados.

Museu da Administração Central, Lisboa

Conclusão da atualização do registo das coleções museológicas e disponibilização *online*.
Publicação do catálogo da coleção de pintura do museu. Acervo bibliográfico: catalogação sistemática e disponibilização *online*.

Museu de Privados, Lisboa

Ainda no que toca ao acervo, mas agora relacionado com a sua conservação e restauro, são apontadas ações a implementar ao nível da conservação das instalações e dos acervos, das condições de acondicionamento e as ambientais dos acervos, bem como referência também a procedimentos específicos a adotar para cada acervo.

Dar continuidade e sistematizar as ações de conservação preventiva e restauros pontuais do acervo.

Museu da Administração Central, Lisboa

A política instaurada é a preservação e conservação dos objetos doados.

Museu da Administração Central, Norte

Realizar algumas ações de melhoria nas reservas. Realizar algumas ações de restauro e conservação preventiva de acordo com as "Normas de Conservação Preventiva"

Museu da Administração Local, Algarve

Relativamente à desmaterialização do registo/inventário/documentação dos bens do acervo, os comentários deixados sobre esta matéria preveem, acima de tudo, dar início ao processo de digitalização dos bens dos acervos com o objetivo principal de os tornar acessíveis ao público.

Prevê-se dar continuidade à digitalização do Arquivo de Imagem. Está igualmente prevista a curto prazo a digitalização integral de todos os bens culturais do acervo museológico.

Museu da Administração Central, Lisboa

O Museu pretende no futuro digitalizar e concluir o inventário dos seus acervos.

Museu da Administração Central, Norte

Digitalização do acervo e disponibilização *online* e/ou em exposição.

Museu de Privados, Norte

Na categoria da aquisição e organização do acervo, situam-se as respostas relacionadas com a gestão do acervo, sua organização e disposição no espaço do museu, mas também com a aquisição de equipamento e mobiliário específicos.

O objetivo é manter a coleção. Será de referir que se tratava de uma coleção privada que se optou por tornar pública.

Museu de Privados, Açores

O núcleo museológico tem como principal projeto para o futuro, no que diz respeito ao acervo do respetivo museu, organizar de melhor forma o espaço referente ao acervo, bem como as peças museológicas presentes no mesmo.

Museu da Administração Local, Açores

Aquisição de mobiliário. Reforço das condições físicas das reservas.

Museu da Administração Local, Algarve

No que diz respeito à gestão geral da instituição, os responsáveis dos museus salientaram estar a preparar a criação, ou revisão, de instrumentos ou documentos normativos para enquadrar e nortear a atividade do museu. Foi também referido estarem a trabalhar no processo de candidatura do museu à credenciação da Rede Portuguesa de Museus.

Criar os documentos normativos como por exemplo a Política de Incorporação e ser capaz de manter todos os inventários atualizados.

Museu de Privados, Norte

Revisão, produção e implementação de normativos (em desenvolvimento).

Museu da Administração Central, Lisboa

Revisão do Regulamento do Museu e da respetiva política de gestão de coleções.

Museu da Administração Central, Norte

Integrar a Rede Portuguesa de Museus, estando a preparar a credenciação.

Museu de Privados, Norte

Por último, foram ainda focados aspetos relativos com a gestão e formação dos recursos humanos do museu, tendo sido dado relevo às questões relacionadas com o reforço das equipas, contratação de pessoal especializado e no desenvolvimento de ações de formação.

Melhorar a formação dos quadros. Preencher quadro pessoal.

Museu da Administração Central, Alentejo

Planificação de ações de formação/visitas técnicas para os funcionários do museu.

Museu da Administração Local, Algarve

Dotar o Museu de recursos humanos especializados.

Museu da Administração Local, Norte

NOTAS CONCLUSIVAS

O presente *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses* tem por objetivo efetuar o levantamento e dar a conhecer as principais características dos museus portugueses no que diz respeito às áreas da gestão da informação e documentação sobre, e dos seus, vários tipos de bens patrimoniais, contribuindo assim para o desenho de um quadro global desta realidade.

Importa, desde logo, salientar a relevância contextual de que se reveste a realização deste Diagnóstico. De facto, o crescente interesse do público no conhecimento dos museus e dos seus acervos tem impulsionado a visão destas instituições culturais como importantes fontes informacionais, baseadas em sistemas de informação inter-relacionáveis. Ora, conhecer a realidade portuguesa quanto aos sistemas de informação nos museus – procurando aferir como estes gerem a informação dos acervos à sua guarda, como articulam essa informação, que recursos dispõem, o que comunicam para o exterior ou que dificuldades se colocam – constituía-se como um dos propósitos centrais, necessário e urgente, para a realização de um estudo sobre este tema.

Para além disso, a nível internacional, os organismos especializados nas áreas aqui em estudo – *ICOM*, *IFLA* e *ICA* – têm promovido e fomentado através dos seus grupos de trabalho a produção e aplicação de instrumentos gerais de orientação para o registo e a gestão da informação dos acervos das várias instituições museológicas, bibliotecárias e arquivísticas.

Por outro lado, também as questões relacionadas com a gestão da informação nos museus têm vindo a mobilizar o interesse, reflexão e debate entre os profissionais dos museus, a comunidade académica e as entidades competentes. Veja-se a relevância dada a algumas destas questões ao nível da documentação legislativa produzida, em especial na Lei Quadro dos Museus (Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto) e no processo de candidatura à credenciação de museus (Despacho Normativo n.º 3/2006, 25 de janeiro), mas também a relacionada com questão da gestão interligada das várias bases de dados existentes, expressa de forma clara na alínea 1.º do artigo 22.º da Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), referindo que compete ao Estado a criação de condições para a constituição e funcionamento de um sistema nacional de

informação, por intermédio da implementação, compatibilização e gradual interoperatividade das diferentes bases de dados.

Apesar deste acréscimo de interesse, são ainda escassos os estudos a nível nacional que abordam o tema em análise. É neste âmbito que o GT-SIM decide desenvolver no período 2013-2017 a realização de um diagnóstico aos sistemas de informação nos museus portugueses.

Nesse sentido, e perante o exposto, acrescenta-se que com este estudo se procura, para além de dar a conhecer a realidade nacional neste conjunto de matérias, fomentar também a reflexão e a discussão sobre a importância que estas questões assumem no quotidiano dos museus. Esta reflexão, necessária e fundamental, deve ser realizada não descurando todos os outros trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no seio do GT-SIM, seja ao nível da produção de documentação referente a metodologias e procedimentos (normas e guias técnicos traduzidos), vocabulários controlados (listas de termos controlados, tesouros, entre outros) e guias de boas práticas, como da disponibilização de informação através do Centro de documentação virtual ou por intermédio de seminários e *webinars* no âmbito da formação promovida pela própria BAD. Todos estes contributos servirão para orientar os trabalhos futuros do GT-SIM.

No que diz respeito ao Diagnóstico, a metodologia utilizada é essencialmente quantitativa, tendo por base um inquérito extensivo por questionário, aplicado através de uma plataforma *online* e dirigido aos responsáveis de um controlado conjunto de unidades do universo museológico nacional. O levantamento da informação foi realizado entre 13 de março e 10 de junho de 2016, tendo-se recolhido nesse período um total de 222 respostas válidas. Os dados reportam-se a 2015.

A partir dos dados recolhidos, e tendo por base as principais **variáveis de caracterização** (tutela, tipo, região e ano de abertura), o conjunto dos 222 museus apresentam as seguintes particularidades: no que diz respeito à dependência institucional, os museus são maioritariamente de tutela Pública (75%), com maior incidência nos dependentes dos municípios (55%), enquanto os Privados representam 23% na amostra. Pela tipologia, os

principais tipos de museus são Arte e Mistos e Pluridisciplinares, que representam cerca de 41% dos que responderam. No entanto, se juntarmos os tipos Etnografia e de Antropologia e Especializados, constituem mais de 70% dos casos. Relativamente à Região, obtiveram-se respostas de museus localizados em todas, sendo o Norte a que regista a maior percentagem (28%), a que se seguem as regiões Centro e Lisboa (ambas com 19%). As regiões Algarve e Madeira representam menos de 6%. Quanto ao Ano de abertura, constata-se que 43% dos museus abriu ao público a partir do ano 2000. Se ainda se considerar os com abertura na década de noventa, então a percentagem acumulada passa a significar 60% da amostra. É no período 2000-2009 que se concentra a maior percentagem (27%).

No que diz respeito a **outras características da instituição**, salienta-se a existência nos museus de serviços de gestão dos acervos, com maior predomínio da área das reservas (78%), mas também da biblioteca e Arquivo (para mais de 43%), no entanto, verifica-se também a reduzida relevância dos mesmos expressos no organograma, documento fundador ou regulamento interno (com aqueles dois últimos serviços referidos por cerca de um terço dos museus e o das reservas por apenas 12%). Em termos de localização dos espaços, aqueles situam-se, na sua esmagadora maioria, nos edifícios sede dos museus. Mesmo assim, são as reservas e o arquivo os espaços com maior percentagem de localização em outro equipamento, que não o museológico.

Quanto aos **recursos humanos**, contabilizaram-se em 2015 um total de 2.300 pessoas ao serviço, representando uma média de 11 pessoas por museu. Os grupos profissionais com maior número de efetivos são os assistentes técnicos e técnicos superiores (32% e 30%, respetivamente). O período de trabalho mais referido é o tempo completo (73%).

Na relação com a instituição (fora do quadro de pessoal), foram poucos os museus que afirmaram ter tido no ano em análise estagiários/bolseiros ou voluntários a desempenharem funções, o que em termos de proporção representam ambos menos de 10% do total de pessoas. Por tutela, são os museus da Administração Central os que acolheram maior percentagem de pessoas em ambas as condições, destacando-se ainda uma maior presença

de estagiários/bolseiros nos museus dos Governos Regionais e de voluntários junto dos Privados.

Por área de ação, constata-se um não reconhecimento, acompanhado por uma reduzida afetação de recursos com formação específica em algumas áreas (7% de pessoas afetas a acervos documentais contra os 64% aos acervos museológicos), muito embora seja esta a área em que, maioritariamente, as funções inerentes sejam cumpridas por recursos humanos com formação diretamente relacionada (técnicos superiores e assistentes técnicos).

A formação, um pouco mais de um quarto dos museus teve funcionários a participar em formação profissional e/ou académica. Em relação ao âmbito da formação, a grande maioria fê-lo através de estruturas profissionais (70%). No que diz respeito à área de formação, as que apresentam maior preferência são as da museologia (57%), seguida pela da conservação e restauro (40%).

Relativamente a serviços externos, um quarto dos museus recorreu, no ano de referência, à contratação de pelo menos um serviço externo. As áreas mais assinaladas pelos museus são recursos informáticos (*software*) (47%) e conservação e restauro (43%).

No que toca aos **recursos financeiros**, apenas uma pequena parte das entidades museológicas referiram possuir autonomia financeira (8%), ao passo que essa percentagem é substancialmente superior no que diz respeito ao possuir orçamento anual próprio (31%).

Tratando-se de **recursos informáticos e de comunicação**, a esmagadora maioria dos museus dispõem dos referidos meios nos serviços, se bem que ainda há 10% que assinalou não dispor deste tipo de meios.

Em termos de recursos direcionados para a gestão dos seus acervos, um pouco menos de três quartos assinala ter computadores destinados a esse trabalho (mesmo que não em exclusivo); mais de metade refere ter periféricos; ao passo que apenas 16% assinala ter outros meios multimédia disponíveis.

Com página de internet, são 77% os museus que responderam positivamente, constatando-se um maior predomínio dos museus com informações na página da tutela (41% contra os

36% dos com página própria). Por outro lado, 23% assinalou não possuir este meio de comunicação. Para além dos dados da instituição (presente em todos), a outra informação mais disponibilizada é o seu funcionamento e serviços nele existentes (88%). Das funcionalidades relacionadas com as coleções do museu, apenas dois em cada dez museus disponibiliza *online* tanto o catálogo como documentação científica.

Quanto às redes sociais, cerca de dois terços dos museus respondeu estar presente em pelo menos uma das plataformas, salientando-se como a mais referida o Facebook (97%), seguindo-se o Youtube e o Twitter, a larga distância, com 23% e 15%, respetivamente.

Em relação aos **acervos**, e numa **primeira leitura de conjunto**, verifica-se que cerca de dois terços dos museus possuem pelo menos dois tipos de acervo, sendo o mais comum o museológico e bibliográfico. Com apenas acervo museológico encontram-se 35% dos casos e 32% referiu possuir bens em todos os acervos. De acordo com a variável tutela, é nos museus dependentes da Administração Central que se regista a maior percentagem de entidades que gerem todos os acervos (58%), enquanto com apenas acervo museológico é a situação mais referida pelos museus de dependência municipal e privados (39% e 44%, respetivamente), ao passo que nos dos Governos Regionais a existência reparte-se entre todos aos acervos e apenas com o bibliográfico (ambos com 44%).

Tendo em conta a informatização do inventário desses acervos, salienta-se que oito em cada dez museus assinalou ter o inventário em suporte informático. No entanto, 17% não possuem qualquer dos bens dos seus acervos em base de dados. Nesse sentido, verifica-se que tanto um terço dos museus possui pelo menos dois dos seus acervos naquele suporte, destacando-se de novo os acervos museológico e o bibliográfico, como outro terço dos museus apenas tem informatizado o seu acervo museológico. Com os três acervos nessa condição encontram-se 17% dos museus. Cruzando de novo com a variável tutela, é nos museus da Administração Central que se encontra a maior percentagem de existência de todos os acervos informatizados (43%), enquanto nos museus das restantes tutelas (Governos Regionais, Administração Local e Privados), constata-se um relativo predomínio do tratamento informático do acervo museológico, com percentagens acima dos 35%.

Relativamente à interoperabilidade entre as bases de dados dos acervos, confirma-se a inexistência na maioria dos museus (74%). Dos que afirmaram existir, a mais comum é entre os acervos museológico e bibliográfico (14%). A existência da funcionalidade entre as bases de dados dos três acervos é uma realidade para apenas 6% dos museus. Observando a condição de existência de interligação entre os programas de gestão de acervos através das variáveis de caracterização, constata-se que, pela tutela, ela é predominante nos museus de dependência de entidades públicas (80% contra 20% dos privados), com especial incidência nos da Administração Local (60%); pela tipologia de museu, são os de Arte e Mistos e Pluridisciplinares os que apresentam as maiores percentagens (23% e 20%, respetivamente); pela região, um evidente desequilíbrio entre a situação existente nos museus localizados nas regiões a norte de Lisboa face às restantes (em conjunto as três regiões representam 70%), com maior expressão nos da Lisboa (27%); e pela abertura, uma tendência relativamente positiva em termos de existência de interligação entre as bases de dados tendo em conta os escalões de abertura ao público mais recentes, surgindo a percentagem mais alta nos museus abertos no período 2000-2009 (23%).

Ainda em relação à interoperabilidade, os museus apontam como principais formas de operacionalização a utilização de bases de dados comuns e a correspondência existente entre as fichas de registo dos bens das várias bases, mas também através de procedimentos mais fortuitos, indicando que essa interligação é feita apenas no momento da respetiva pesquisa da informação ou ainda, através de processos mais específicos, que obrigam a um esforço adicional e personalizado para que possa existir uma relação ou uma troca e uso da informação.

Numa segunda **leitura, mais específica**, dá-se conta dos principais aspetos em cada um dos acervos. Nesse sentido, no **acervo museológico**:

- As categorias predominantes são arte (55%) e etnografia (51%);
- A doação é a modalidade de entrada de bens mais utilizada neste tipo de acervo (84%), se bem que a modalidade de acolher bens através de depósito seja também referida por mais de metade dos museus;
- Em termos do número de bens existentes contabilizam-se 13,4 milhões (uma média de 64,7 mil por museu). Daquele total, 36% dos bens encontram-se registados sob a

forma básica de cadastro, ao passo que 34% se apresentam na forma de inventário (sumário ou desenvolvido). Já no que toca às opções dos bens fotografados e em base de dados, as percentagens obtidas são substancialmente mais baixas, não ultrapassando os 8% nos com suporte fotográfico e os 10% no informático (isto apesar de oito em cada dez museus referir possuir uma aplicação informática para a gestão do acervo museológico);

- Na situação do inventário por modalidade de suporte (em papel e/ou informatizado), constata-se que no total dos casos (222), 37% dos museus menciona ter os seus bens inventariados de forma diferente pelos vários suportes, predominando os que se encontram replicados pelos dois suportes, o que pode também permitir uma possível recuperação da informação em caso de perda de um deles;
- Quanto a documentos orientadores, verifica-se a existência de regulamento interno (52%) e da missão (49%) como os principais instrumentos onde estão definidas as linhas orientadoras da sua atividade e da gestão de informação. No entanto, 27% ainda refere não possuir qualquer instrumento orientador;
- Para mais de metade dos museus detentores desta documentação, aquela não se encontra disponível ao público, ou seja, é reservada aos serviços;
- No que toca ao quadro normativo, um pouco mais de metade (57%) utiliza normas para orientar os seus procedimentos. Dos museus que referem utilizar, a esmagadora maioria (84%) emprega as normas de inventário da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Já em relação à utilização de algum sistema de vocabulário controlado (tesauros), a grande maioria dos museus (70%) menciona não usar qualquer sistema específico.

Em relação ao **acervo bibliográfico**:

- Possuem este tipo de acervo 60% dos museus;
- Em relação ao tipo de bens que o museu possui, predominam as monografias/livros (99%) e as publicações periódicas com 87%;
- Quanto ao modo de incorporação, domina a modalidade de oferta (92%), sendo que para mais de metade dos museus a entrada de bens também se efetua através da compra e da permuta;

- Em termos do número de bens existentes contabilizam-se 1,5 milhões (uma média de 13,3 mil por museu). Tendo por base o total de bens, 73% encontram-se com registo e 61% com catalogação, ao passo que com a forma mais pormenorizada de informação (com indexação) se apresentam 39% dos bens;
- Em relação à informatização dos bens, 75% possui uma aplicação informática para a gestão deste tipo de acervo;
- Na situação do inventário por modalidade de suporte (em papel e/ou informatizado), verifica-se que cerca de um terço dos museus possui o registo do seu acervo em apenas um dos suportes, com prevalência pelo informático (27%);
- Em relação à existência de documentos orientadores utilizados para a gestão da informação deste tipo de bens, assinala-se o regulamento interno do museu (36%) e a missão (34%), não deixando de se dar conta que 34% dos museus não possuem um documento com a menção a este tipo de gestão;
- Do conjunto de museus que respondeu possuir documentos orientadores, mais de metade (53%) assinalou que os mesmos não se encontram acessíveis publicamente;
- Relativamente à utilização de normas no sistema de gestão dos bens bibliográficos, verifica-se que 49% dos museus aplica-as para orientar os procedimentos de trabalho. A principal norma usada é a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD), por mais de 73% dos museus.

Relativamente ao **acervo arquivístico**:

- Assinala-se que 37% dos museus referem ter bens deste tipo de acervo, percentagem mais baixa explicada possivelmente pela falta de autonomia da entidade ou pelo encaminhamento da documentação para outros serviços ou equipamentos;
- Quanto aos suportes documentais dos fundos de arquivo existentes, predominam, para além do papel (presente em 90%), os suportes especiais e eletrónicos, com 57% e 53%, respetivamente;
- No que diz respeito ao modo de incorporação, a modalidade mais referida é a doação (75%), não deixando de se destacar também a percentagem relevante da modalidade de depósito de bens no museu (42%);
- No que toca ao total de bens existentes, são detidos pelos museus 1,8 milhões de metros lineares de documentação (uma média de 30,3 mil por museu). Com base no

total de metros lineares de documentação, regista-se que menos de metade se encontra com inventariação (45%) e muito menor é a percentagem dos que apresentam um procedimento de descrição mais completo e que está na base da preparação dos instrumentos de pesquisa (4%). Relativamente à desmaterialização dos documentos, são 35% os bens que já se encontram em suporte digital;

- No aspeto relacionado com a informatização deste acervo, 61% refere ter uma aplicação informática para a gestão destes bens;
- Pela modalidade de suporte dos documentos inventariados (em papel e/ou informatizado), quatro em cada dez museus assinala possuir o inventário em apenas um dos suportes, registando-se aqui um equilíbrio entre a percentagem dos que responderam ter o inventário exclusivamente em papel (16%) ou o exclusivamente informatizado (15%);
- Quanto à existência de documentação orientadora para a gestão das coleções e da informação do arquivo, surgem de novo como os mais mencionados o regulamento interno (42%) e o documento da missão (35%), constatando-se também aqui que para 29% dos museus não existe referência à gestão deste tipo de acervo nos instrumentos referidos;
- Dos que assinalam ter pelo menos um dos documentos orientadores, 51% refere que os mesmos não se encontram disponíveis ao público;
- Em relação à aplicação de normas na gestão ou descrição de arquivos, apenas 37% refere guiar-se por pelo menos um sistema específico de normas, sendo o predominante é o das normas internacionais *General International Standard Archival Description* (ISAD-G), registando 71% das respostas.

No ponto respeitante ao **acondicionamento, conservação e restauro**, procurava-se dar conta do estado geral dos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico de acordo com os parâmetros referentes às instalações onde se localizam (sua conservação) e aos acervos (sua conservação, condições de acondicionamento e condições ambientais de conservação), tendo por base a seguinte escala: mau ou relativamente mau, razoável, bom e não sabe/não se aplica.

Nesse sentido, e tendo em conta os acervos, saliente-se que o acervo bibliográfico é o que apresenta, de acordo com os parâmetros em análise, o melhor estado geral das instalações e do próprio acervo, seguindo-se o museológico e o arquivístico.

Ao nível de cada um dos parâmetros, verifica-se que o relativo às condições de acondicionamento dos acervos, é o único mencionado por mais de metade dos museus como tendo um bom estado geral (aspeto comum aos três acervos). Também positivo é o do estado de conservação das instalações, registando percentagens de bom estado acima dos 50% nos acervos museológico e bibliográfico. Por outro lado, os parâmetros apontados como estando em razoável estado geral são os que se referem às condições ambientais de conservação dos acervos (estes registam também as percentagens mais elevadas do estado mau ou relativamente mau) e a conservação do próprio acervo, em especial do arquivístico e do bibliográfico.

No que diz respeito aos procedimentos de conservação e restauro, a conservação preventiva é a medida mais adotada pelos museus nos seus vários acervos, sendo implementada por mais de metade dos museus (56%) no seu acervo museológico. Por outro lado, evidencia-se também as percentagens relativamente importantes de ausência de um destes procedimentos em qualquer um dos acervos. Estas são mais notórias no acervo bibliográfico (12%) e museológico (10%).

Quanto ao **acesso ao público**, contabilizaram-se em 2015 um total de 6,2 milhões de visitantes presenciais e de 3,1 milhões de visitantes das páginas de internet dos museus (se bem que apenas 10% dos museus responderam sobre os visitantes virtuais).

Em termos de acessibilidade, constata-se que a biblioteca/centro documentação é o serviço que a maioria dos museus refere ter aberto ao público (55%), seguindo-se as reservas/depósito (31%) e o arquivo (28%). A modalidade de acesso condicionado (por marcação prévia) é a mais frequentemente utilizada em qualquer um dos serviços. A biblioteca/centro documentação é o que possui a percentagem mais elevada de acesso livre (23%), ao passo que as reservas/depósito (54%) destinam-se para mais de metade dos museus para trabalho interno da instituição.

Por tipo de visitante/utilizador, verifica-se que para a esmagadora maioria dos museus os Investigadores são os principais destinatários, com percentagens acima dos 70%, destacando-se o acesso ao arquivo (84%) e às reservas/depósito (83%). A exceção é a do serviço biblioteca/centro documentação, cujas percentagens se apresentam um pouco mais equilibradas, sobressaindo o público em geral (74%).

Tendo por base o total do acervo disponível para consulta nos respetivos serviços, verifica-se que sete em cada dez museus refere ter disponível todos ou, praticamente, quase todos os bens existentes nos respetivos serviços para observação e consulta presencial (mais de 90% dos bens). A biblioteca/centro documentação é a que possui a percentagem mais elevada entre os museus. Pelo contrário, no caso da consulta virtual, essa percentagem baixa consideravelmente, não ultrapassando neste caso os 13% dos museus, o que em termos de número de bens não ultrapassa nos 50% de bens passíveis de ser consultados *online*.

Acrescente-se ainda que o tipo de visitante/utilizador é diferente por serviço, uma vez que as percentagens apresentadas podem ser influenciadas pelo tipo de pesquisa e de documentação, já que a biblioteca é o local que os utilizadores procuram para pesquisas iniciais, ou pouco aprofundadas, constituindo a primeira interface de pesquisa de informação de um utilizador quando vai ao museu. A consulta nos arquivos ou reservas pressupõe já pesquisas aprofundadas e muito específicas normalmente desenvolvidas por investigadores.

Por último, solicitava-se também o posicionamento dos museus relativamente às principais **dificuldades** na gestão do acervo, mas também em relação aos principais **projetos** para o futuro, a curto e médio prazo, em matéria de gestão desse acervo.

No plano das dificuldades, saliente-se que nesta pergunta de resposta múltipla composta por 13 itens, solicitava-se a escolha de apenas cinco, aquelas que consideravam as principais, hierarquizando-as de acordo com a escala que variava de 1 (mais importante) a 5 (menos importante).

Numa primeira leitura dos dados, em termos gerais, verifica-se que os valores médios variam entre o 2,15 (dos recursos financeiros) e o 4,11 (da política de comunicação/acessos). Deste ponto de vista, constata-se que em termos de grau de importância os itens apontados como mais valorizados são, os já referidos, recursos financeiros (2,15) e os humanos (2,29). Note-se

também a relativa importância dada às questões relacionadas com as instalações, tanto no que diz respeito ao espaço disponível (2,51) como à sua manutenção (3,00). Por outro lado, as dificuldades menos consideradas são a política de comunicação/acessos (4,11) e a consultadoria técnica (3,83) e Ações de formação (3,66).

Numa segunda leitura, agora através da tutela, o que mais se salienta é a importância que os itens dos recursos financeiros e humanos assumem para os museus de todas as tutelas, prevalecendo mesmo assim uma ligeira predominância dos financeiros entre os dependentes da Administração Central (1,97) e Privados (2,03) e dos humanos entre os da Administração Local (2,25) e Governos Regionais (2,29). Para além destes, também as questões relacionadas com o espaço disponível nas instalações dos museus são mais referidas pelos museus das Administrações Locais (2,36) e Centrais (2,47); as da manutenção do espaço das instalações e o *software* de gestão das coleções são-no entre os dos Governos Regionais (2,50 e 2,00, respetivamente); ao passo que a qualificação dos funcionários do museu são mais salientados pelos de tutela Privada (2,53). Entre os itens considerados menos importantes, encontram-se os das ações de formação (Administração Central, com 4,60), a consultadoria técnica (Privados, 4,29) e da Política de comunicação/acessos (Privados e Administração Local, com 4,38 e 4,21, respetivamente, para além deste item não ter sido apontado por qualquer museu dos Governos Regionais).

No que diz respeito aos principais projetos em matéria de gestão do acervo a desenvolver num curto e médio prazo, obteve-se um total de 122 respostas à pergunta aberta (55% do total de museus).

Em termos de relevância, constata-se que a qualificação das instalações é a preocupação mais referida (39%). Seguem-se algumas das preocupações relacionadas com as funções museológicas, como a investigação e inventariação do acervo (34%), a informatização desse acervo e a comunicação e divulgação, ambos como 31%. Por outro lado, a questão relativa à gestão e formação dos recursos humanos dos museus é a menos referenciada (6%). Veja-se o facto de apontarem a falta de recursos humanos como das principais dificuldades, mas por outro lado valorizarem pouco essa necessidade em projetos futuros.

Observando também pela tutela, verifica-se que a qualificação das instalações é a necessidade mais apontada pelos museus dependentes dos Governos Regionais (para metade dos casos) e da Administração Local (41%). Por outro lado, a melhoria da vertente Comunicação e

Divulgação é a ação que apresenta maior relevância para metade dos museus da Administração Central e para 36% dos Privados. Ao nível da investigação e inventariação do acervo registam-se percentagens mais elevadas entre os museus de tutela pública, com saliência para os 47% dos organismos da Administração Central (em especial, dos ministérios da Cultura e Defesa Nacional), ao passo que a questão da informatização do acervo é mais referida (para além dos da Administração Central) entre os dependentes de entidades privadas (de Associações e Fundações).

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DIAGNÓSTICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



DIAGNÓSTICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DOS MUSEUS

INSTRUÇÕES

Enquanto responsável do Museu, agradecemos o preenchimento do presente questionário, imprescindível à concretização deste estudo. As respostas são confidenciais e os resultados serão apresentados de forma agregada. Salvo menção em contrário, os dados solicitados reportam-se ao **ano de 2015**.

Caso o museu se distribua por **núcleos**, deve considerar a informação agregada (da sede e de todos os seus núcleos). Em casos específicos são introduzidas notas explicativas e pequenos glossários de auxílio ao preenchimento, pelo que se recomenda a leitura dos mesmos que se encontram junto das perguntas.

Como o suporte em papel do questionário serve apenas como auxiliar para a obtenção de todos os dados, solicita-se que após o seu apuramento, os mesmos sejam carregados na versão *online* existente na plataforma criada para efeito. Esta poderá ser acedida através do *link* que se encontra na mensagem de convite ao seu preenchimento.

Solicita-se que o preenchimento e validação do questionário não ultrapasse o dia **10 de junho de 2016**.

Em caso de dúvida(s) por favor contate:

- * Jorge Santos / Conceição Serôdio / Patrícia Costa
- * Correio eletrónico: diagnostico.SI.museus@gmail.com
- * Telefone: 228 340 508 (Patrícia Costa)

Muito obrigado pela sua imprescindível colaboração!

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUSEU E DO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO MUSEU

Nome: _____

Concelho: _____

Correio eletrónico: _____

Página WEB: _____

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

Nome: _____

Cargo/função: _____

Formação: _____

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU

P2.1. Qual o ano de abertura ao público?..... |__|__|__|__|

P2.2. O museu tem personalidade jurídica própria?

Sim..... |__|

Não |__|

P2.3. Refira qual a tutela do Museu: _____

P2.4. Refira que serviços compõem a estrutura orgânica do Museu

(sectores ou áreas funcionais consignadas no organigrama do museu. Ver regulamento interno):

P2.5. Assinale, por favor, se o museu possui algum dos seguintes espaços/serviços disponíveis e se sim, onde se localizam:

Espaço/serviço	Possui?	Sede do Museu	Núcleo museológico	Outro equipamento
Área expositiva permanente	_	_	_	_
Área expositiva temporária	_	_	_	_
Reservas.....	_	_	_	_
Biblioteca.....	_	_	_	_
Centro de documentação.....	_	_	_	_
Arquivo	_	_	_	_

Sede do museu: Local onde o museu tem a unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão.

Núcleo museológico: Extensão ou um polo territorialmente descentralizado de um museu polinucleado. Ou seja, é uma unidade dependente de um museu que comporta os principais serviços técnicos e que permitem a sua adequada manutenção, bem como o cumprimento das funções museológicas indispensáveis (investigar, preservar, comunicar).

3. RECURSOS HUMANOS

P3.1. Indique o pessoal ao serviço tendo em conta a relação com a instituição e o período de trabalho por grupo e área de formação profissional e/ou académica

(no caso de acumulação de funções, considere apenas a principal).

Grupo e área de formação profissional e/ou académica	Total de pessoas	Relação com a instituição		Período de trabalho	
		Estagiário/ Bolseiro	Voluntário	Tempo completo	Tempo parcial
Dirigente/Administrador					
Técnico Superior					
<i>De Museologia</i>					
<i>De Biblioteca e Documentação</i>					
<i>De Arquivo</i>					
<i>De Tecnologia de informação e comunicação</i>					
<i>De Conservação e restauro</i>					
<i>Outros Técnicos superiores</i>					
Assistente Técnico (Outro pessoal técnico)					
<i>De Museologia</i>					
<i>De Biblioteca e Documentação</i>					
<i>De Arquivo</i>					
<i>De Tecnologia de informação e comunicação</i>					
<i>De Conservação e restauro</i>					
<i>Outros Assistentes técnicos</i>					
Assistente Operacional (pessoal auxiliar e operário)					
Outro pessoal					
TOTAL DE PESSOAS					

Assistente Técnico (Outros Assistentes técnicos) – Neste grupo poderão incluir-se funções tais como a de vigilância, receção, guardaria e atendimento ao público, apoio administrativo e de secretariado, assistente de arqueologia, técnico de conservação e restauro, animação cultural, apoio a projetos educativos e participação em atividades educativas.

Assistente Operacional – Neste grupo poderão incluir-se funções relacionadas com o acompanhamento de visitantes e vigilância do acervo do museu (guarda de museu), apoio logístico no museu, limpeza e manutenção

Outro pessoal – Deste grupo farão parte o restante pessoal ao serviço no museu que não seja enquadrável num dos grupos anteriores.

Campo de observações

P3.2. Indique o pessoal ao serviço tendo em conta a gestão dos acervos por grupo e área de formação profissional e/ou académica.

(no caso de acumulação de funções, considere apenas a principal).

Grupo e área de formação profissional e/ou académica	Total de pessoas	Gestão dos acervos			Outros serviços
		Museológico	Bibliográfico	Arquivístico	
Dirigente/Administrador					
Técnico Superior					
<i>De Museologia</i>					
<i>De Biblioteca e Documentação</i>					
<i>De Arquivo</i>					
<i>De Tecnologia de informação e comunicação</i>					
<i>De Conservação e restauro</i>					
<i>Outros Técnicos superiores</i>					
Assistente Técnico (Outro pessoal técnico)					
<i>De Museologia</i>					
<i>De Biblioteca e Documentação</i>					
<i>De Arquivo</i>					
<i>De Tecnologia de informação e comunicação</i>					
<i>De Conservação e restauro</i>					
<i>Outros Assistentes técnicos</i>					
Assistente Operacional (pessoal auxiliar e operário)					
Outro pessoal					
TOTAL DE PESSOAS					

Assistente Técnico (Outros Assistentes técnicos) – Neste grupo poderão incluir-se funções tais como a de vigilância, receção, guardaria e atendimento ao público, apoio administrativo e de secretariado, assistente de arqueologia, técnico de conservação e restauro, animação cultural, apoio a projetos educativos e participação em atividades educativas.

Assistente Operacional – Neste grupo poderão incluir-se funções relacionadas com o acompanhamento de visitantes e vigilância do acervo do museu (guarda de museu), apoio logístico no museu, limpeza e manutenção

Outro pessoal – Deste grupo farão parte o restante pessoal ao serviço no museu que não seja enquadrável num dos grupos anteriores.

Campo de observações

P3.3. Algum dos funcionários do museu participou em formação (académica ou profissional) no âmbito da gestão da informação dos acervos em 2015?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P3.4.*

P3.3.1. Se Sim, assinale a(s) área(s) da(s) formação em que participaram:

Área	Académica	Profissional
Museologia.....	__	__
Biblioteconomia	__	__
Arquivística.....	__	__
Tecnologia de informação e comunicação.....	__	__
Conservação e restauro	__	__
Outra(s)	__	__

P3.4. Houve recurso a serviços externos ao museu no âmbito da gestão da informação dos acervos em 2015?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P4.1.*

P3.4.1. Se Sim, em que âmbito(s) houve recurso?

Digitalização	__	Comunicação.....	__
Conservação e restauro	__	Recursos informáticos (<i>hardware</i>)..	__
Consultadoria técnica	__	Recursos informáticos (<i>software</i>)...	__
Inventário.....	__	Outro(s).....	__

4. RECURSOS FINANCEIROS

P4.1. O museu tem autonomia financeira?

Sim..... |__|

Não |__|

P4.2. O museu possui orçamento anual próprio?

Sim..... |__|

Não |__|

5. RECURSOS INFORMÁTICOS E DE COMUNICAÇÃO

P5.1. Os serviços do museu dispõem de recursos informáticos e de comunicação?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P5.2.*

P5.1.1. Se Sim, refira o número de:

	Total	Destinados à gestão dos acervos
Computadores.....	__ __	__ __
Impressoras, Scanners, máquina fotográfica	__ __	__ __
Outros meios (<i>datashows</i> , televisões, postos multimédia, etc.)....	__ __	__ __

P5.2. O museu possui página de internet?

Sim, página própria |__|

Sim, página da tutela |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P5.3.*

Não, mas está em construção |__| ⇒ *Passar à P5.3.*

P5.2.1. Se Sim, que funcionalidade(s) são proporcionadas pela página de Internet:

Informação sobre o museu |__|

Serviços e funcionamento..... |__|

Visita virtual |__|

Catálogo de coleções *online*..... |__|

Documentação científica relativa ao Museu e coleções |__|

Newsletters |__|

Outra(s) |__|

Qual(ais)? _____

P5.3. O museu tem presença nas redes sociais?

Sim..... |__|

Não |__| ⇨ Passar à P6.1.

P5.3.1. Se Sim, indique quais?

Blogue |__|
Facebook..... |__|
Twitter..... |__|
You Tube |__|
Instagram |__|

Pinterest..... |__|
Google + |__|
ISSU |__|
Outra(s) |__|
Qual(ais)? _____

6. BENS DO ACERVO

P6.1. ACERVO MUSEOLÓGICO

P6.1.1. Assinale qual(ais) a(s) categoria(s) representada(s) no acervo do museu:

Arqueologia..... |__|
Arte..... |__|
Ciência e Técnica..... |__|
Etnografia..... |__|
Espécies não vivas..... |__|
Fotografia..... |__|
Filatelia..... |__|
História..... |__|

Indústria..... |__|
Militar..... |__|
Numismática..... |__|
Traje..... |__|
Transportes..... |__|
Outra(s) |__|
Qual(ais)? _____

P6.1.2. Qual(ais) o(s) modo(s) de incorporação de bens no acervo do museu:

Compra..... |__|
Doação..... |__|
Legado/Herança..... |__|
Recolha..... |__|
Achado..... |__|
Transferência..... |__|
Permuta..... |__|

Depósito..... |__|
Preferência..... |__|
Afetação permanente..... |__|
Outra(s) |__|
Qual(ais)_____

P6.1.3. Indique o número total de bens museológicos e, caso seja possível, o número de bens com cadastro, com inventário, fotografados, em base de dados (informatizados) e em exposição (a dezembro de 2015).

Se não for possível apurar o número exato indique por favor um número aproximado.

Quando a opção não se verifique/não exista coloque por favor '0'.

Total de bens	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _
Com cadastro	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _
Com inventário.....	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _
Fotografados	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _
Em Base de dados (informatizados).....	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _
Em exposição	_ _ _ . _ _ _ . _ _ _ _ _

Com cadastro – Ficha básica onde são registados os principais elementos de identificação do bem museológico. Idêntico ao registo em Livro de tomo.

Com inventário - Relação mais ou menos exaustiva de todos os objetos que constituem o acervo próprio da instituição, independentemente do seu modo de incorporação, e que são passíveis de registo no livro de inventário geral do museu (inventário museológico sumário ou desenvolvido)

Fotografados – Relação dos objetos do acervo que se encontram fotografados (suporte físico) ou foram convertidos para formato digital.

Em Base de dados (informatizados) – Relação dos objetos que se encontram registados em suporte informático, independentemente do programa utilizado.

Em exposição – Relação dos objetos que se encontram expostos ao público.

P6.1.4. Tendo em conta os bens museológicos fotografados refira em que tipo de suporte se encontram:

Não digital |__|
Digital..... |__|
Ambos..... |__|

P6.1.5. O museu possui alguma aplicação informática de gestão de informação do acervo museológico?

Sim..... |__|
Não |__| ⇨ Passar à P6.1.6.

P6.1.5.1. Se Sim, refira que tipo(s) de aplicação o museu utiliza:

Aplicação comercial..... |__|
Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* proprietário (*excel, etc*) |__|
Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* livre |__|

P6.1.5.2. Refira qual o nome da aplicação: _____

P6.1.6. Relativamente à informatização da(s) colecção(ões), refira qual a opção que melhor se adequa à situação atual:

Está completa..... |__|

Está parcial |__|

Está prevista |__|

P6.1.7. Tendo em conta o total de bens do acervo museológico com inventário indique, por aproximação, a percentagem pelo suporte utilizado. O conjunto dos três campos deve totalizar 100%.

Exclusivamente informatizado |__||__||__|%

Informatizado mas também em papel..... |__||__||__|%

Exclusivamente em papel (livro/ficha)..... |__||__||__|%

P6.1.8. Do total de bens do acervo museológico em base de dados (informatizados), indique o número para cada uma das seguintes opções. Se não for possível apurar o número exato indique por favor um número aproximado.

Com inventário sumário..... |__||__|. |__||__|. |__||__||__|

Com inventário desenvolvido..... |__||__|. |__||__|. |__||__||__|

Com inventário com outra informação de
gestão (*empréstimos, conservação, etc.*)..... |__||__|. |__||__|. |__||__||__|

Com inventário sumário: Inventário com o registo de identificação básica da peça, incluindo o proprietário, o número, a denominação e dados de incorporação, a autoria, a datação, as dimensões e uma imagem do objeto.

Com inventário desenvolvido: Inventário que acrescenta aos dados do inventário sumário, outros elementos caracterizadores do objeto, designadamente aqueles que estão relacionados com a produção, a interpretação, a descrição, a proveniência remota e o percurso que o mesmo realizou ao longo do tempo, bem como a sua divulgação através de exposições e publicações várias.

Com inventário com informação de gestão – inventário com os registos de objetos com associação de outra informação, como os empréstimos, a conservação, a documentação, entre outros)

P6.1.9. Indique quais os documentos orientadores utilizados pelo museu para a gestão da informação dos bens museológicos.

Missão |__|

Regulamento interno do museu |__|

Política de incorporação de coleções.. |__|

Normas de conservação preventiva.... |__|

Programa museológico..... |__|

Outro(s). |__|

Não possui |__|

Qual(ais) _____

⇒ *Passar à P6.1.10.*

P6.1.9.1 Os documentos referidos estão divulgados publicamente?

Sim..... |__|

Não |__|

P6.1.10. O sistema de gestão da informação do acervo museológico utiliza normas?

Sim |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P6.1.11.*

P6.1.10.1. Se utiliza um quadro normativo refira qual(ais):

DGPC – Normas de inventário..... |__|

CIDOC-CRM (*Conceptual Reference Model*) |__|

SPECTRUM (*Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums*) |__|

CCO (*Cataloging Cultural Objects*) |__|

CDWA (*Categories for the Description of Work of Arts*) |__|

Object ID (*Guidelines for Making Records that Describe Art, Antiques, and Antiquities*) ... |__|

Outro(s) |__|

Qual(ais)? _____

P6.1.11. O museu utiliza algum sistema de vocabulário controlado/thesauri na indexação, descrição ou classificação do seu acervo museológico?

Sim |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P6.2.*

P6.1.11.1. Se utiliza refira qual?

P6.2. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Neste ponto do inquérito pretende-se diagnosticar os Museus relativamente ao seu **acervo bibliográfico**. As questões colocadas focam exclusivamente os recursos incorporados nas coleções das bibliotecas ou centros de documentação dos museus **até 2015**.

Se não possui acervo bibliográfico passe, por favor, ao subgrupo P6.3 (p. 15).

P6.2.1. Qual(ais) o(s) modo(s) de incorporação de bens bibliográficos?

Compra	__	Outra(s)	__
Oferta	__	Qual(ais)_____	
Permuta.....	__	_____	
Transferência.....	__		

P6.2.2. Indique o total de bens bibliográficos e, caso seja possível, o número de bens com registo, catalogação, classificação e indexação (a dezembro de 2015). Se não for possível apurar o número exato indique por favor um número aproximado. Quando a opção não se verificar/não exista coloque por favor '0'.

Total de bens	__	__	__	__	__	__	__
Com registo	__	__	__	__	__	__	__
Com catalogação	__	__	__	__	__	__	__
Com classificação.....	__	__	__	__	__	__	__
Com indexação	__	__	__	__	__	__	__

Com registo: Relação sequencial e cronológica de todos os recursos que ingressam nas coleções das bibliotecas ou centros de documentação, com os dados essenciais de cada recurso: autor, título, data de edição, etc.

Com catalogação: Análise externa do recurso. Descrição formal e caracterização pormenorizada de qualquer documento, baseada em normas, que permite identificar o documento de forma exata, sem ambiguidade.

Com classificação: Análise interna do recurso. Descrição de carácter geral relativamente ao conteúdo baseada no assunto principal do documento.

Com indexação: Análise interna do recurso. Descrição ou caracterização pormenorizada de um documento relativamente ao seu conteúdo, representando esse conteúdo através de linguagens documentais.

P6.2.3. Do total de bens bibliográficos refira o(s) tipo(s) de bens que possui:

Monografias/Livros	__	Documentos fílmicos.....	__
Publicações periódicas	__	Documentos gráficos.....	__
Documentos sonoros	__	Documentos eletrónicos	__
Documentos audiovisuais	__	Outros documentos.....	__

P6.2.4. O museu possui algum Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas (SIGB)?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P6.2.5.*

P6.2.4.1. Se Sim, refira que tipo(s) de aplicação o museu utiliza:

Aplicação comercial..... |__|

Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* proprietário (*excel, etc*) |__|

Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* livre |__|

P6.2.4.2. Refira qual o nome da aplicação: _____

P6.2.5. Relativamente à informatização dos bens bibliográficos, refira qual a opção que melhor se adequa à situação atual:

Está completa |__|

Está parcial |__|

Está prevista |__|

P6.2.6. Tendo em conta o total de bens bibliográficos com registo, indique, por aproximação, a percentagem pelo suporte utilizado. O conjunto dos três campos deve totalizar 100%.

Exclusivamente informatizado..... |__| |__| |__| %

Informatizado mas também em papel..... |__| |__| |__| %

Exclusivamente em papel (livro/ficha)..... |__| |__| |__| %

P6.2.7. Indique quais os documentos orientadores/instrumentos utilizados pelo museu para a gestão da informação dos bens bibliográficos.

Missão |__|

Regulamento interno do museu |__|

Política de aquisição/desenvolvimento de coleções..... |__|

Outro(s) |__| Qual(ais) _____

Não possui |__| ⇒ *Passar à P6.2.8.*

P6.2.7.1. Os documentos referidos estão divulgados publicamente?

Sim..... |__|

Não |__|

P6.2.8. O sistema de gestão de bens bibliográficos utiliza normas?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P6.2.9.*

P6.2.8.1. Se utiliza um quadro normativo refira qual(ais):

ISBD (*International Standard Bibliographic Description*) |__|

UNIMARC (*Universal Machine Readable Cataloging*)..... |__|

FRBR (*Functional Requirements for Bibliographic Records*) |__|

ISO (*International Organization for Standardization*)..... |__|

Dublin Core..... |__|

Outro(s) |__|

Qual(ais) _____

P6.2.9. Existe interligação (interoperabilidade) entre a base de gestão de bens bibliográficos e a base de gestão de bens museológicos?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P6.3.*

P6.2.9.1. Se Sim, refira de que forma é feita?

6.3. ACERVO ARQUIVÍSTICO

Neste ponto do inquérito pretende-se diagnosticar os Museus relativamente ao seu **acervo arquivístico**. As questões colocadas focam exclusivamente os documentos de **arquivo de conservação permanente**, dito arquivo histórico ou arquivo definitivo, produzidos e salvaguardados pelos Museus **até 2015**.

São considerados todos os arquivos em depósito no Museu, públicos ou privados, por doação ou depósito, que não foram produzidos pela entidade a que o questionário se refere.

Entende-se por arquivo de conservação permanente qualquer documentação que, após a avaliação do seu valor arquivístico e segundo a tabela de seleção, não seja para eliminar. Entende-se por arquivo definitivo: i) Fundo ou núcleo constituído por documentos correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura; ii) Arquivo encarregado da conservação permanente e comunicação de documentos de arquivo de uso não corrente, em fase inativa, previamente selecionados em função do seu valor arquivístico.

Se não possui acervo arquivístico passe, por favor, ao Grupo 7 (p. 18).

P6.3.1. Qual(ais) o(s) modo(s) de incorporação de bens arquivísticos?

Doação.....	__	Oferta.....	__
Recolha.....	__	Outra(s)	__
Depósito	__	Qual(ais)_____	
Transferência.....	__	_____	

P6.3.2. Indique o **total de bens arquivísticos (documentos de arquivo)** e, caso seja possível, o **número dos bens com inventariação, classificação, descrição e digitalização (a dezembro de 2015)**.

Se não for possível apurar o número exato indique por favor um número aproximado. Unidade de medida: metros lineares.
Quando a opção não se verificar/não exista coloque por favor '0'.

Total de documentos	__ .	__ __ __ .	__	__	__
Com inventariação	__ __ __ .	__	__	__	__
Com classificação	__ __ __ .	__	__	__	__
Com descrição	__ __ __ .	__	__	__	__
Com digitalização	__ __ __ .	__	__	__	__

Com inventariação: Instrumento que descreve um arquivo até ao nível da série, referindo e enumerando as respetivas unidades de instalação, apresentando o quadro de classificação que presidiu à sua organização e podendo ser complementado por índices ou catálogos.

Com classificação: Organização dos documentos de um arquivo de acordo com o plano de classificação, quadro de classificação ou estrutura classificativa.

Com descrição: Procedimentos que consistem na representação exata de uma unidade de descrição e das partes que a compõem (caso existam), que sirvam para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu. Está na base da elaboração de instrumentos de pesquisa.

Com digitalização: Processo de desmaterialização que consiste na conversão de documentos em suporte físico para formato digital.

P6.3.3. Em que suportes documentais se encontram os fundo(s) de arquivo no museu?

- Papel..... |__|
- Pergaminho |__|
- Especiais (*desenhos, projetos de arquitetura, fotografia, filme, vídeo, fonograma, etc.*)..... |__|
- Eletrónicos (*disco rígido interno e externo, DVD, CDROM, Pen USB, cartões de memória, etc.*) |__|
- Outros suportes..... |__|

P6.3.4. O museu possui alguma aplicação informática de gestão de documentos ou de descrição de arquivos?

- Sim..... |__|
- Não |__| ⇒ *Passar à P6.3.5.*

P6.3.4.1. Se Sim, refira que tipo(s) de aplicação o museu utiliza:

- Aplicação comercial..... |__|
- Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* proprietário (*excel, etc*)..... |__|
- Aplicação desenvolvida no próprio museu em *software* livre |__|

P6.3.5.2. Refira qual o nome da aplicação: _____

P6.3.5. Relativamente à informatização de documentos de arquivo, refira qual a opção que melhor se adequa à situação atual:

Está completa..... |__|

Está parcial |__|

Está prevista |__|

P6.3.6. Tendo em conta o total de documentos de arquivo inventariados, indique, por aproximação, a percentagem pelo suporte utilizado. O conjunto dos três campos deve totalizar 100%.

Exclusivamente informatizado |__||__||__|%

Informatizado mas também em papel..... |__||__||__|%

Exclusivamente em papel..... |__||__||__|%

P6.3.7. Indique quais os documentos orientadores/normas utilizadas pelo museu para a gestão da informação do arquivo.

Missão |__|

Regulamento interno do museu |__|

Plano de gestão documental..... |__|

Outro(s). |__| Qual(ais)_____

Não possui..... |__| ⇨ *Passar à P6.3.8.*

P6.3.7.1. Os documentos referidos estão disponíveis publicamente?

Sim..... |__|

Não..... |__|

P6.3.8. O sistema de gestão de documentos ou de descrição de arquivos utiliza normas?

Sim..... |__|

Não |__| ⇨ *Passar à P6.3.9.*

P6.3.8.1. Se utiliza um esquema normativo refira qual(ais):

ISAD(G) (*General International Standard Archival Description*) |__|

ISAAR (CPF) (*International Standard Archival Authority Record - Corporate*

Bodies, Persons and Families) |__|

ISDF (*International Standard for Describing Functions*) |__|

ODA (*Orientações para a Descrição Arquivística*) |__|

Tabela de Seleção: Funções-Meio..... |__|

Outro(s) |__|

Qual(ais) _____

P6.3.9. Existe interligação (interoperabilidade) entre a base de gestão de bens arquivísticos e a base de gestão de bens museológicos?

Sim..... |__|

Não |__| ⇒ *Passar à P7.1.*

P6.3.9.1. Se Sim, refira de que forma é feita?

7. ACONDICIONAMENTO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO

P7.1. Como classifica o estado geral de conservação das instalações do museu tendo em conta cada acervo:

Acervo	Mau	Relativamente mau	Razoável	Bom	Não sabe/ Não se aplica
Museológico	__	__	__	__	__
Bibliográfico	__	__	__	__	__
Arquivístico	__	__	__	__	__

P7.2. Como classifica o estado geral das condições de acondicionamento dos acervos:

Acervo	Mau	Relativamente mau	Razoável	Bom	Não sabe/ Não se aplica
Museológico	__	__	__	__	__
Bibliográfico	__	__	__	__	__
Arquivístico	__	__	__	__	__

P7.3. Como classifica o estado geral de conservação dos acervos:

Acervo	Mau	Relativamente mau	Razoável	Bom	Não sabe/ Não se aplica
Museológico	__	__	__	__	__
Bibliográfico	__	__	__	__	__
Arquivístico	__	__	__	__	__

P7.4. Como classifica o estado geral de adequação das condições ambientais de conservação dos acervos:

Acervo	Mau	Relativamente mau	Razoável	Bom	Não sabe/ Não se aplica
Museológico	__	__	__	__	__
Bibliográfico	__	__	__	__	__
Arquivístico	__	__	__	__	__

P7.5. Quais os procedimentos de conservação e restauro praticados para cada acervo?

Acervo	Conservação preventiva	Conservação ativa	Restauro	Não existe	Não sabe/ Não se aplica
Museológico	__	__	__	__	__
Bibliográfico	__	__	__	__	__
Arquivístico	__	__	__	__	__

8. ACESSO AO PÚBLICO

P8.1. Qual o total de visitantes presenciais do museu em 2015? ... |__|. |__||__||__|. |__||__||__|

P8.1.1. E o número de visitantes virtuais em 2015? |__|. |__||__||__|. |__||__||__|

(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor coloque '0')

P8.2. As RESERVAS/DEPÓSITOS estão acessíveis ao público?

Sim, com acesso livre (horário normal) |__|

Sim, com acesso condicionado (marcação prévia) |__|

Não (apenas para uso da instituição) |__| ⇨ *Passar à P8.3.*

Não acessível..... |__| ⇨ *Passar à P8.3.*

P8.2.1. Se Sim, que tipo de visitantes/utilizadores podem aceder?

Público em geral..... |__|

Investigadores(as) |__|

Docentes e alunos(as) |__|

Outro(s) |__| Qual(is) _____

P8.2.2. Número de visitantes/utilizadores das reservas/depósitos em 2015:

(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)

Total |__||__||__|. |__||__||__|

Virtuais |__||__||__|. |__||__||__|

P8.2.3. Tendo por base o total do acervo em reservas/depósitos, que parte (*em percentagem*) está disponível para consulta: *(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)*

Presencial |__||__||__|%

Virtual |__||__||__|%

P8.2.4. Que coleções do acervo estão disponíveis para consulta:

P8.3. A BIBLIOTECA/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO está acessível ao público?

- Sim, com acesso livre (horário normal) |__|
Sim, com acesso condicionado (marcação prévia) |__|
Não (apenas para uso da instituição) |__| ⇒ *Passar à P8.4.*
Não acessível |__| ⇒ *Passar à P8.4.*

P8.3.1. Se Sim, que tipo de utilizadores podem aceder?

- Público em geral..... |__|
Investigadores(as) |__|
Docentes e alunos(as) |__|
Outro(s) |__| Qual(is)_____

P8.3.2. Número de utilizadores da biblioteca/centro documentação em 2015?

(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)

- Total |__||__||__|. |__||__||__|
Virtuais |__||__||__|. |__||__||__|

P8.3.3. Tendo por base o total do acervo bibliográfico, que parte (em percentagem) está disponível para consulta: *(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)*

- Presencial |__||__||__| %
Virtual |__||__||__| %

P8.3.4. Que bens do acervo bibliográfico estão disponíveis para consulta.

P8.4. O ARQUIVO está acessível ao público?

- Sim, com acesso livre (horário normal) |__|
- Sim, com acesso condicionado (marcação prévia) |__|
- Não (apenas para uso da instituição) |__| ⇒ *Passar à P9.1.*
- Não acessível..... |__| ⇒ *Passar à P9.1.*

P8.4.1. Se Sim, a que tipo de utilizadores podem aceder?

- Público em geral..... |__|
- Investigadores(as) |__|
- Docentes e alunos(as) |__|
- Outro(s) |__| Qual(is) _____

P8.4.2. Número de utilizadores do arquivo em 2015?

(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)

- Total |__||__||__|. |__||__||__|
- Virtuais |__||__||__|. |__||__||__|

P8.4.3. Tendo por base o total do acervo arquivístico, que parte (em percentagem) está disponível para consulta: *(caso não seja possível apurar ou não exista, por favor, coloque 0)*

- Presencial |__||__||__|%
- Virtual |__||__||__|%

P8.4.4. Que tipo de bens arquivísticos estão disponíveis para consulta.

9. PRINCIPAIS DIFICULDADES E PROJECTOS

P9.1. Assinale as principais dificuldades do museu em matéria de gestão do seu acervo. Do total de opções apresentadas selecione apenas as 5 principais, hierarquizando-as de 1 (mais importante) a 5 (menos importante):

- Recursos Financeiros..... |__|
- Recursos Humanos..... |__|
- Qualificação do pessoal..... |__|
- Ações de formação..... |__|
- Consultadoria técnica..... |__|
- Instalações (espaço disponível)..... |__|
- Instalações (manutenção do espaço)..... |__|
- Equipamento mobiliário/específico |__|
- Conservação/restauro do acervo |__|
- Equipamento Informático (*hardware*) |__|
- Software* de gestão..... |__|
- Carregamento da informação |__|
- Política de comunicação/acesso |__|

P9.2. Para terminar, pedimos-lhe que refira quais os principais projetos para o futuro (curto e médio prazo) em matéria de gestão do seu acervo.

O QUESTIONÁRIO CHEGOU AO FIM.

MAIS UMA VEZ, MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

POR FAVOR, NÃO SE ESQUEÇA DE FAZER O CARREGAMENTO DOS DADOS NA VERSÃO *ONLINE* DO QUESTIONÁRIO EXISTENTE NA PLATAFORMA CRIADA PARA EFEITO. ESTA PODERÁ SER ACEDIDA ATRAVÉS DO LINK QUE SE ENCONTRA NA MENSAGEM DE CONVITE AO SEU PREENCHIMENTO.